

**ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA**

**MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

MERY HELEN BUZATTO NOGUEIRA

**O UNIVERSO COR-DE-ROSA NO SISTEMA PRISIONAL: MULHERES
EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE POR TRÁFICO DE DROGAS**

**VITÓRIA
2015**

MERY HELEN BUZATTO NOGUEIRA

**O UNIVERSO COR-DE-ROSA NO SISTEMA PRISIONAL: MULHERES
EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE POR TRÁFICO DE DROGAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM, como requisito para obtenção do grau de mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Angela Maria
Caulyt Santos da Silva

**VITÓRIA
2015**

Dados internacionais de Catalogação -na- Publicação (CIP)
EMESCAM – Biblioteca Central

N778u Nogueira, Mery Helen Buzatto.
O universo cor-de-rosa no sistema prisional: mulheres em
privação de liberdade por tráfico de drogas / Mery Helen Buzatto
Nogueira. - 2015.
126f.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Angela Maria Culyt Santos da Silva.
Dissertação (mestrado) em Políticas Públicas e
Desenvolvimento Local – Escola Superior de Ciências da Santa
Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM, 2015.

1. Violência. 2. Gênero. 3. Tráfico de drogas. I. Silva,
Angela Maria Culyt Santos. II. Escola Superior de Ciências da
Santa Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM. III. Título.

CDU: 316.642.2

MERY HELEN BUZATTO NOGUEIRA

**O UNIVERSO COR-DE-ROSA NO SISTEMA PRISIONAL: MULHERES EM
PRIVAÇÃO DE LIBERDADE POR TRÁFICO DE DROGAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM, como requisito para obtenção do grau de mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Aprovada em 10 de agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Angela Maria Caulyt Santos da Silva
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória – EMESCAM
Orientadora

Prof^a. Dra. Silvia Moreira Trugilho
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória – EMESCAM

Prof^a. Dra. Soraya Gama de Ataíde
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Dedico a minha mãe, fonte de incentivo, e
aos meus familiares, Dulce e Cláudio,
por apoiarem o meu sonho.

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, sem ele nada seria possível.

A minha mãe por sempre acreditar em mim e por vibrar com as minhas vitórias.

Ao meu irmão Douglas Nogueira, que mesmo distante torceu por mim.

Ao meu namorado Renato Oliveira, pela paciência e apoio.

A minha tia Maria Antonia Fassarella, que me ama incondicionalmente.

A minha tia Gleicy Martins por sempre torcer por mim e me dar força.

A minha prima Larissa Fassarella, pelo interesse em contribuir com os meus estudos.

Ao meu estimado amigo Adriano Lúcio Silva, diretor da Penitenciária Semiaberta de Cariacica, por sempre me compreender e liberar para os estudos.

A Professora Dr^a. Angela Maria Caulyt Santos da Silva, minha orientadora, que com sua doçura apontou os meus erros e me ajudou nas tantas dúvidas que surgiram ao longo dessa caminhada.

A Professora Dr^a Silvia Trugilho, que com o seu jeito humilde ampliou os meus conhecimentos sobre a área social que pretendo multiplicá-los.

A Professora Dr^a Soraya Gama Ataíde, que me orientou inicialmente de forma sábia permitindo-me conceber a realidade sob uma ótica mais serena.

A todos que trabalham na PFC, fui sempre muito bem recebida por todos, desde a entrada até a saída, agradeço de coração toda ajuda e toda atenção que recebi.

As internas da PFC que participaram da pesquisa por terem compartilhado comigo seus sentimentos, experiências e sorrisos.

Aos amigos, em especial, Leila Rosário, que tantas vezes precisei deixar para “outro dia” nossos encontros, que torceram e se preocuparam com a conclusão dessa pesquisa.

Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana.

Carl Jung

RESUMO

Diante a realidade feminina envolvida no contexto ilícito, esta pesquisa tomou como objeto de estudo a história de detentas encarceradas pelo delito do tráfico de drogas. A investigação objetivou conhecer as motivações que levam as mulheres a se inserirem no narcotráfico e as percepções das mesmas em relação a essa condição e, como objetivos específicos, identificar o perfil socioeconômico das mulheres que protagonizam o universo do tráfico de drogas, bem como analisar a concepção da mulher detenta sobre sentimentos, relação familiar e a percepção sobre a sua vida antes e após o aprisionamento. Participaram da pesquisa dez mulheres, em regime de condenação fechado da Penitenciária Feminina de Cariacica (PFC). Trata-se de pesquisa qualitativa e exploratória com dados obtidos por meio de revisão bibliográfica e documental e entrevistas semiestruturadas que, após áudio gravação, foram transcritas na íntegra. Os dados foram analisados, interpretados e articulados de acordo com os seguintes eixos temáticos: o perfil socioeconômico das mulheres presas por tráfico de drogas; a mulher em situação de conflito com a lei; rompimento com o paradigma da fragilidade feminina; e elementos atrativos no tráfico de drogas. A partir da confirmação da hipótese - o tráfico de drogas, no modo de produção capitalista, constitui uma ferramenta que possibilita atender a anseios hedonistas - verificou-se que há outros motivadores para o envolvimento no narcotráfico, como por exemplo, o poder e o status. As necessidades financeiras e as dificuldades encontradas para se inserirem no mercado formal de trabalho contribuíram decisivamente para se destacarem neste cenário, bem como a ambição por dinheiro e as facilidades de auferi-lo na rede do tráfico de drogas. Outro impulsionador ilícito refere-se à relação de afeto com o companheiro, as quais motivadas por sentimentos de amor vislumbraram, no narcotráfico, a possibilidade de manterem-se próximas a quem amavam, todavia, a presença de um componente afetivo como motivador para o comprometimento ilícito destas mulheres, não foi verificado somente através do amor, mas pelo medo de contrariarem as expectativas dos companheiros e serem punidas de alguma maneira. Pretende-se, com este estudo, contribuir para maior compreensão sobre a condição da mulher privada de liberdade por tráfico de drogas. Verificam-se avanços significativos em algumas áreas estratégicas das políticas públicas direcionadas ao universo prisional feminino, todavia, considera-se relevante que o Estado se

empenhe no combate à ociosidade da mulher encarcerada, investindo na ampliação de oportunidades de trabalho e estudo (hoje existem, mas com insuficiência de vagas) e propostas para dirimir o estigma das ex-condenadas junto à sociedade.

Palavras-chave: Violência. Gênero. Tráfico de Drogas.

ABSTRACT

On the female reality involved in the illicit context, this research took as its subject matter the story of inmates incarcerated for drug trafficking offense. The research aimed to identify the motivations that lead women to insert in drug trafficking and perceptions of the same in relation to this condition and as specific objectives, identify the socioeconomic profile of women who star in the drug trafficking world, as well as analyzing the design of inmate woman about feelings, family relationships and the perception about his life before and after imprisonment. The participants were ten women in a sealed sentencing regime of the Women's Penitentiary Cariacica (PFC). It is qualitative exploratory study with data obtained through literature and document review and semi-structured interviews that after audio recording were transcribed. Data were analyzed, interpreted and articulated according to the following themes: the socioeconomic profile of women arrested for drug trafficking; women in conflict with the law; break with the paradigm of feminine fragility; and attractive elements in the drug trade. From the confirmation of the hypothesis - drug trafficking, in the capitalist mode of production, it is a tool that enables meet the hedonistic desires - it was found that there are other motivators for involvement in drug trafficking, such as power and status . The financial needs and the difficulties encountered in entering the formal job market contributed decisively to excel in this scenario, and the lust for money and the facilities of auferi it in the drug trafficking network. Another illicit booster refers to the relationship of affection with their partner, which motivated by feelings of love glimpsed in drug trafficking, the ability to keep up nearby whom they loved, however, the presence of an affective component as motivator for commitment Illicit these women was not verified only by love but by fear of contrary to the expectations of teammates and be punished in some way. It is intended, with this study, contribute to greater understanding of the condition of women deprived of liberty for drug trafficking. Check has been significant progress in some key areas of public policies directed at the female prison world, however, it is considered important that the state continue its fight to idleness of incarcerated women, investing in the expansion of job opportunities and study (there are now, but with insufficient vacancies) and proposed to settle the stigma of former condemned by the society.

Keywords: Violence. Gender. Drug trafficking.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Informações dos dez Países com maior População Prisional do Mundo.....	28
Quadro 2- Eixo Temático 1.....	34
Quadro 3- Eixo Temático 2.....	34
Quadro 4- Eixo Temático 3.....	35
Quadro 5- Eixo Temático 4.....	35
Quadro 6- Dados Gerais do Sistema Penitenciário Feminino Nacional.....	72
Quadro 7- Grau de Instrução das Detentas do Espírito Santo.....	75
Quadro 8- Tipologia Criminal de dez Detentas da PFC.....	75
Quadro 9- Caracterização dos Sujeitos de Pesquisa do Regime Fechado da PFC.....	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação da População Ocupada com 11 anos ou mais de estudos, por grupamentos de atividade, segundo o sexo.....	45
Gráfico 2 - Participação da População Ocupada com nível superior completo, por grupamentos de atividade, segundo o sexo.....	46
Gráfico 3 - Unidade Prisional com e sem Módulos de Saúde.....	63
Gráfico 4 - Faixa etária das pessoas Privadas de Liberdade no Brasil.....	66
Gráfico 5 - Estado Civil da População Prisional Brasileira.....	67
Gráfico 6 - Números de Filhos das Pessoas Privadas de Liberdade.....	68
Gráfico 7 - Raça, Cor ou Etnia.....	69
Gráfico 8 - Escolaridade da População Prisional.....	70
Gráfico 9 - Tipo Penal Distribuído por Gênero.....	71
Gráfico 10- Presos do Sexo Masculino, entre 18 e 29 anos: ES, 2005 a 2012.....	73
Gráfico 11- Presos do Sexo Feminino, entre 18 e 29 anos: ES, 2005 a 2012.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pessoas de 10 anos ou mais de Idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento do trabalho principal – Brasil - 2010.....	43
Tabela 2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por cor ou raça, segundo o sexo e os grupos de idade – Brasil – 2010.....	45
Tabela 3 - Faixa Etária de 10 Detentas da PFC.....	78
Tabela 4 - Raça, Cor ou Etnia de 10 Detentas da PFC.....	78
Tabela 5 - Nível de Escolaridade de 10 Detentas da PFC.....	79
Tabela 6 - Estado Civil de 10 Detentas da PFC.....	79
Tabela 7 - Quantitativo de Filhos de 10 Detentas da PFC.....	80
Tabela 8 - Região de Moradia de 10 Detentas da PFC.....	80
Tabela 9 - Tipologia Criminal de 10 Detentas da PFC.....	81
Tabela 10- Ocupação Profissional e Renda de 10 Detentas da PFC.....	82

LISTA DE SIGLAS

ABSP	Anuário Brasileiro de Segurança Pública
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CP	Código Penal
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
INFOPEN	Sistema Nacional de Informações Penitenciárias
LEP	Lei de Execuções Penais
MJ	Ministério da Justiça
PFC	Penitenciária Feminina de Cariacica
SEJUS	Secretaria de Estado da Justiça
SINESP	Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS.....	27
1.1 Sujeitos de pesquisa e procedimentos metodológicos.....	29
1.2 Aspectos éticos da pesquisa.....	31
1.3 Organização e análise dos dados.....	32
2 QUESTÕES DE GÊNERO.....	37
3 CRIMINALIDADE: EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL.....	52
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS ENVOLVIDAS NO ENCARCERAMENTO FEMININO.....	59
4 MULHERES ENCARCERADAS: PANORAMA NACIONAL E ESTADUAL..	66
4.1 PANORAMA NACIONAL SOBRE A MULHER ENCARCERADA: UMA COMPARAÇÃO DE GÊNERO.....	66
4.2 PANORAMA ESTADUAL SOBRE A MULHER ENCARCERADA.....	72
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	77
5.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS DETENTAS DA PFC.....	77
5.2 A MULHER EM SITUAÇÃO DE CONFLITO COM A LEI.....	83
5.3 ROMPIMENTO COM O PARADIGMA DA FRAGILIDADE FEMININA.....	92
5.4 ELEMENTOS ATRATIVOS NO TRÁFICO DE DROGAS.....	98
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS.....	111
APÊNDICES.....	119
APÊNDICE A.....	120
APÊNDICE B.....	122
APÊNDICE C.....	123
ANEXOS.....	124
ANEXO A.....	125

INTRODUÇÃO

Muitos estudos enfocam a violência cometida contra a mulher, mas em se tratando do protagonismo, pouco se enfatiza o papel desta como autora de ações ilícitas. Quanto à violência de gênero, para Minayo (2005, p. 119) esta abrange a que é praticada por homens contra mulheres, por mulheres contra homens, entre homens e entre mulheres, portanto, não está relacionada somente ao sexo feminino.

Para Perrot (1988), a maior parte das produções literárias são produtos de homens que possuem o monopólio do texto e do que é público, dessa forma, a mulher é observada e descrita pelo olhar masculino. A autora, diante da carência de fontes de pesquisas, lança um questionamento: mulheres enclausuradas, como chegar até elas? Salmasso (2004) frisa que, a inexploração do estudo acerca da mulher em conflito com a lei deve-se à associação dos dados criminais femininos aos da criminalidade masculina, sem tratamento distinto entre ambos.

A situação acima descrita também decorre do fato do papel feminino ser enfatizado enquanto procriador, onde a reprodução é naturalizada e apontada como uma extensão do seu corpo. Perrot (1988) atesta que o século XIX marca a definição do lugar da mulher na sociedade, sendo a esta reservada os espaços da casa e confinada aos afazeres ditos não qualificados.

Neste sentido, Alves e Pitanguy (2003), esboçam que, historicamente, a maior participação feminina na esfera extradoméstica esteve ligada ao afastamento dos homens por motivos de guerras, quando estavam envolvidos em constantes viagens, como exemplo, nos anos 1930 e 1940. Este período é marcado pela eclosão de uma nova guerra mundial, cenário em que a afirmação da igualdade entre os sexos seguiu de encontro às necessidades econômicas da época. Por conseguinte, a participação feminina na esfera do trabalho, torna-se relevante, no momento em que torna necessário liberar a mão-de-obra masculina para as frentes de guerra.

Com o término da guerra e o retorno na força de trabalho masculina, Alves e Pitanguy (2003, p. 50) indicam que a condição feminina ligada ao espaço doméstico

é reativada através da veiculação de mensagens pelos meios de comunicação da mulher como "rainha do lar".

Dessa forma, o espaço privado, ao longo da história, se destaca no universo cor-de-rosa¹ e, ao sexo masculino, é direcionada a autonomia dos espaços públicos. DaMatta (1997) oferece contribuições quanto ao debate sobre o espaço – aqui se lê público ou privado - e explica que o mesmo é uma invenção social, construída pela sociedade dos homens (1997, p.32) “Não existe uma medida orgânica, natural ou fisiológica de categoria de pensamento e ação tão complexa quanto o espaço [...]”.

Na visão de Costa e Silveira (2012), a contradição entre o público e o privado ainda se faz presente na vida das mulheres, quando a mesma se percebe dividida entre o desejo de alcançar o sucesso profissional e os afazeres domésticos, sendo cada vez mais expressivo - consoante com Perucchi e Beirão (2007, p. 58) - o número de lares chefiados por mulheres, revelando uma posição social de provedoras do sustento no contexto familiar “Esta realidade cada dia mais comum no país caracteriza arranjos familiares que contrariam os preceitos do patriarcado, contestam modelos tradicionais e revelam paisagens pouco evidenciadas”.

Destarte, nestes novos arranjos familiares, em que se destacam as famílias monoparentais, é possível observar uma maior interação entre o papel feminino e a esfera pública, bem como maior preocupação com o acesso à educação e qualificação profissional, elencando assim, maneiras de reverter o hiato de gênero, conforme citam Costa e Silveira (2012, p. 3) “[...] o que possibilita a homens e mulheres competirem pelos mesmos cargos e funções, mesmo que a disparidade salarial seja ainda frequente”.

Quanto ao posicionamento da mulher em um novo cenário familiar que a permite dedicar-se ao trabalho fora do lar, Gonçalves (2013) evidencia que as facilidades da vida moderna continuam mantendo-a presa às tarefas da casa. Do mesmo modo, Bourdieu (2014, p. 126), infere que o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho afeta não somente a divisão das tarefas domésticas, como também os modelos tradicionais masculinos e femininos. Diante disso, o autor reflete “[...] as

¹ Ao longo do texto, será utilizado o conceito feminino que alude ao universo cor-de-rosa.

filhas de mães que trabalham têm aspirações de carreira mais elevadas e são menos apegadas ao modelo tradicional da condição feminina".

Perrot (1988) reforça que os padrões sociais são construídos historicamente, e suas contribuições seguem em direção ao pensamento de Elias (1994b), que debate que os padrões envolvidos na formação do indivíduo estão presentes no processo social em que o sujeito se encontra e que não há um eu destituído de um nós. Neste contexto, para Andrade (2010), houve um processo de naturalização do “cuidado” como sendo um modelo a ser seguido pelas mulheres:

[...] foram induzidas ao exercício de profissões que priorizassem o “cuidar”, como a enfermagem e a educação de crianças. Grande atrativo exerceu (exerce) a carreira do magistério tanto sobre mulheres da classe operária como da burguesia (alta e baixa). Muitas foram engrossar as fileiras das professoras, sobretudo das escolas primárias, por uma escolha nem sempre pessoal, mas predeterminada pelas injunções históricas e pelos estereótipos sobre a verdadeira natureza e missão da mulher (ANDRADE, 2010, p. 54).

Na visão de Boff (1999, p. 97) a ideia de cuidado se traduz como uma forma de existir e ser no mundo como algo que confere uma identidade ao sujeito e perpassa a dimensão do feminino no homem e na mulher. O fator feminino sempre esteve presente na história e ganhou maior visibilidade a partir das culturas matriarcais, a qual afirma “[...] as mulheres davam ao feminino uma expressão tão profunda que ficou na memória permanente da humanidade através de grandes símbolos [...]”. Dessa forma, no decurso da história, percebe-se como este arquétipo contribuiu para reforçar o papel cuidador da mulher.

Na linha da discussão acerca do universo feminino, Saffioti (2013) realça o casamento como fator de felicidade pessoal da mulher, a qual através do mesmo tornar-se-ia possível, a garantia da estabilidade econômica e posição social. Neste caso, o homem deveria oferecer proteção à esposa e, esta em troca, o comportamento submisso tão presente na sociedade patriarcal. A ideia de que a missão feminina é o casamento, conduziu a uma desvalorização da força de trabalho das mulheres e contribuiu para reforçar a ideologia de que às mesmas caberiam as tarefas domésticas. A autora frisa como este fator está presente no próprio imaginário feminino, Saffioti (2013, p. 95) "E as próprias mulheres, em sua

imensa maioria, têm de si próprias uma imagem cujo componente básico é um destino social profundamente determinado pelo sexo".

Quanto à construção histórica do papel feminino na sociedade, Bourdieu (2014) acentua a capacidade da mulher em assumir posições submissas traduzidas até mesmo em sua postura de inclinar-se e de ser flexível. Consideradas por muito tempo como "heroínas domésticas", Perrot (1988) enfatiza que o título se deve aos sacrifícios, virtudes e sofrimentos para manter a harmonia do lar e a paz familiar, o que se traduziria em um compromisso social de agir conforme os padrões vigentes.

Coser e Rocha (2007, p. 219) apontam que o universo das leis, da política e da história, foi conduzido por normas patriarcais que inferiorizavam a mulher "[...] tanto mais violentamente se questões de classe e raça sublinhassem a diferença". As autoras reforçam que, a partir do século XX, a mulher conquista espaço acadêmico, ampliando assim, a sua possibilidade de expressar-se.

Desta maneira, a ideologia feminina ultrapassa o perímetro do âmbito doméstico e demarca outros espaços - como o profissional e o educacional - e vem irrompendo com determinados paradigmas, como por exemplo, o da criminalidade. Como os demais trabalhadores, nem sempre a mulher consegue inserção no mundo do trabalho, passando a formar o exército industrial de reserva. Nesse caso, observa-se que devido à barbárie da crise capitalista dos últimos anos houve o acirramento da violência urbana e o surgimento de novas e velhas formas de expressões da questão social e uma delas é a presença feminina no comércio ilícito presente no tráfico de drogas. Em vista disto, refletir acerca da mulher em conflito com a lei é romper com a imagem historicamente construída de fragilidade, principalmente, quando submetida aos processos do aprisionamento.

Souza (2009) aponta que em virtude da mulher, por muito tempo, ser considerada frágil, ao se sobressair no contexto ilícito, geralmente, é vista como opositora a figura feminina socialmente aceita, o que ratifica o pensamento de Almeida (2001), quando sublinha que a mulher nesta posição rompe com o padrão historicamente construído de cuidadora, genitora, esposa e dona de casa e, assim, destaca-se e reprime a invisibilidade social, propondo uma nova forma de se impor na sociedade.

Assis e Constantino (2001) acentuam que a situação das mulheres em conflito com a lei tem sido negligenciada há séculos, tendo como motivos o papel secundário da mulher na sociedade, a falta de pressão da opinião pública que pouco se interessa pelo tema, o preconceito que atribui ínfimo valor às manifestações de desajustes sociais femininos, dentre outros.

Seria então o crime pertencente à esfera masculina? Esta é uma questão levantada por Perrot (1988) ao enfatizar que a autoria feminina de ações ilícitas é concebida como pouco ameaçadora por responder à sua fragilidade, entretanto, a autora nos convida a pensar se a recusa da estatura criminal feminina, não seria mais uma forma de afastá-la para os bastidores, reforçando o seu papel secundário na sociedade. Embora a mulher não se destaque no campo dos delitos, na literatura criminal, à mesma fora atribuído uma espécie de papel oculto:

Os crimes onde a proporção das mulheres é mais elevada não são os que supõem menos imoralidade, mas os que exigem mais dissimulação e astúcia do que força e audácia, e que se cometem no círculo das relações domésticas e familiares... a criminalidade da mulher é mais perigosa do que a do homem, porque é mais contagiosa, da mesma forma que sua moralidade é talvez mais útil, porque é mais expansiva (PERROT, 1988, p. 257).

Perrot (1988, p. 258) frisa que "[...] a figura feminina aparece na literatura criminal comparada ao mito da eterna Eva, a qual a mulher, vista como gênio maligno do homem possui a capacidade de seduzi-lo instigando-o ao crime", o que acentua a ideia de que a mulheres puxam o fiozinhos dos bastidores e os homens, como marionetes, mexem-se na cena pública. Dessa forma, diante do papel secundário que as mulheres ocupam na cena do crime, muitos estudos acabam por focar a violência contra a mulher e pouco se enfatiza as que são cometidas por elas, o que é corroborado pela discussão das autoras Fernandes e Miyamoto (2013), ao refletir acerca do direito penal à luz da vertente teórica da criminologia. Dessa maneira, as autoras realçam que esta teoria considera o pensamento de seletividade no processo de criminalização, o que tange a uma lógica patriarcal, em que a transgressão feminina é considerada inferior à masculina.

Fernandes e Miyamoto (2013, p. 101) salientam ainda que, no contexto da criação do sistema penal, a figura feminina não era concebida como sinônimo de ameaça,

sendo infundada a ideia de puni-la. Dessa forma, o estereótipo que vigorava em torno do universo feminino era o da castidade e, do masculino, a virilidade, bem como a suscetibilidade para o envolvimento ilícito. As autoras realçam que este sistema foi pensado por homens e para os homens e, dessa forma, os delitos cometidos por mulheres eram restritos ao âmbito privado, como por exemplo, os crimes de infanticídio e aborto e reforçam "o reconhecimento da mulher como praticante de crimes relacionados à esfera pública é um assunto extremamente atual".

Diante disso, percebe-se que foi tardio o reconhecimento pelo sistema penal de que a mulher poderia ocupar não somente o lugar de vítima, mas de protagonista² de atos transgressores. Na percepção de Bourdieu (2014), a dominação masculina concebe as mulheres como objetos simbólicos e desperta nas mesmas o estado de dependência, como se suas existências se justificassem enquanto objetos receptivos e delas se esperasse a representação de um papel dócil. Portanto, cada vez mais, o cenário transgressor conta com a expressão feminina, o que favorece o deslocamento do papel historicamente desempenhado pelas mulheres, ao transitar de vítimas a sujeitos de atos considerados ilícitos pela sociedade.

Ao conjecturar acerca das possíveis motivações humanas para o comportamento criminal, na visão de Cerqueira (2007, p. 17) envolve "[...] motivações individuais (emocionais e racionais), as relações familiares, interpessoais, as influências das culturas, as restrições institucionais e econômicas [...]", portanto, são multidisciplinares. Entrementes, torna-se mister considerar as transformações despertadas pelo modo de produção capitalista, a qual geraram alterações na organização da sociedade, no que tange aos aspectos sociais, políticos e econômicos.

Destarte, para atender as supracitadas transformações advindas do capitalismo, como aponta Bauman (2008), as palavras de ordem passaram a ser: pressa,

² Destaca-se o caso do assassinato do casal Richthofen, ocorrido em São Paulo no ano de 2002 e sistematicamente divulgado através da mídia. Para além do emprego da crueldade, na época, o referido crime ganhou considerável projeção nos meios de comunicação e contou com a participação da filha do casal que, embora a investigação criminal não a aponte como autora direta do delito, sem a sua cooperação, o fato não teria se consumado. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT435540-1653,00.html>>. Acesso em: 27 maio 2014

competição e individualismo. Para o autor, nos defrontamos com o imperativo do "ter" antecedendo o "ser", para atender aos apelos do consumo.

Na teoria de Castel (1998), o processo de individualização produzida pelo ideal capitalista leva o sujeito a não sentir-se parte da sociedade, como se ele não possuísse nenhuma responsabilidade frente à mesma. Tal pensamento pode ser interpretado como uma resposta às pressões sociais - tais como as produzidas pela tecnologia e pelo capital financeiro - que favorecem a recusa do indivíduo em engajar-se nas relações sociais.

Neste sentido, Bauman (2008) sublinha que os vínculos interpessoais e os encontros coletivos estão cada vez mais desvalorizados e enfraquecidos, de forma que hoje se observa a valorização da individualização. Nesta discussão, Elias (1994b) se refere a uma padronização da autoimagem do sujeito presente na cultura do individualismo, que o leva a internalizar a solidão e a perceber o mundo como algo distante e separado dele. Cabe ressaltar que, para Gigliotti e Guimarães (2007), os valores negativos desta cultura são reforçados pela influência danosa da mídia sobre as representações sociais dos indivíduos, induzindo-os assim, a uma busca pelo prazer imediato.

Assim, Bauman (2008) salienta que, a sociedade moderna foi alterando sua organização e relações humanas, passando de uma sociedade de produtores - a fim de fortalecer o mercado - para uma sociedade de consumidores que, além de manter a produção em grande escala, ainda estabelece relações individualizadas e descartáveis. O mesmo autor reforça que dentre os valores vigentes está o da posse de bens materiais como prova de competência do ser humano em detrimento dos valores pessoais.

Na mesma linha de pensamento, Elias (1994a) analisa a ideia de que o comportamento humano foi se constituindo socialmente, tornando-se inviável afirmar que existiria uma atitude inata ou natural no homem. Dessa forma, Elias (1998, p. 15) propõe que “[...] nenhum ser humano chega civilizado ao mundo e que o processo civilizador individual que ele sofre é uma função do processo civilizador social”. Diante disso, o mesmo autor chama a atenção para a pressão social

exercida sob o indivíduo e como a mesma pode se traduzir em fracassos em determinados momentos e realça:

[...] a intensidade da competição e as tensões entre os vários grupos adultos, tudo isso torna especialmente difícil o condicionamento do indivíduo. A probabilidade de que ele fracasse em algum aspecto, de que o equilíbrio entre as inclinações pessoais e as tarefas sociais seja inatingível para o indivíduo, torna-se extremamente aguda (ELIAS, 1994b, p. 33).

Frente ao contexto de pressão social, muitos jovens tendem a buscar uma colocação no mercado de trabalho que, a partir do referencial de Menegat (2008), normalmente, não atende a todos, demanda essa que se encontra suscetível aos apelos capitalistas do consumismo. Somos confrontados então, a refletir se o desejo de atender aos anseios de uma sociedade capitalista, bem como o fator desemprego, poderia ter conexão com o envolvimento ilícito. O autor Sá (2010, p. 59), através da contribuição do pensamento de Bittencourt (1990), se posiciona desfavorável a afirmar que todo o processo de transgressão presente nas classes menos privilegiadas socialmente se configure como resposta do modo de vida capitalista, pois fatores biopsicossociais inerentes aos indivíduos também estão implicados.

Observa-se que há uma grande pressão para o sucesso coletivo, o que equivale afirmar que ter um bom cargo, dinheiro, poder e relação afetiva saudável, se tornou objetivos a serem alcançados, como evidencia Baumer (2004). Para este autor, as transformações econômicas e sociais, causaram rápidas mudanças no mundo, o que contribuiu para desvalorizar aspectos relevantes na constituição da subjetividade humana e para uma busca de autoafirmação. Para alguns indivíduos, essa busca vem sendo conquistada através da inserção em práticas ilícitas financeiramente rentáveis que possibilitam certa evidência social.

O pensamento de Baumer segue de encontro à discussão proposta por Ferreira (2011), que salienta existir um apelo da publicidade ao consumo desenfreado e novas demandas criadas pelo capital atendidas, somente, por intermédio do dinheiro. Isto posto, alguns indivíduos, justificam o envolvimento na rede do tráfico de drogas a fim de tentar suprir necessidades para além das fisiológicas.

Ao que se refere à discussão acerca das possíveis motivações para o envolvimento ilícito, Sá (2010) realça que algumas experiências podem atravessar a história de vida do indivíduo e, assim, reabrir as suas "feridas psíquicas" levando-o a uma busca incansável por "objetos substitutivos", ainda que socializados, para aplacar essas feridas, como bens materiais, poder, prestígio, a própria profissão, entre outros.

Sá (2010) frisa ainda que o crime cometido por um indivíduo não deve ser considerado dentro de uma lógica reducionista, compreendido apenas como uma infração às normas, mas que o mesmo revela a expressão de um conflito, o que sugere que são multifatoriais os motivos que podem levar ao cometimento de delitos, o que é assinalado por Elias (1994b, p. 39) ao declarar que "[...] não é possível tomar indivíduos isolados como ponto de partida para entender a estrutura da sociedade".

Frente aos posicionamentos dos autores supracitados, há a possibilidade de refletir sobre a relação da figura feminina com a transgressão da lei, seja a partir do envolvimento em casos de repercussão social ou - como no caso da discussão proposta neste trabalho - perante as motivações relatadas por mulheres que se envolveram com o narcotráfico.

Neste íterim, quanto à problematização do objeto de estudo da presente pesquisa, buscou-se identificar os fatores femininos motivacionais para o envolvimento ilícito com o tráfico de drogas. Desta maneira, a pesquisa foi orientada pela seguinte hipótese: o tráfico de drogas, no modo de produção capitalista, constitui uma ferramenta que possibilita atender a anseios hedonistas. No tocante aos aspectos do modo de produção capitalista, Gonçalves (2013, p. 16) assinala que o mesmo potencializa a marginalização de certos setores presentes no sistema produtivo e tende a colocar obstáculos à realização feminina, a qual aponta "O sexo, fonte de inferiorização social feminina, interfere de forma positiva para a reprodução da sociedade capitalista". Vale evidenciar que a autora não considera que o capitalismo tenha criado a inferiorização social feminina, todavia, tende a acirrar a disputa, contribuindo para aprofundar a desigualdade entre os sexos.

Nesta lógica, na medida em que as mulheres se deparam com um mercado de trabalho cada vez mais excludente - embora o caráter ilegal do narcotráfico - implicar-se na comercialização ilegal do tráfico de drogas pode se constituir uma opção para se autoafirmar com poder nas relações sociais e alcançar sucesso financeiro, como também possibilitar o consumismo, o que é exposto por Faria (2011, p. 537) “[...] vislumbram, nas atividades ilícitas do tráfico de drogas, uma alternativa de driblar o sistema excludente [...]”.

Salienta-se que a maioria das pesquisas situa a figura feminina como vítima da violência e pouco suscetível a conflitar-se com a lei. Entretanto, de acordo com as referências teóricas utilizadas ao longo deste estudo, cada vez mais as mulheres protagonizam espaços ilícitos.

É importante informar a imbricação da autora da pesquisa com a escolha do tema discutido, sobretudo porque a temática pulsa em sua experiência acadêmica – em virtude da formação em ciências sociais e psicologia – e profissional, por atuar no atendimento a dependentes químicos e a pessoas privadas de liberdade. Destarte, no decorrer de alguns anos, a mesma vem aprimorando-se através da experiência profissional e fundamentação teórica, sobre os aspectos que motivam algumas pessoas a se envolverem em práticas ilícitas, mesmo perante a possibilidade de serem privadas do direito de ir e vir.

Diante a supramencionada experiência profissional e acadêmica, a pesquisadora frisa que um dos crimes com maior projeção no sistema carcerário é o do narcotráfico, sendo que as questões relacionadas às drogas afetam toda a sociedade de um modo em geral, se fazendo presente através da história. Salienta ainda que, há um aumento considerável do consumo destas substâncias, o que favorece o surgimento de um mercado de drogas promissor que gradativamente vem aumentando a participação das mulheres.

Ao buscar o conhecimento, numa perspectiva de totalidade, dos determinantes motivacionais para a inserção feminina no contexto do tráfico de drogas, as seguintes questões passaram a nortear a pesquisa: Como se caracteriza o perfil socioeconômico das presas que cumprem pena por tráfico de drogas? Quais fatores motivacionais impulsionaram a essas mulheres a vivenciarem o cenário do

narcotráfico? Qual a autopercepção destas mulheres antes do aprisionamento e na atual condição de presas?

Na perspectiva teórica adotada, a primeira indagação sobre o perfil socioeconômico das presas em questão possibilita verificar desde o grau de instrução até o contexto econômico e de oportunidades em que estiveram submetidas antes do aprisionamento, pois na visão de Gigliotti e Guimarães (2007), o tráfico de drogas tem criado raízes em toda a sociedade e tanto encontra meios férteis nas populações mais pobres quanto nas mais abastadas.

Em referência às possíveis motivações que levam os indivíduos a se comprometerem com o contexto ilícito, os autores acima evidenciam a aquisição de poder e status, assim, possibilitar a escuta das mulheres protagonistas de atos considerados ilícitos pela sociedade, faculta verificar se há outras motivações que não só o alcance de poder e prestígio social.

Isto posto, como objetivo geral do presente trabalho, buscou-se conhecer as motivações que levam as mulheres a se inserirem no narcotráfico e as percepções das mesmas em relação a essa condição. Quanto aos objetivos específicos, identificar o perfil socioeconômico das mulheres que protagonizam o universo do tráfico de drogas, bem como analisar a concepção da mulher detenta sobre sentimentos, relação familiar e a percepção sobre a sua vida antes e após o aprisionamento.

Deste modo, a dissertação se apresenta organizada em seis capítulos, sendo que o primeiro alude aos "Apontamentos Metodológicos", que tange ao tipo de estudo adotado, sendo este de caráter qualitativo e exploratório em virtude do foco e da ênfase abordados na pesquisa.

O segundo capítulo intitulado por "Questões de Gênero" reflete acerca do conceito de gênero e as desigualdades entre os sexos, construídas socialmente. Pontua-se sobre as subjetividades femininas implicadas no processo de envolvimento com o tráfico de drogas e os fatores que destacam a mulher como autora no cenário considerado ilícito pela sociedade.

Em seguida, o terceiro capítulo denominado “Criminalidade: Expressão da questão social” reflete acerca da questão social e algumas de suas expressões, como o desemprego, a violência e o uso de drogas. Além disso, amplia-se a discussão através do subitem “Políticas Públicas Envolvidas no Encarceramento Feminino” que aborda sobre as políticas públicas direcionadas ao contexto prisional feminino.

No quarto capítulo, designado por “Mulheres Encarceradas: Panorama Nacional e Estadual” evidencia-se sobre o perfil socioeconômico da mulher encarcerada apresentando dados que contemplam tanto a realidade nacional quanto a do Espírito Santo. O penúltimo capítulo denominado, “Resultados e Discussões”, apresentam os resultados pertinentes à pesquisa de campo realizada na Penitenciária Feminina de Cariacica (PFC) no que tange ao perfil socioeconômico da mulher encarcerada por tráfico de drogas, bem como suas motivações para conflitar-se com a lei e, por fim, o capítulo seis, refere-se às “Considerações Finais”.

Pretende-se, com este estudo, contribuir, no campo das Ciências Sociais, novos elementos teórico-empíricos com reflexões acerca do tema a partir da interface gênero e tráfico de drogas. Historicamente, as presidiárias representavam uma pequenina parcela no cenário ilícito; hoje constituem um número expressivo, tornando-se um fenômeno importante de ser compreendido e explicado do ponto de vista científico.

Desta maneira, deseja-se que este trabalho possa evidenciar a condição da mulher envolvida no cenário do narcotráfico, bem como contribuir para a visibilidade feminina no contexto do encarceramento. Do ponto de vista social, quer auxiliar para a melhor compreensão das políticas públicas voltadas para as mulheres encarceradas e, por conseguinte, subsidiar a ação de profissionais interessados pela temática.

O *locus* desta pesquisa sucedeu na PFC que é uma das seis Unidades Prisionais criadas para substituir a Penitenciária Estadual Feminina (PEF), antes conhecida como Presídio de Tucum e se localizava no bairro Tucum, no município de Cariacica, que foi extinta em condições de infraestrutura precária e inadequada. A atual Penitenciária inaugurada em 23 de agosto de 2010 está sediada no bairro Bubu, também no município de Cariacica / ES.

1 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

O tipo de estudo adotado foi de caráter qualitativo e exploratório³ em virtude do foco e da ênfase que são abordados na pesquisa. Por meio do estudo exploratório, procura-se conhecer um determinado fenômeno, ao mesmo tempo, este deve propor uma visão geral sobre o objeto estudado, por isso, “Esse tipo de pesquisa é realizado, sobretudo, quando o tema escolhido é pouco explorado e tornar-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL apud RAUPP; BEUREN, 2003, p. 80). Deste modo, este tipo de estudo frisa uma nova percepção do evento a ser investigado. Acrescenta-se que, embora seja possível encontrar publicações relevantes sobre a discussão de gênero, no que se refere ao envolvimento feminino com o tráfico de drogas, ainda são ínfimas as contribuições.

Para a realização desta investigação do tipo exploratório, baseou-se em revisão bibliográfica, análise documental, entrevistas semiestruturadas e questionário socioeconômico, indo ao encontro do proposto pela literatura quando recomenda como procedimento metodológico para a realização do estudo exploratório o levantamento bibliográfico.

Para a revisão bibliográfica, foram consultadas produções acadêmicas em bancos de dados do Scientific Electronic Library Online (Scielo), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), entre outras literaturas. Para tanto foram utilizados alguns descritores, como violência, tráfico de drogas, criminalidade, mulher e gênero, entretanto, no que se refere à temática, foram encontradas produções em quantitativo restrito.

Quanto à pesquisa documental, esta foi baseada em dados socioeconômicos e informações⁴ obtidas por meio do exame dos prontuários de psicologia das

³ Na percepção de Severino (2007), a pesquisa exploratória busca realizar o levantamento de informações sobre um determinado objeto, delimitando um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto.

⁴ Dados solicitados após a liberação da SEJUS e do Comitê de Ética da EMESCAM.

participantes da pesquisa da PFC, associado à utilização de um formulário de entrevista semiestruturada para a coleta dos dados. Além disso, foram consultados documentos relacionados ao tema, tendo como fontes de informação os bancos de dados disponibilizados pelo Ministério da Justiça (MJ), Instituto Jones dos Santos Neves, Sistema Nacional de Informações Penitenciárias, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Sistema Carcerário e Execução Penal e Decreto-Lei nº 2.848/1940.

Em seguida, foi realizada a pesquisa empírica. Em referência à característica da amostra, de acordo com os dados do último levantamento nacional de informações penitenciárias, divulgados pelo MJ, em junho de 2015, no primeiro semestre de 2014, o número de pessoas privadas de liberdade no Brasil ultrapassou a marca dos 600 (seiscentos) mil. Atualmente, existem cerca de 300 presos para cada cem mil habitantes no país. No ranking dos 10 países com maior população prisional, o Brasil ocupa o 4º lugar, perdendo colocação apenas para EUA, China e Rússia. Desde 2008, os EUA, a China e, principalmente, a Rússia, estão reduzindo seu ritmo de encarceramento, ao passo que o Brasil vem acelerando, sendo possível verificar no quadro abaixo:

Quadro 1: Informações dos dez países com maior população prisional do mundo

<i>País</i>	<i>População prisional</i>	<i>Taxa da população prisional para cada 100.000 habitantes</i>	<i>Taxa de ocupação</i>	<i>Taxa de presos sem condenação</i>
Estados Unidos	2.228.424	698	102,70%	20,40%
China	1.657.812	119	-	-
Rússia	673.818	468	94,20%	17,90%
Brasil	607.731	300	161,00%	41,00%
Índia	411.992	33	118,40%	67,60%
Tailândia	308.093	457	133,90%	20,60%
México	255.638	214	125,80%	42,00%
Irã	225.624	290	161,20%	25,10%
Indonésia	167.163	66	153,00%	31,90%
Turquia	165.033	212	101,20%	13,90%

Fonte: DEPEN (2015).

Dados do Sistema Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN)⁵, referentes a 2011⁶, registrou cerca de 34.058 mulheres encarceradas no Brasil, o que representava, à época, aproximadamente, 7% do total da população penitenciária brasileira. Consoante com o novo levantamento realizado pelo INFOPEN divulgados em 2015, no Brasil, o número de pessoas privadas de liberdade em 2014 é 6,7 vezes maior do que em 1990. Desde 2000, a população prisional cresceu, em média, 7% ao ano. Caso mantenha-se esse ritmo de encarceramento, em 2022, a população prisional do Brasil ultrapassará a marca de um 1.000.000 (um milhão) de indivíduos.

Como supramencionado neste trabalho, a pesquisa foi realizada na PFC sediada no bairro Bubu, no município de Cariacica / ES. A população carcerária da Penitenciária corresponde a, aproximadamente, 320 presas e, dentre este universo, cerca de 250 presas respondem pelo crime de tráfico de drogas. Acrescenta-se que, a PFC, comporta os regimes de condenação provisório, fechado e semiaberto. Sua infraestrutura conta com salas de aula para o ensino fundamental e médio, oficina de costura de uniformes, oficina de costura em couro, sala para realização de artesanatos, biblioteca, ambulatório e alojamento materno-infantil (berçário), onde as internas puérperas podem permanecer com seus filhos.

1.1 Sujeitos de pesquisa e procedimentos metodológicos

Os sujeitos participantes da pesquisa foram dez detentas condenadas pelo artigo 33 da Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006, que corresponde ao tráfico de drogas.

As dez detentas que participaram do estudo necessariamente pertenciam ao regime de condenação fechado, o que excluiu da pesquisa os casos das que se encontravam privadas de liberdade provisória, bem como as que cumpriam pena no regime semiaberto, possibilitando assim, uma amostra mais homogênea⁷.

⁵ Programa de coleta de dados do Sistema Penitenciário no Brasil, alimentado por órgãos de administração penitenciária sobre as populações carcerárias.

⁶Os dados referem-se ao mês de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMID598A21D892E444B5943A0AEE5DB94226PTBRIE.htm>>. Acesso em 27 maio 2014.

⁷ De acordo com o Código Penal Brasileiro, em seu artigo 33, o regime fechado refere-se à execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média. No que tange ao regime semiaberto, a execução da pena pode ser realizada em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar. Com

No que se refere à amostragem da pesquisa optou-se pela amostra casual simples⁸ com a população carcerária lotada na PFC, portanto, não representa toda a população do estado do Espírito Santo ou também ter sua representatividade extrapolada para outras populações.

Para a efetivação das entrevistas contou-se com o apoio da psicóloga da PFC, que disponibilizou a relação das presas que cumpriam pena por envolvimento com o tráfico de drogas, bem como os seus prontuários psicológicos para o levantamento de informações. No primeiro momento, ocorreu a análise de, aproximadamente, 25 prontuários das detentas presas nos últimos cinco anos, ou seja, 2008-2013, buscando identificar os dados socioeconômicos, como idade, escolaridade, função laborativa anterior ao aprisionamento, entre outras, a fim de balizar com as falas das entrevistadas.

A partir deste levantamento, foi solicitada à técnica do setor de psicologia a indicação de dez detentas para a entrevista (cabe lembrar que a pesquisadora também é técnica do setor psicológico da área prisional, todavia, em Unidade Prisional Masculina). Após a indicação, as entrevistas foram realizadas de acordo com a disponibilidade de local e de tempo da instituição, ou seja, a pesquisadora colocou-se à disposição da instituição mediante aos horários e os dias estipulados para a realização das entrevistas.

Isto posto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais, com duração aproximadamente de 50 (cinquenta) minutos cada. Acresce-se que, durante a realização das entrevistas fez-se necessário o acompanhamento de um profissional de segurança que permaneceu apenas no campo de visão da entrevistadora, portanto, sem contato auditivo, garantindo assim, a confidencialidade das informações. Essa é uma norma institucional que visa atender o procedimento de segurança da PFC.

relação ao regime provisório, compreende-se que o indivíduo aguarda o julgamento. Dessa forma, na presente pesquisa, pretende-se elencar uma amostra homogênea, pois todos os sujeitos pertencem ao regime fechado.

⁸ Segundo Vieira e Hossne (2001), uma amostra casual simples, também conhecida por aleatória simples, refere-se a um subconjunto de indivíduos (a amostra) selecionados ao acaso a partir de um conjunto maior (a população) por um processo que garanta que todos os elementos da população possuam a mesma probabilidade de pertencer à amostra e todas as possíveis amostras possuam também probabilidade de ocorrer.

Dessa forma, inicialmente, para cada detenta, foi aplicado um questionário para a coleta dos dados socioeconômicos, na qual esse instrumento teve por objetivo descrever o perfil dos sujeitos envolvidos na pesquisa, como o grau de instrução, o estado civil, se possuía ou não filhos, a ocupação profissional antes do aprisionamento com a respectiva renda e a que passou a auferir após o envolvimento com o tráfico de drogas, além de informações pertinentes ao aprisionamento (APÊNDICE A).

Após a aplicação do questionário socioeconômico, para conhecer as motivações que levaram as detentas a se inserirem no universo do tráfico de drogas, foi aplicado outro instrumento de coleta de dados, sendo o de entrevista semiestruturada, com perguntas relacionadas às motivações que as levaram ao envolvimento ilícito, como as dificuldades encontradas durante o aprisionamento, as consequências do mesmo para as suas vidas, bem como as expectativas ao confrontar-se com a progressão de regime, possibilitando assim, o registro dos depoimentos na captação de suas percepções sobre o assunto tratado (APÊNDICE B).

1.2 Aspectos éticos da pesquisa

Quanto aos procedimentos ético-metodológicos adotados, o protocolo de estudo iniciou-se após a solicitação à Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS), por meio da carta de anuência e, a partir de uma autorização por escrito emitida pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em Seres Humanos, ocorreu o agendamento com a instituição para a visita e coleta dos dados.

O projeto de pesquisa obteve aprovação do CEP da EMESCAM conforme submissão à Plataforma Brasil com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 34605814.8.0000.5065 aprovado em 26 de agosto de 2014 com parecer nº 766.385, a qual os termos de apresentação obrigatória estão de acordo com a resolução nº 466/12 (ANEXO A).

Por conseguinte, foi levado ao conhecimento de todos os participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que consiste em um instrumento sobre a entrevista que, após a leitura e os devidos esclarecimentos aos sujeitos participantes

da pesquisa, os mesmos aceitaram em participar voluntariamente, assinando assim, o instrumento (APÊNDICE C). As entrevistas foram submetidas a áudio gravação e transcritas na íntegra, para então, ocorrer a organização e a análise dos dados.

1.3 Organização e análise dos dados

Após a coleta dos dados, os mesmos foram transcritos, analisados, interpretados e articulados à luz dos eixos teóricos escolhidos. Este momento consiste num processo que requer do pesquisador ir além do nível da mera compilação dos dados de determinado tema, possibilitando o desenvolvimento da criatividade do pesquisador (PÁDUA, 2004).

Ao considerar a discussão sobre a análise de conteúdo, Campos (2004) ressalta que a autora Laurence Bardin é uma referência na área ao afirmar que a análise de conteúdo permite ao pesquisador abordar tanto as questões que estão visíveis no texto quanto as latentes.

À vista disto, a análise de conteúdo parte de uma reflexão mais simplista para um estudo mais apurado do que se pretende pesquisar. Tem como objetivo a verificação de hipóteses e a descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado (GOMES, 1994).

Em concordância com Franco (2005), a análise de conteúdo tem sido cada vez mais utilizada para produção de referências acerca de informações coletadas através de perguntas de interesse do pesquisador considerando que estas informações estão interligadas com o contexto dos seus produtores. Na visão da autora:

Toda mensagem falada, escrita ou sensorial contém, potencialmente uma grande quantidade de informações sobre o seu autor: suas filiações teóricas, concepções de mundo, interesses de classe, traços psicológicos, representações sociais, motivações, expectativas, etc... A "teoria" da qual o autor é o expositor orienta sua concepção da realidade. Tal concepção (consciente ou ideologizada) é filtrada mediante seu discurso e resulta implicações extremamente importantes para quem se propõe fazer análise de conteúdo (FRANCO, 2005, p. 21 - 22).

Para a realização da análise de conteúdo, foram adotadas as três fases sugeridas por Bardin, conforme ressaltado por GODOY (1995), sendo a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Na pré-análise, organizou-se todo o material coletado durante o trabalho de campo o que contemplou os dados do questionário socioeconômico e as entrevistas semiestruturadas individuais.

Em seguida, passou-se à exploração dos dados coletados. Para tanto, foram transcritas integralmente as falas gravadas das detentas durante as entrevistas. Após a transcrição integral das entrevistas, foi possível identificar eixos temáticos que possibilitaram agrupar os dados, permitindo melhor sistematização o que, consoante com Moraes (1999), Bardin denomina de descrição analítica. Moraes propõe que “O processo de categorização contribui tanto para a organização dos dados quanto para o seu processo de análise” (1999, p. 26).

Nesta fase, levaram-se em conta os objetivos da pesquisa que nortearam a realização do estudo e o conjunto dos dados coletados. Salienta-se que, foram utilizados dados de outras pesquisas realizadas acerca da mulher encarcerada envolvida no tráfico de drogas com o intuito de confrontá-los tanto com o panorama nacional quanto o local. Por consequência, foram definidos quatro eixos de análises temáticas: o perfil socioeconômico das mulheres presas por tráfico de drogas; a mulher em situação de conflito com a lei; rompimento com o paradigma da fragilidade feminina; e elementos atrativos no tráfico de drogas.

As unidades de registro (palavras-chave e/ou expressões) foram determinantes para a identificação dos eixos de análises temáticas por facilitarem o reconhecimento dos subeixos nos dados coletados. Em cada um dos eixos, encontraram-se variadas unidades de registro.

Para identificar o - perfil socioeconômico das mulheres presas por tráfico de drogas - os dados deveriam permitir o aparecimento de informações acerca do contexto econômico e social em que essas mulheres viviam, como demonstrado no quadro 2.

Quadro 2 – Eixo Temático 1

Eixo 1	Subeixos
Perfil socioeconômico das mulheres presas por tráfico de drogas	Idade
	Cor ou raça/etnia
	Escolaridade
	Estado civil
	Quantitativo de filhos
	Região de moradia
	Tipologia criminal
	Ocupação profissional

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto ao eixo temático - a mulher em situação de conflito com a lei -, o quadro 3 apresenta os subeixos e as respectivas unidades de registro:

Quadro 3 – Eixo Temático 2

Eixo 2	Subeixos	Unidades de registro
A mulher em situação de conflito com a lei	História de vida de mulheres antes do narcotráfico e sentimentos registrados após o envolvimento	Culpa, Arrependimento Tristeza.
	Experiências e dificuldades vivenciadas durante o processo de aprisionamento	Convivência Falta de acesso Adaptação Distância familiar Distância dos filhos
	Aprendizados adquiridos ao longo do processo de aprisionamento	Oportunidade Disciplina
	Consequências e marcas do aprisionamento	Tempo Tempo perdido

Fonte: Elaborado pela autora.

O terceiro eixo temático trata do - rompimento com o paradigma da fragilidade feminina – a qual, a partir dos subeixos, estabeleceram-se como unidades de registros todas aquelas que possibilitaram por meio do conteúdo expresso identificar fatores enfrentados pela mulher para situar-se no contexto ilícito considerado dominado pelos homens.

Quadro 4 – Eixo Temático 3

Eixo 3	Subeixo	Unidades de registro
Rompimento com o paradigma da fragilidade feminina	Poder	Poder Comandar Respeito
	Status	Riqueza Fama
	Prestígio Social	Glamour Ostentação

Fonte: Elaborado pela autora.

Tendo em consideração o último eixo temático - Elementos atrativos no tráfico de drogas -, o quadro 5 apresenta os subeixos e as respectivas unidades de registro:

Quadro 5 – Eixo Temático 4

Eixo 4	Subeixo	Unidades de registro
Elementos atrativos no tráfico de drogas	Motivações Financeiras	Necessidade Dinheiro
	Ambição	Ganância Dinheiro fácil
	Componente afetivo	Amor Orgulho Medo

Fonte: Elaborado pela autora.

Após a sistematização dos dados em eixos, tornou-se mais evidente a análise dos dados empíricos tomando como apoio alguns estudos científicos, isto é, fazer a relação entre os dados empíricos e o referencial teórico escolhido.

Posterior ao cumprimento da segunda etapa prosseguiu-se com a fase de interpretação ou análise dos dados. Deste modo, a partir da identificação e da organização dos dados, passou-se a analisá-los tomando como alicerces referenciais teóricos selecionados previamente - embora a escassa produção

encontrada na revisão de literatura - cujos resultados dialogaram com os resultados desta pesquisa.

A partir da verificação dos discursos acerca do poder social e cultural, infere-se que estes são percebidos como propriedades legitimada dos homens. Ao longo da história, as mulheres vivem um processo de lutas e conquistas que já duram anos em prol de sua emancipação e respeito pelas diferenças. E, em se tratando de tais fatos, tem-se a discussão em torno da temática de gênero.

2 QUESTÕES DE GÊNERO

“Dentro do tráfico eu sou muito elogiada pelos homem [SIC], né?” (VIOLETA).

Em referência ao conceito de gênero, o mesmo alude às desigualdades socioculturais presentes na relação homem e mulher, repercutindo assim, no âmbito da vida pública e privada, conforme cita Martins (2008, p. 21) “[...] impondo a eles papéis sociais diferenciados, construídos historicamente e criando polos de dominação e submissão [...]”.

Para Andrade (2010, p. 31) o conceito de gênero refere-se a algo mais amplo que o sexo e se destaca como produto social aprendido e transmitido de geração em geração. Dessa forma, a autora propõe diferentes aspectos para a categoria de gênero, sendo que o primeiro refere-se ao aparato biológico do ser humano como insuficiente para explicar a diferença entre o comportamento feminino e masculino em sociedade e, o segundo aspecto, está ligado à noção de poder e cita “[...] o poder é exercido de modo desigual entre os sexos: as mulheres ocupam em geral posições subalternas nas organizações mais amplas da vida social”.

Elias (1998a) discute sobre o estabelecimento de um código social presente nas relações de gênero, a qual a mulher de antigamente não era considerada como uma pessoa e à mesma não era permitida gozar de vida própria. Os romanos não possuíam o hábito de atribuir nomes pessoais às suas filhas e a maneira utilizada para distingui-las era, por exemplo, o sobrenome paterno. Dessa forma, se o provedor pertencesse ao clã dos Cláudios, todas as filhas seriam então, reconhecidas como Cláudia. Logo, o autor sublinha que, em função do reconhecimento social do homem como detentor de poder, à mulher foi destinado uma posição de subordinação e inferioridade:

un equilibrio de poder entre los sexos tan desigual que las mujeres eran constantemente obligadas a demostrar su posición inferior a través de su conducta⁹ (ELIAS, 1998a, p 205).

⁹ Um equilíbrio de poder de forma desigual entre os sexos que as mulheres estavam constantemente obrigadas a demonstrar a sua posição inferior através de seu comportamento [tradução nossa].

Em conformidade com Elias (1998a), para uma compreensão maior acerca das mudanças ocorridas nos papéis femininos, bem como nos masculinos, torna-se relevante considerar o desenvolvimento da sociedade e a organização do Estado, pois ambos são passíveis de alterações em sua forma de desenvolvimento. À vista disto, Elias salienta (1994a, p. 16), “[...] a estrutura do comportamento civilizado está estreitamente inter-relacionada com a organização das sociedades ocidentais sob a forma de Estados”. Para melhor ilustrar, o autor explana sobre o período em que as mulheres garantiram maior autonomia e passaram a ser reconhecidas como seres humanos, entretanto, essa autonomia se contrasta com a deterioração do Estado Romano, culminando em uma perda do espaço feminino.

No decorrer da discussão sobre o conceito de gênero, Heilborn *et al* (2010) realçam que o seu estudo possibilita reverter injustiças construídas historicamente na relação entre homens e mulheres, estabelecidas por meio das relações sociais.

Quanto à divisão entre os sexos em nossa sociedade, para Bourdieu (2014) esta é concebida de maneira natural a ponto de ser inevitável, como se estivesse “na ordem das coisas” e, adquire assim, um reconhecimento legítimo em virtude de uma visão androcêntrica que se impõe sem a necessidade de se enunciar. O mesmo autor se refere à presença de uma ordem social funcionando como uma máquina simbólica que tende a fortalecer a dominação masculina. Desta maneira, Bourdieu (2014, p. 24) aponta que “O mundo social constrói o corpo como realidade sexualizada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes”.

Referente à naturalização da primazia masculina, os textos bíblicos constituíram importante instrumento para reforçar este discurso ao inserirem a figura feminina no mito da criação como um complemento do homem, não existindo em si, mas para o outro, em conformidade com Gênesis (2:18, 21 - 23) “Então o senhor Deus mandou ao homem um profundo sono; e enquanto ele dormia, tomou-lhe uma costela... E da costela, o Senhor Deus fez uma mulher e levou-a para junto do homem”.

Nesta linha de pensamento, Andrade (2010, p. 41) sustenta que o posicionamento bíblico influenciou os contextos masculino e feminino paralelo à construção social ao afirmar que “Neste contingenciamento, a religião cristã teve um papel de destaque nos tipos de homens e mulheres que estamos sendo”. Acrescenta-se que, além da

visão religiosa, Bourdieu (2014) destaca a atuação da Igreja, marcada pelo antifeminismo representada por um clero habilitado a condenar as faltas femininas, desde os seus trajés, fortalecendo assim, uma visão pessimista das mulheres em uma sociedade dominada pelos fundamentos patriarcais.

As representações acerca da mulher, de acordo com Silva (2005) citado por Martins (2008), seja na relação familiar ou na sociedade, passam pelas concepções de fragilidade, dependência e submissão, que dão ao homem o direito de tutela sobre ela. Afirma que, esta situação é posta como inerente à natureza feminina e não advinda de um discurso comprometido com a garantia de uma ordem social masculina. Em vista disto, segue a contribuição de Martins (2008, p.27) “[...] o machismo, enquanto ideologia do sexo constitui-se em violência simbólica, ao comportar ações arbitrárias impostas a um destinatário específico, violando seus interesses sem que ele o perceba”.

Heilborn *et al* (2010), ressaltam acerca dos padrões discriminatórios estabelecidos pela sociedade, a qual os mesmos “ditam” parâmetros de normalidade e são capazes de se modificarem de acordo com a cultura em que estão inseridos. Canguilhem (2006) sugere pensar sobre o que de fato se constitui normal ou anormal e assegura que o anormal é a ausência de normalidade que, na maioria das vezes, expõe a risco o conhecido desde sempre, perturbando assim, a ordem estabelecida. Logo, podemos acentuar que o “anormal” nada mais é que uma nova forma de “normal”, ou seja, uma forma diferente de normalidade.

Neste sentido, homens, constituídos biologicamente masculinos, devem portar-se de acordo com padrões masculinos. Desde a infância, essa diferença se faz presente até mesmo nos brinquedos. Como exemplo, têm-se os brinquedos destinados aos meninos, como os de luta, que servem para que estes se sintam motivados a conquistar a autonomia e assim, ocupar os espaços da vida pública, bem como os destinados às meninas, representados pelo cuidado do lar e, assim, desde a tenra idade, são inseridas em um mundo “cor-de-rosa”. Por conseguinte, Martins (2008) assegura que, embora tais padrões influenciem os indivíduos, estes possuem um equipamento biológico capaz de adaptar-se em qualquer tipo de cultura.

Deste modo, na visão de Saffioti (2013), é possível perceber que há uma expectativa da sociedade no que se refere à forma como homens e mulheres devam agir. Heilborn *et al* (2010) atestam que o papel feminino é enfatizado enquanto procriador, onde a reprodução é apontada como uma extensão do corpo, sendo essa naturalizada em nosso contexto. A autora Andrade (2010) ratifica o pensamento acima:

[...] aos meninos é permitido um caráter agressivo nos jogos, já que isso é próprio do ser menino, enquanto das meninas é exigida uma docilidade, própria do ser menina. Os meninos são livres para brincar de índios, ladrões, bandidos, heróis, tigres ferozes, jogar bola, enquanto que das meninas são esperadas brincadeiras de donas-de-casa, cabeleireiras, professoras, enfermeiras etc. Esses estereótipos de gênero são motivos que não apenas tentam justificar as desigualdades entre homens e mulheres, mas as instituem (ANDRADE, 2010, p. 64).

Perrot (1988) revela que essa questão de gênero aparece e também determina normas no que tange a organização do ambiente público e privado, estabelecendo então, posições sociais. Todavia, essas diferenças sofreram mudanças e esta ideia é retomada no século XIX e se apoiou nas descobertas da medicina e da biologia ao insistir na existência de duas espécies com particularidades distintas. Em concordância com o mesmo autor, frente à divisão das espécies, aos homens fora atribuído o cérebro e a inteligência e, às mulheres, o coração e os sentimentos, o que pode ser corroborado pelo pensamento atual de que o homem é racional e a mulher emotiva.

No decorrer da obra de Perrot (1988), a autora cita as contribuições de Augusto Comte quando este se refere a uma inaptidão do sexo feminino para o governo, mesmo da simples família, onde a unidade doméstica até poderia ser controlada por uma mulher, desde que fosse dentro de certos limites. Em uma residência há os espaços masculinos - como, por exemplo, o escritório - e a cozinha, como território feminino, o que fortalece a concepção de uma economia doméstica feminina e traz a ideia da dona-de-casa como uma patroa, capaz de controlar a cozinha, favorecendo o seu retraimento nos espaços públicos.

Ao discorrer sobre a autonomia feminina, no período do Brasil colonial, por exemplo, Andrade (2010, p. 48) relata que as mulheres, no espaço privado, esposas legítimas

ou não, dispunham de um poder extraoficial de chefes de suas casas, na ausência dos companheiros. A autora se refere ao posicionamento das mulheres no processo histórico e assinala que, em alguns momentos, este se ocultou sob uma aparente passividade “As próprias narrativas bíblicas, embora sejam representadas pelas vozes masculinas, expressam exemplos do poder que sempre circulou nas sociedades, de vários ângulos e de diversas formas”.

Em menção acerca da autonomia feminina, segundo Andrade (2010), a palavra poder, no singular, designa a figura central do Estado, que se supõe masculina e, no plural, equivale a influências periféricas, ocupadas em grande parcela pelas mulheres. Esta ideia alude ao pensamento de Perrot (1988), quando a autora conjectura sobre o reflexo do poder feminino no âmbito familiar e sugere a ideia de um “matriarcado orçamentário” reservado às mulheres com o propósito de equilibrar as finanças domésticas traduzindo-se como uma base de “autonomia” das donas-de-casa.

Na visão de Andrade (2010, p. 54), o autoconceito da mulher sobre as funções ditas naturais que lhe cabiam foi sendo delimitado, através do discurso religioso e médico, o que refletiu no cerceamento da participação feminina no campo profissional. A autora sustenta que o modelo de produção capitalista induziu a acreditar que a destinação natural feminina era para atividades menos exigentes, tais como secretárias, contínuas, balconistas e garçonetes. Nestas funções, tanto os salários como o prestígio eram reduzidos em relação a outros cargos e ratifica “[...] muitas se sentiram gratas por usufruírem de tais oportunidades a que outras do seu gênero nem ousariam aspirar, pelas pseudo-limitações de sua condição de mulheres [...]”.

A partir do referencial de Gonçalves (2013), nos anos 1970, em virtude de acelerado processo de industrialização capitalista, ao Brasil foi permitido ampliar a classe média, bem como a sua capacidade de consumo, tendo as mulheres usufruído deste processo. Além disso, registra-se uma expressiva expansão do trabalho feminino. Entretanto, a maior parte foi empregada no setor de serviços, com alta concentração no trabalho doméstico, o que Bourdieu (2014) discute ao apontar que, apesar do aparente destaque feminino no mercado de trabalho, as mulheres ocupam sempre

posições desfavorecidas, como as de assistências e cuidados, mulheres da limpeza, merendeiras, crecheiras, etc.

Deste modo, Costa e Silveira (2012, p. 1), destacam que a desconstrução da dicotomia público/privado é relevante para o empoderamento feminino no mundo do trabalho, pois ainda há registros de desigualdades entre homens e mulheres. Para as autoras “Tais desigualdades incidem sobre a totalidade da vida feminina, sendo a inserção no mercado de trabalho um dos ângulos prioritários de manifestação das discriminações sofridas pelas mulheres”. Bourdieu (2014) contribui com a discussão ao ressaltar que, em geral, as mulheres obtêm cargos menos elevados com os mesmos diplomas que os homens e que são mais atingidas pelo desemprego, pela precariedade de empregos e direcionadas mais facilmente a cargos de trabalho parcial, o que respalda a perspectiva de Gonçalves (2013) quando menciona que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho avançou para atividades mais precárias dentro do modo de produção capitalista.

No que concerne ao debate sobre os desníveis profissionais enfrentados pelas mulheres em relação aos homens, ainda que a população feminina economicamente ativa tenha registrado crescimento em relação à masculina, Heilborn *et al* (2010), assinalam que o desemprego das mulheres se mantém mais elevado do que o de homens, desde a década de 1980, o que pode ser percebido nos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), que assinalam que em 2011, as mulheres correspondiam a 45,4% da população e, entre homens, esse percentual era de 63,4%. No período entre 2003 a 2011, o IBGE produziu indicadores para o mercado de trabalho nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Relativo à análise da posse de carteira de trabalho assinada para homens e mulheres, os resultados mostraram que dentre as mulheres ocupadas na indústria, nos serviços domésticos e nos outros serviços, a posse da carteira de trabalho assinada era inferior à verificada entre os homens.

Tabela 1: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento do trabalho principal - Brasil 2010

Posição na ocupação, subgrupo e categoria do emprego, e condição de contribuição para Instituto de Previdência oficial no trabalho principal	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento do trabalho principal		Valor do rendimento nominal médio mensal do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento do trabalho principal (R\$)	
	Sexo		Sexo	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total	46 924 191	33 719 022	1 451,27	1 069,56
Empregados	33 545 070	26 866 002	1 316,75	1 007,85
Com carteira de trabalho assinada	22 959 332	16 147 989	1 381,50	1 075,87
Trabalhadores domésticos	418 059	5 381 050	677,61	463,26

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Nesta mesma linha de discussão, os resultados do IBGE 2010, verificado na esfera nacional revelam diferenças, por exemplo, no valor do rendimento médio mensal entre homens e mulheres. No caso de função com registro em carteira de trabalho, na época da pesquisa, chegou a ser de R\$ 307,00 a mais para os homens, conforme ilustrado na tabela acima.

Quanto às posições dominantes que são ocupadas pelas mulheres no mercado de trabalho, Bourdieu (2014, p. 130) situa as regiões dominadas pela produção de bens simbólicos (como a edição, o jornalismo, a mídia, o ensino etc) e frisa "[...] qualquer que seja a sua posição no espaço social, as mulheres têm em comum o fato de estarem separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo [...]". O autor reforça que, tal como a cor da pele para os negros, o fato das mulheres pertencer a um grupo social estigmatizado, tudo que elas são e fazem é afetado negativamente.

Costa e Silveira (2012) asseguram que o sistema econômico expresso pelo capitalismo contribuiu para reforçar as relações desiguais de gênero e que estaria tomado por uma ideologia patriarcal, logo, a divisão social do trabalho se constituiria como um motor da desigualdade entre homens e mulheres. Na mesma perspectiva, Alves e Pitanguy (2003) refletem que, no século XIX, a consolidação do sistema capitalista a partir do desenvolvimento tecnológico e a introdução da maquinaria afetou diretamente o trabalho feminino ao transferir para as fábricas tarefas antes

executadas em domicílios. Além de compartilhar com os homens condições de trabalho inapropriadas, como jornadas de até 18 horas as mulheres tiveram suas condições salariais superexploradas.

À vista disto, Saffioti (2013) posiciona-se desfavorável ao pensamento de que o capitalismo favorece a autonomia feminina através do mercado de trabalho, uma vez que este alija a força de trabalho, sobretudo, a feminina, em virtude de caracteres sexuais e raciais. Sendo assim, percebe-se que a mulher é inicialmente discriminada por sua condição biológica e, se pertencer à outra cor que não a branca, o processo discriminatório pode se sobressair ainda mais.

Costa e Silveira (2012, p. 2) refletem sobre a herança histórica do escravismo e desvelam “[...] a mulher pertencente às classes mais baixas da sociedade é ainda menos valorizada como mulher, mais discriminada se for negra, e igualmente excluída pelo seu baixo poder aquisitivo”.

Neste íterim, uma análise relevante refere-se ao quesito étnico/racial, com recorte da situação da mulher negra, no que envolve ao lugar que esta ocupa no mercado de trabalho. Quanto aos rendimentos salariais, de acordo com Heilborn *et al* (2010), a mesma participa na base da pirâmide, quando comparada às outras mulheres ou aos homens. Além disso, o trabalho doméstico remunerado está associado à mulher negra e muitas se apossam desse “espaço”, ocupando-o e não se lançando em novas experiências profissionais. Esse fenômeno é reconhecido como uma violência simbólica e aponta para o processo de hierarquia que também ocorre tanto entre o mesmo gênero quanto ao oposto.

A tabela abaixo revela dados acerca das diferenças entre sexo e grupo de idade relativo à ocupação profissional, a qual se percebe, por exemplo, que homens brancos entre 25 a 29 anos ocuparam cinco vezes mais os postos de trabalho do que os homens de cor ou raça preta na mesma idade. Essa diferença igualmente é percebida entre as mulheres brancas e pretas, com idade entre 25 a 29 anos, a qual as brancas ocuparam sete vezes mais os postos de trabalho. Ressalta-se, portanto que, além da diferença de gênero, neste caso, a mulher negra ocupou o último lugar na escala da pirâmide profissional.

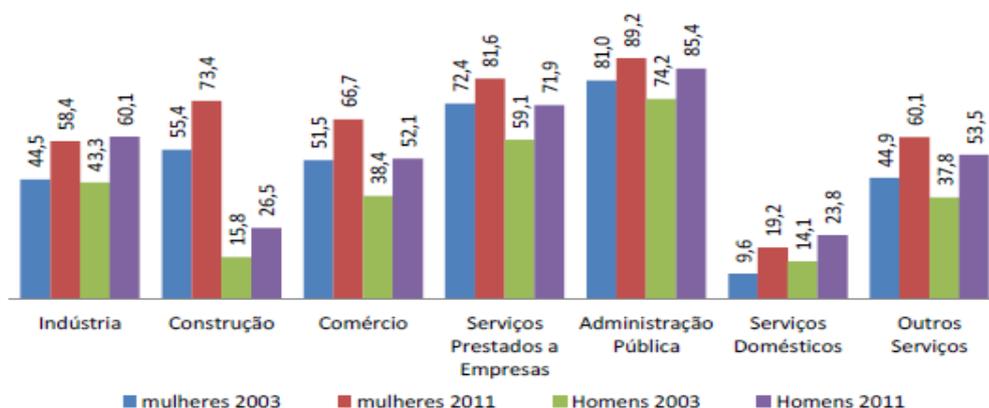
Tabela 2: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por cor ou raça, segundo o sexo e os grupos de idade - Brasil – 2010

Sexo e grupos de idade	Cor ou raça	
	Branca	Preta
Total		
Homens	24 136 196	4 279 369
25 a 29 anos	3 261 565	615 860
30 a 34 anos	3 102 930	605 933
35 a 39 anos	2 784 064	528 356
40 a 44 anos	2 652 778	484 385
45 a 49 anos	2 464 055	411 524
Mulheres	19 040 402	2 772 518
25 a 29 anos	2 724 878	393 540
30 a 34 anos	2 595 601	396 588
35 a 39 anos	2 343 428	350 640
40 a 44 anos	2 240 531	326 502
45 a 49 anos	2 026 747	283 130

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Quanto às mudanças ocorridas no cenário educacional, registra-se que as mulheres, em um passado pouco distante, eram limitadas em sua busca por maior conhecimento e qualificação, sendo esse privilégio apenas concedido aos homens. Andrade (2010) expõe que, no final do século XIX, através do acesso às faculdades, muitas mulheres recorreram à educação superior como forma de resistência à ideia estabelecida de que a principal função feminina consistia em exercer os papéis de mãe e esposa.

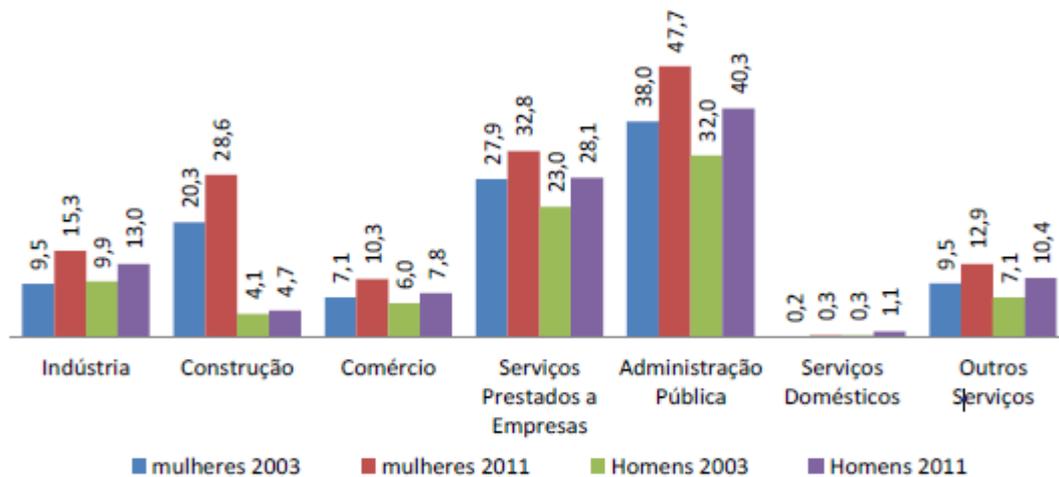
Gráfico 1: Participação da população ocupada com 11 anos ou mais de estudos, por grupamentos de atividade, segundo o sexo (%) – (2003 e 2011)



Fonte: IBGE (2012).

Em análise do nível de instrução, o crescimento da escolaridade feminina tem se consolidado nos últimos anos e se manifestado nos diversos setores da atividade econômica, entre 2003 e 2011, dados do IBGE (2012) demonstram que os percentuais de participação alcançados por elas foram superiores aos dos homens em praticamente todos os grupamentos de atividade. A exceção ocorreu na indústria, onde o crescimento masculino foi acima de 1,7 ponto percentual, como verificado no gráfico 1.

Gráfico 2: Participação da população ocupada com nível superior completo, por grupamentos de atividade, segundo o sexo (%) – (2003 e 2011)



Fonte: IBGE (2012).

A presença feminina com nível superior também foi verificada nos grupamentos de atividade, com destaque para a construção, como mostrado no gráfico 2. Desta maneira, em 2011, observa-se que a proporção de mulheres com nível superior na construção se apresentou de forma mais elevada que a masculina: 28,6% das mulheres e 4,7% dos homens. A administração pública e os serviços prestados a empresas foram os grupamentos que apresentaram as maiores proporções de mulheres, tanto com 11 anos ou mais de estudo, quanto com nível superior, o que consolida o engajamento feminino na superação das diferenças enfrentadas ao longo dos anos.

Ao analisar acerca das posições ocupadas pelas mulheres nos espaços acadêmicos, Bourdieu (2014) relata que, em geral, são mais representadas pelos

departamentos de letras e participam menos em áreas das ciências, por exemplo. Isto ocorre, na área da saúde, em detrimento de especialidades como a mecânica, engenharia e eletrônica, ocupadas, em maior número, por homens.

O autor supracitado esclarece que, nas faculdades de medicina, a proporção de mulheres diminui à medida que se sobe na hierarquia das especialidades, como por exemplo, a cirurgia, sendo-lhes reservadas, em grande parte, a pediatria e a ginecologia. Deste modo, cita Bourdieu (2014, p. 127): "[...] o mesmo princípio de divisão é ainda aplicado, dentro de cada disciplina, atribuindo aos homens o mais nobre, o mais teórico e às mulheres o mais prático, o menos prestigioso".

Quanto à representação feminina no contexto político, mesmo perante aos avanços conquistados no campo educacional e no mercado de trabalho, sua intervenção política é tímida quando comparada à dos homens, ainda que os partidos políticos contem com um número de cotas para candidatas femininas. Do ponto de vista de Perrot (1988), as mulheres foram incentivadas a dedicarem-se à filantropia, registrando assim, maior participação no campo social, o que solidifica a ideia de que a política não diz respeito ao universo feminino e as próprias mulheres tendem a depreciá-la e a valorizarem o campo social.

Saffioti (2013, p. 98) contribui com o debate sobre a mulher no cenário político e propõe que a força feminina tem sido muito menos utilizada pelas mulheres que pelos homens em virtude da atividade ocupacional destas serem concebidas em segundo lugar "[...] não há, para ela, nem motivos e nem tempo para que se dedique eficazmente, através das organizações sindicais, a melhorar a sua posição de barganha no mercado de trabalho". A autora relata que, além dessa mão de obra dividir-se entre o lar e os afazeres domésticos, ao trabalho feminino é atribuído ínfima relevância pela sociedade.

Bourdieu (2014) se refere às contribuições dadas pelo movimento feminista na tentativa de romper este círculo de reforço. Para o autor, o movimento enfatiza as transformações enfrentadas pelas mulheres - acesso à educação, ao trabalho assalariado e à esfera pública – como um distanciamento às tarefas domésticas ao mesmo tempo em que reflete uma busca por autonomia.

Na esfera da discussão sobre a busca feminina por autonomia, Barcinski (2009) propõe que o envolvimento ilícito pode ser uma forma encontrada pelas mulheres para se sobressaírem, sendo multifatoriais os motivos para este entrelaçamento. Gigliotti e Guimarães (2007) fazem apontamentos nessa direção ao afirmarem que o tráfico de drogas tem criado raízes em toda a sociedade e tanto encontra meios férteis nas populações mais pobres quanto nas mais abastadas, o que pode ser confirmado por Salmasso (2004), quando reflete que a pobreza não é a única causa da criminalidade e, embora ocorra esta associação, pois atravessa a todas as classes sociais.

Menegat (2008) ressalta que vivemos em um cenário em que as relações humanas se reduzem a relações entre as coisas e que o modo de produção capitalista favorece a construção de um individualismo cada vez mais presente entre os indivíduos. Desta maneira, o autor referencia alguns aspectos que devem ser considerados para se pensar a composição de um novo tipo de sujeito em tempos de barbárie, dentre eles a opressão e superexploração feminina, a qual relata que as mulheres pobres vêm enfrentando esta situação histórica em condições distintas e com propósitos bem mais generosos que os homens.

Embora o autor anteriormente citado afirme a presença de um componente individual no modo de produção capitalista, Heilborn *et al* (2010), apontam as mudanças do cenário econômico brasileiro com a ampliação da assistência social do país, como por exemplo, a valorização do salário mínimo e salientam a ocorrência de uma peculiaridade no Programa Bolsa Família ao privilegiar as mulheres no recebimento do benefício, o que tanto contribui para a autonomia feminina como reforça o seu papel de cuidadora do lar.

Economicamente estamos situados em um mundo capitalista globalizado, com um cenário permeado por desigualdades sociais, acentuadas pela exclusão do mercado de trabalho. Diante disto, o sujeito pode ser levado a buscar outras formas - que não o trabalho - de alcançar sobrevivência, como aponta Cerqueira (2007) ao explicar a teoria da anomia, que afirma que a motivação para o envolvimento ilícito é decorrente da impossibilidade do sujeito em atingir metas traçadas por ele, como, o sucesso econômico, por exemplo, ocasionando assim, distância entre os desejos individuais e os meios sociais para satisfazê-los.

Tendo em consideração a atividade ilícita do tráfico de drogas, Faria (2001) assegura que - embora possua caráter ilegal - é geradora de capital, na medida em que detém um esquema de produção forte e organizado, configurando-se como uma prática atrativa não só pelo retorno financeiro, mas por proporcionar reconhecimento social aos envolvidos.

A mesma autora frisa que o tráfico de drogas se constitui um mercado acentuadamente lucrativo e que a globalização, bem como as transformações tecnológicas, fomenta o crescimento dessa indústria ilegal. No caso do Brasil, com a criação da rota do Atlântico, Gigliotti e Guimarães (2007) discutem que passou a ser um dos principais territórios para o investimento dos cartéis colombianos, por revelar características como posição geográfica adequada em relação aos centros produtores e consumidores, o espaço aéreo pouco monitorado, além da grande extensão territorial, o que dificulta o policiamento nas fronteiras, dentre outros. Neste sentido, os fatores citados favorecem para que o País seja considerado um dos maiores consumidores de drogas do mundo, fomentando a compreensão de que o narcotráfico se constitui como mercado promissor.

É possível perceber o caráter econômico implicado na lógica desta atividade ilícita, todavia, Faria (2011) sublinha que somente a exclusão econômica não seria capaz de justificar a adesão ao tráfico de drogas, mas a exclusão da cidadania, que é entendida como a deficiência do Estado em proporcionar condições dignas de vida aos cidadãos.

No pensamento de Barcinski (2009), o poder e o status são fatores que igualmente se destacam como motivadores para a inserção das mulheres na atividade ilícita. Ambos são experienciados pelo reconhecimento e aceitação dos homens na atividade ilícita, pelo porte de armas e em virtude do distanciamento em relação a outras mulheres. Faria (2011, p. 541) fomenta a presente discussão quando aborda sobre o esforço dos envolvidos no tráfico de drogas no sentido de manterem a sua posição de liderança e a manutenção dos espaços (materiais e simbólicos) e conjectura “Sustentar uma posição de poder na hierarquia do tráfico, gozar dos privilégios e manter o reconhecimento de seus pares, seus adversários e da comunidade exigem um grande esforço pessoal [...]”.

Outro fator de destaque que favorece a criminalidade na visão de Gigliotti e Guimarães (2007) é a influência do jovem traficante como figura de onipotência e de sucesso material, contagiando aos demais como símbolo de obtenção de status. Diante disso, torna-se possível compreender o quanto o desejo de reconhecimento e o de ocupar o “lugar de herói” da comunidade podem estar presentes neste contexto, sendo essa visão corroborada por Faria (2011, p. 540) ao propor “[...] a figura do traficante é vista como herói pela comunidade, capaz de romper com a situação de desigualdade econômica [...]”.

Assis e Constantino (2001) inferem outros motivos como facilitadores para o envolvimento ilícito feminino, como o acesso rápido ao dinheiro, à possibilidade de comprar o que se deseja, relação familiar fragilizada, a influência de amigos e o prazer da aventura empregada na prática do crime, como o contexto de armas, o empoderamento, dentre outros. Santos *et al* (2012, p. 15), seguindo a mesma linha de pensamento, afirmam que as mulheres se posicionam de forma favorável à masculinidade armada e violenta, na medida em que adquirem uma arma ou participam diretamente em conflitos armados, encorajando a participação dos homens e citam “[...] sutilmente corroborando os estereótipos que associam os homens à violência e proteção, nomeadamente através da glorificação de armas de fogo e da procura de armas como forma de obter bens e status”.

O consumo de drogas, pode se destacar como outro fator facilitador para o engajamento no trabalho do tráfico, conforme proposto por Assis e Constantino (2001), entretanto, Kessler (2009) faz apontamentos quanto aos aspectos da personalidade implicados neste processo, de forma que entre eles destaca-se a busca por sensações, novidades e a impulsividade. De acordo com Sá (2010, p. 100), tais sensações e sentimentos podem se expressar através da adoção de uma conduta transgressora como forma de posicionamento social e a oportunidade de conduzir os seus próprios atos, podendo se apresentar como atraentes e sedutores. Quanto às implicações presentes no processo transgressor, ainda sublinha que, “Afim, é uma forma pela qual ele “constroi” algo, algo que, embora nefasto e perigoso para a sociedade, proporciona-lhe a rara oportunidade de ter voz e vez e de ser capaz de fazer alguma coisa e ser responsável por ela”.

Ao prosseguir com a discussão acerca da presença das mulheres na rede do tráfico de drogas, registra-se a sua maior representatividade no universo masculino, entretanto, percebe-se cada vez mais um expressivo recorte feminino, o que pode ser confirmado por Coyle (2002) ao inferir que, a aquisição em diversos países de uma legislação mais rigorosa contra o narcotráfico, contribuiu para o aumento do número de presidiárias quando comparado ao crescimento que ocorre no âmbito masculino.

A situação acima pode ser verificada em dados estatísticos brasileiros levantados sobre mulheres presas, obtidos através do DEPEN, em estudo realizado em 2008 sobre a evolução da população carcerária feminina, sendo constatado um crescimento expressivo dessa população de 37,47%. O que representa uma taxa média de crescimento anual de 11,19%. Portanto, o crescimento da população feminina tem sido maior que a masculina e vem se mantendo em percentuais elevados nos últimos anos.

Em 2011, fora realizado novo estudo pelo DEPEN em todos os estados do Brasil e quanto às infrações cometidas, segundo a pesquisa, o tráfico de drogas é notoriamente o principal crime cometido pelas presas. O estudo frisa que, no Espírito Santo, o tráfico de drogas novamente ocupa o lugar do delito mais cometido pela população carcerária feminina, com uma faixa de 78,1% em relação aos demais crimes, sendo que, 29,74% das presas possuem entre 18 e 24 anos e em relação à etnia, 64,87% foram consideradas pardas.

Até aqui, diante dos apontamentos supracitados, é possível verificar que não há um motivo singular a ser considerado para o envolvimento feminino com o tráfico de drogas, todavia, há os mais recorrentes que se destacam neste universo, dentre eles, fatores motivados por condições financeiras. Desta forma, torna-se relevante a análise da problemática da questão social e a sua relação com a criminalidade no meio feminino, que deslocam a mulher da posição histórica de fragilidade para um novo posicionamento que merece pesquisas e discussões na sociedade.

3 CRIMINALIDADE: EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

“Eu acabei cometendo esse erro e acabei tando [SIC], aqui. Num é nem a dificuldade, é o desespero. Desespero de tá numa dificuldade e num tê [SIC], pra onde correr. Me refiro a dinheiro. Com dois filhos, trabalhando como diarista, tinha dia que tinha oportunidade de trabalho, tinha dia que não” (LARANJA).

Ao refletir acerca dos aspectos da questão social, Netto (2001, p. 42), refere que o emprego desta expressão passou a ser utilizado no século XIX para sustentar o fenômeno do pauperismo experimentado pela Europa Ocidental, impactada pela influência da industrialização “[...] a pauperização massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial [...]”. O autor propõe que, a partir da publicação em 1867 da obra de Marx, O Capital, o conceito da questão social ganhou amplitude para além do pauperismo, sendo esta determinada pelo fator da exploração resultante da relação capital/trabalho.

A partir do século XIX, os avanços da industrialização e da urbanização começaram a ser percebidos mais concretamente, dessa forma, Netto (2001) reforça que os trabalhadores não se conformavam com a situação posta e passaram a protestar contra o empresariado e o Estado, constituindo-se em uma ameaça às instituições sociais existentes. Quanto à organização da sociedade no modo de produção capitalista, o autor frisa que a desigualdade se elevou e, logo, a pobreza foi realçada - não que ela tenha surgido a partir da sociedade do capital – e se intensificou através da relação capital e trabalho.

Em consonância com Pastorini (2010), a compreensão da questão social contemporânea passa pelo mundo do trabalho e, assim, não há como analisar as suas manifestações sem referenciar acerca da reestruturação produtiva. A autora contribui ainda ao analisar os impactos do processo industrializador (2010, p. 113) “A industrialização impulsionou importantes núcleos de população não só instável e em situação de pobreza, mas também miserável do ponto de vista material e moral”.

Para analisar as manifestações da questão social na formação do capitalismo brasileiro, Santos (2012) se respalda no exame da mediação entre as categorias

“modo de produção” e “formação social”. A autora focaliza as características que envolvem o mercado e o regime de trabalho a partir da fase denominada de industrialização pesada e resgata os elementos sobre a formação da classe trabalhadora brasileira, caracterizada pela condição de superexploração e ausência de garantia de direitos, pelo autoritarismo por parte do Estado e da burguesia.

Neste íterim, Ianni (1991) realiza uma análise sobre a história do Brasil no processo de desigualdades sociais e salienta que a nossa sociedade se constituiu com uma elite representada por poucas pessoas e excludente com relação aos menos favorecidos. Para o autor o País se formou de maneira elitista e destaca a existência de dois Brasis, rico e pobre, firmado em uma questão de disparidade que envolve diferentes classes sociais.

Entre os pensadores laicos, na visão de Netto (2001), as manifestações da questão social (desemprego, fome, desigualdade econômico-social acentuada, doenças etc) são concebidas como desdobramento da sociedade moderna e para o pensamento conservador confessional, essas manifestações são tratadas sob uma ótica moralizadora. Por conseguinte, Netto (2012, p. 207) faz referência à análise marxiana ao diferenciar a questão social das expressões sociais advindas da escassez nas sociedades anteriores a ordem burguesa ao afirmar não estarem vinculadas com os desdobramentos de problemas sociais herdados, no entanto, conclui “[...] tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital”.

Ao prosseguir com a análise realizada por Netto (2001), o autor registra que a partir do período da Segunda Guerra Mundial, o regime do capital vivenciou uma era de crescimento correspondente ao período pós-guerra aos anos de 1960 – 1970, sendo que no início dos anos 1960 a sociedade capitalista era reconhecida como “sociedade do consumo” etc., o que alimentava o pensamento de que a questão social e as suas manifestações faziam parte apenas do cenário passado.

Netto (2001) elucida que, a partir dos anos 1970, essa situação foi redesenhada, dando espaço à conjunção do capitalismo “globalizado”, permitindo o surgimento de novas expressões da questão social, vinculadas ao mundo do trabalho. Este ponto de vista é corroborado pelo pensamento de Pastorini (2010), ao expor que a partir da segunda metade dos anos 1970, o desemprego passa a se apresentar como uma das

preocupações mais relevantes na maioria dos países e as transformações ocorridas nesta época impactaram financeiramente os países do centro da economia capitalista.

Na percepção de Castel (1998), a problemática contemporânea tem seu eixo no fato de que as regulações ao redor do trabalho vêm perdendo seu poder de integração. Nesta direção, a organização ou desorganização do trabalho, convida a repensar a questão social nos termos de um novo crescimento de vulnerabilidade de massa, marcada pela instabilidade e pela incerteza do amanhã. Vale dizer que, embora o autor defenda a existência de uma “nova” questão social, a análise marxista presente em Netto e Pastorini reforça que não há uma nova questão social, mas novas formas de expressão, pois ainda não foram resolvidas as suas questões de origem.

As metamorfoses da questão social referida por Pastorini (2010) podem ser percebidas no cenário de transformações ligadas ao universo do trabalho. Por conseguinte, Netto (2012) conjectura alguns destaques com relação às exigências do capital, como a “flexibilização” da produção e das relações de trabalho, a “desregulamentação” das relações comerciais, além da “privatização” do patrimônio estatal, que contribui para a desqualificação do Estado. Portanto, este autor propõe a refletir que a reestruturação sofrida pelo mercado de trabalho leva à precarização das condições de vida dos trabalhadores, bem como ao desemprego e à insegurança profissional. Já Castel (1998) acrescenta que a precarização leva a uma desestabilização dos estáveis, fortalecendo ainda mais o quadro de vulnerabilidade social e segue uma reflexão diferente de Netto (2012). Para Castel existe uma nova questão social advinda com os acontecimentos pós anos 70 e, na visão de Netto, o que existe são metamorfoses da mesma origem da questão social.

Quanto ao fator precarização aplicado na contratação de profissionais, Pastorini (2010) aponta que reflete em baixa remuneração. A autora propõe que o perfil do mercado de trabalho contemporâneo exige cada vez mais flexibilidade em relação à quantidade de trabalhadores e tempo de trabalho e a existência de um trabalhador que se acomode às frequentes mudanças. Em sua visão, todas essas modificações ocorrem pareadas com o avanço da pobreza, que se traduz em uma “nova pobreza” atravessada tanto pela ausência de renda e desigualdades de classe quanto pelo empobrecimento de alguns setores da população.

No mesmo percurso de discussão sobre os avanços da pobreza, Montaño (2012) propõe um resgate histórico, a qual aponta que, no século XIX, este tema foi tratado com ações repressivas, visto como uma questão delitativa, o que contribuiu para reforçar a conotação de criminalidade a imagem do pobre, concebido como uma ameaça à ordem.

Iamamoto (2001) afirma que a questão social tem sido objeto de criminalização que atinge as classes sociais menos favorecidas, que seriam concebidas como classes perigosas, como ocorreu no passado, ao invés de serem vistas como "[...] objeto de uma ação sistemática do Estado no atendimento às necessidades básicas da classe operária e outros segmentos trabalhadores". Assim, as respostas de enfrentamento à questão social perpassam a assistência focalizada e a repressão o que, na visão de Montaño (2012, p. 276) "trata-se de garantir, mediante políticas e serviços sociais, o acesso a bens e serviços... assim, não se questionam os fundamentos da ordem".

No decurso da discussão sobre os aspectos da pobreza, Pastorini (2010) atesta que, em virtude do capitalismo não incentivar o fortalecimento do mercado de trabalho, bem como ao sistema de seguridade social, isso culmina na supressão daqueles que possuem um vínculo estável, tanto de emprego quanto com a proteção social, favorecendo a instabilidade e a desproteção da população, o que vai de encontro ao posicionamento de Kowarick (2003), ao afirmar que a lógica do capitalismo beneficia o surgimento da marginalidade e da pobreza.

Pastorini (2010) prossegue com o debate sobre a pobreza e assinala alguns fatores, como a proletarização da classe média, a redução do número de trabalhadores maiores de 45 anos presentes no mercado de trabalho e a elevação do número de famílias gerenciadas por mulheres. A autora reforça que muitos desses trabalhadores excluídos do mercado profissional possuíam a proteção do Estado e se posicionavam contra a exploração, entretanto, frente ao atual cenário, muitos tentam apenas permanecer neste mercado. Portanto, a diminuição das forças dos trabalhadores e a perda de benefícios conquistados pelos mesmos, leva ao enfraquecimento desta classe, na medida em que se heterogeneiza, deixando de se configurar como um risco ao capital.

Entretanto, Castel (1998) declara que o trabalho se configura como referência não somente econômica como também psicológica e cultural, fato que se comprova na reação daqueles que não o tem. A força desta posição resulta do pensamento de que o trabalho se constitui como fundamento da cidadania e a sua precarização favorece a vulnerabilidade social.

No que envolve as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, Netto (2012, p. 211) considera o contexto das mulheres e dos jovens. Quanto à esfera feminina, apesar da mobilização dos movimentos pela busca da efetivação dos direitos desta população, registram-se situações de subalternidade e exploração tanto no espaço doméstico, quanto nos públicos. Com relação aos jovens, o autor evidencia as influências da ordem do capital na inovação de valores e no rompimento com padrões comportamentais presentes na mídia “[...] a translação da lógica do capital para todos os processos do espaço cultural e o desenvolvimento de formas culturais pelos meios eletrônicos (a televisão, o vídeo, a multimídia)”.

À vista disto, Netto (2012) frisa algumas conquistas da dinâmica do capital, dentre elas no campo cultural e no âmbito econômico ao recuperar a lucratividade das grandes corporações. Todavia, as mesmas foram desfavoráveis aos trabalhadores, que passaram a enfrentar o desemprego - acentuadamente a partir de 1980 - bem como jornadas de trabalho prolongadas, achatamento salarial, trabalho em domicílio e outros, resultando na extração da mais-valia.

Frente aos aspectos culturais, Netto (2012) sugere a presença de características encontradas na mercadoria - tais como a obsolescência programada e a imediatividade reificante - sendo internalizadas pelos indivíduos que os despertam para uma cultura do consumo indiscriminado e, ao mesmo tempo, tal dinâmica propõe a desqualificação da essência em detrimento da aparência.

Ao inferir a respeito das relações individuais sob a ótica substituível, Castel (1998) explana sobre o conceito de individualismo negativo, obtido por subtração em relação ao cadastramento em coletivos. Assim, chama-se individualismo porque se declina em termos de falta – falta de consideração, falta de seguridade, falta de bens garantidos e de vínculos estáveis - dessa forma, o hiperindividualismo contemporâneo

consiste em um dos efeitos da nova configuração social, o que contribui para que o indivíduo se feche sobre si mesmo.

No tocante ao individualismo, Pastorini (2010), descreve que o capitalismo contribui para o fomento desta questão, na medida em que se torna cada vez mais globalizado tal modo de produção e reflete que a inserção de todos como trabalhadores ou em políticas de inserção, seria inviável na lógica do capital.

Na mesma linha de debate, Netto (2012, p. 218) assinala que a ordem do capital não tem a oferecer para a vida social, soluções que não sejam barbarizantes. O autor faz uma analogia entre a guerra e o capitalismo e aponta que a guerra tende a favorecer a economia através da indústria bélica “[...] o belicismo passa a incluir as políticas de segurança pública e se estende como grande negócio capitalista privado configurando a emergência da militarização da vida social”. Deste modo, o autor indica a presença de um quadro permanente de repressão direcionado aos pobres e desempregados.

A partir da referência de Ianni (1991), há autores que entendem a questão social como uma ameaça a ordem e paz - o que está relacionado a uma análise positivista que se preocupa com a ordem e o progresso - e concebem que a miséria e a pobreza precisam ser tratadas de uma maneira mais coercitiva, repressiva, como exemplo, as drogas, que é vista exclusivamente como uma questão que exige atuação policial, sendo que há diversos fatores envolvidos, como a corrupção, motivações para o consumo e etc. A adoção da repressão e das políticas sociais assistencialistas como resposta à questão social, se constituem, no olhar de Netto, “[...] uma expressiva face contemporânea da barbárie” (2012, p. 220).

Netto (2012) infere que a sociedade possui mecanismos para superar o cenário de barbárie. Entretanto, precisa superar as formas de sociabilidade fundamentadas na ordem capitalista e na decisão privada sobre a alocação do excedente econômico.

Kowarick (2003, p. 77) a respeito da vulnerabilidade socioeconômica que atinge ao Brasil indica “[...] a matriz da desigualdade da sociedade brasileira não reside em culpar os pobres por sua pobreza [...]”. O autor conjectura que a questão do pauperismo impede a análise de que vivemos em uma sociedade igualitária frente às oportunidades de crescimento, desta maneira, o mito de que o trabalho árduo leva ao

sucesso é fragilizado e o profissional honesto tende a ser visto como covarde ao não sucumbir aos ganhos advindos das atividades ilícitas.

Quanto ao processo de naturalização dos acontecimentos e o discurso de individualização do pauperismo, para Kowarick (2003, p.77) “Estar desempregado, morar em favela ou ser assassinado pela polícia ou por bandidos é equacionado como uma sina que cai sobre os deserdados da sorte [...]”. Deste modo, a dinâmica da marginalidade vem sendo concebida como um processo natural.

Castel (1998) se refere a um Estado estrategista como a única instância capaz de impor um mínimo de coesão à sociedade “[...] que estenda amplamente suas intervenções para acompanhar esse processo de individualização, desarmar seus pontos de tensão, evitar suas rupturas” (1998, p. 610). Todavia, Kowarick (2003) evidencia que, cada vez mais, o Estado tem sido percebido como ineficaz e corrupto, a qual o seu compromisso de manter a ordem e a segurança tem sido transferida para agentes privados, contribuindo para o enfraquecimento da sua imagem. Em virtude do quadro de vulnerabilidade socioeconômica e civil presentes na sociedade, o autor denomina esse processo de descidadanização.

Na concepção de Yamamoto (2001), o acesso aos programas e projetos sociais disponíveis aos cidadãos só é possível no âmbito do Estado, por conseguinte, é de fundamental importância estimular a participação social no que a autora denomina de "coisa pública" a fim incentivar a intervenção em processos decisórios. Compreende-se que, a participação da sociedade nos espaços públicos propicia o partilhamento de poder e o fomento de políticas públicas.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS ENVOLVIDAS NO ENCARCERAMENTO FEMININO

Ao longo da história, o envolvimento feminino com a ilicitude tem se mostrado mais nítido, o que vem despertando a preocupação de diversos setores da sociedade. Todavia, em números absolutos, o quantitativo de mulheres é inferior à quantidade de homens presos.

Na percepção de Vieira Neto (2014), na medida em que a mulher se desenvolve social, política e economicamente e passa a ocupar espaços anteriormente masculinos, a proporção da sua implicação com a criminalidade aumenta, agravando assim, o sistema carcerário feminino, sobretudo por tráfico de drogas.

A mudança no perfil dos encarcerados tem exigido ações do Estado no que se refere à adoção de políticas públicas voltadas para as mulheres. Por ser o presídio um espaço mais ocupado por homens, durante muito tempo, não houve preocupação em se discutir políticas com recortes de gênero. No entanto, essa mudança tem demandado que se pense tanto a estrutura prisional quanto as políticas de tratamento da mulher encarcerada, em virtude das suas demandas serem peculiares, podendo ser agravadas por histórico de violência familiar, abuso de drogas, entre outros.

Segundo Amaral (2014), o aumento da prisionalização das mulheres é maior em relação ao dos homens. Perante a esse aumento, o DEPEN, criou em 2012, o projeto Efetivação dos Direitos das Mulheres no Sistema Penal e instituiu uma comissão para tratar do assunto, composta por 11 ministérios e diversas secretarias nacionais, visando a discussão de políticas públicas destinadas às mulheres presas. Dentre as atribuições da comissão estão a realização de pesquisas, estudos e estatísticas voltadas ao encarceramento feminino, a construção, adequação e reforma de unidades prisionais e o fortalecimento e a ampliação de políticas de acesso aos direitos das mulheres presas.

A partir da articulação desta comissão, o DEPEN, em 2014, elaborou através da Portaria Interministerial nº 210, a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, com o objetivo

de reformular as práticas do sistema prisional brasileiro, contribuindo para a garantia dos direitos das mulheres, brasileiras e estrangeiras (BRASIL, 2014).

A referida Política Nacional é um direcionamento para os Estados e a iniciativa conta com diversas diretrizes, dentre elas, a prevenção de todos os tipos de violência contra mulheres em situação de privação de liberdade, a humanização das condições do cumprimento da pena, garantindo o direito à saúde, educação, alimentação, trabalho, segurança, proteção à maternidade e à infância, lazer, esportes, assistência jurídica, atendimento psicossocial e demais direitos humanos e o fomento à adoção de normas e procedimentos adequados às especificidades das mulheres no que tange a gênero, idade, etnia, cor ou raça, sexualidade, orientação sexual, nacionalidade, escolaridade, maternidade, religiosidade, deficiências física e mental e outros aspectos relevantes (BRASIL, 2014).

Dentre as metas da Política Nacional, destaca-se a criação de um banco de dados nacional e estadual, perante a necessidade de identificação da mulher privada de liberdade, a sua localização e perfil para o aprimoramento de políticas e ações específicas. O DEPEN incentiva aos órgãos estaduais de administração prisional a considerarem as peculiaridades relacionadas a gênero, como a maternidade, cor ou etnia, religiosidade, bem como filhos inseridos no contexto prisional. A atenção à gestação e à infância na prisão é outro fator de destaque (BRASIL, 2014).

Outra meta proposta pelo DEPEN é a melhoria da infraestrutura física dos estabelecimentos penais femininos, uma vez que grande parte corresponde a adaptações de presídios masculinos ou de prédios que antes eram utilizados para outras finalidades, com ausência de planejamento (BRASIL, 2014). O inciso XLVIII do Artigo 5º da Constituição Federal revela a importância do tratamento de gênero no sistema prisional, a qual consta que "a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo da pessoa presa" (BRASIL, 1988).

A partir do referencial de Vieira Neto (2014), a maioria dos presídios não possui a estrutura condizente com as necessidades da mulher presa, dos filhos que se encontram em ambiente intramuros e dos visitantes. Diante disso, o DEPEN lançou

o Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional com o objetivo de eliminar o déficit de vagas no sistema carcerário feminino.

Essa medida compromete-se em atender a Resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) nº 09/2011 que propõe as diretrizes básicas para a arquitetura penal. Uma das regras estabelecidas pela Resolução estabelece a construção de uma estrutura penal mais aprimorada para atender as necessidades de gestantes, parturientes e crianças cujas mães estão encarceradas, em consonância com o que está previsto no inciso L, do Artigo 5º da Constituição Federal que consigna "às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação" (BRASIL, 1988). Logo, deve haver um espaço para que as mães possam estar com seus filhos até os seis meses de vida.

O DEPEN estabelece metas quanto ao aprimoramento das práticas de segurança e gestão em unidades prisionais femininas em virtude da necessidade das normas e procedimentos de segurança ser diferenciadas para as mulheres. Como exemplo, a regra de que os agentes prisionais em contato direto com as presas sejam do sexo feminino, além disso, o procedimento de escolta das presas idosas, gestantes ou com filhos de colo devem ser distintos. Outro fator posto é a relevância em humanizar os procedimentos visando o fortalecimento do vínculo familiar.

No que concerne à capacitação dos profissionais designados para atender ao público feminino em situação de privação de liberdade, Vieira Neto (2014) alega que deve ser contínua, especialmente sobre temas relacionados às especificidades da mulher presa e seus filhos, como exemplo, a prevenção da violência contra a mulher, saúde da mulher, maternidade, desenvolvimento infantil e convivência familiar e etc.

Estudos realizados por Amaral (2014) mostram que mulheres e homens encarcerados diferem em vários aspectos. O principal deles é que as mulheres apresentam identidade com o lar e com a família, portanto precisam buscar maneiras de enfrentar a condição na qual se encontram. O direito ao trabalho por parte das presas tem sido debatido, apontando para a necessidade de implementação de políticas públicas que garantam a realização de atividade laboral

remunerada. O trabalho realizado dentro da unidade prisional permite ganhos financeiros e a remição de pena, pois a cada três dias trabalhados correspondem à redução de um dia de pena.

No Estado do Espírito Santo, observam-se algumas iniciativas visando oferecer atividades laborais a mulheres presidiárias. Uma das penitenciárias contempladas com essas iniciativas é a PFC. Nesta unidade prisional, são oferecidas por empresas parceiras da SEJUS variadas atividades no ramo de alimentos, vestuário, marcenaria, artesanato, entre outros. Então, as mulheres recebem em média, pelo trabalho realizado, um salário mínimo.

Outro foco das políticas públicas direcionado ao encarceramento feminino contempla as atividades de educação e profissionalização. A educação nos estabelecimentos penais, como aponta Amaral (2014), deve ser executada pelas Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, em articulação com os órgãos responsáveis pela sua administração penitenciária em virtude dos programas educacionais pertencerem ao Ministério da Educação e Ministério da Justiça.

A Lei de Execuções Penais (LEP) assegura a educação como uma assistência obrigatória e que deve estar entre as metas prioritárias da administração penitenciária. Não somente a LEP reconhece a importância da educação, como também a Constituição Federal em seu Art. 205, a qual dispõe que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Uma vez reconhecida a educação como direito de todos, o Art. 208 da Constituição Federal, determina como dever do Estado a garantia do ensino fundamental gratuito, inclusive, para “todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988). Logo, as presas não estão excluídas e devem ter acesso a esse direito humano. Assim, a LEP permite que as atividades educacionais possam ser realizadas por meio de convênios com entidades públicas ou particulares (BRASIL, 1984).

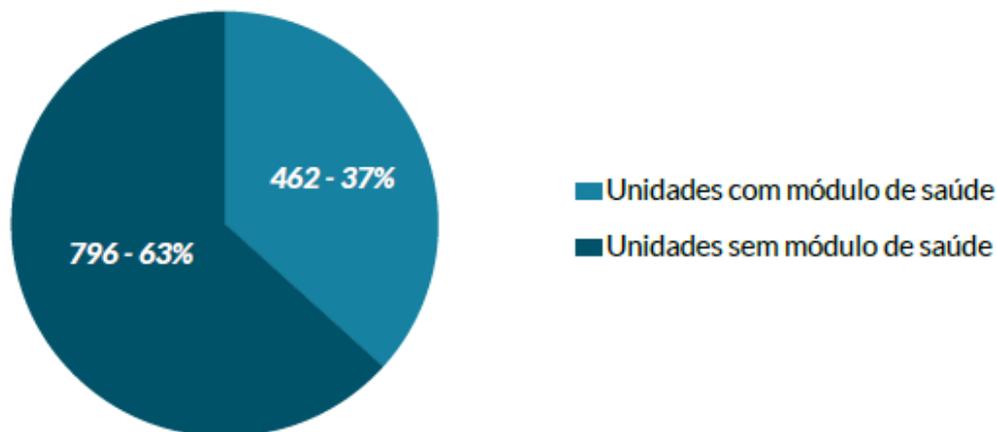
O processo da educação formal baseia-se nas diretrizes da Educação para Jovens e Adultos (EJA) com metodologia adequada ao universo da população prisional. Deste modo, há políticas públicas especificamente delineadas para o processo de aprendizagem da população carcerária.

Atualmente, esta política está orientada pelo Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011, que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional, que tem por finalidade ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais. A referida norma contempla a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, a educação profissional e tecnológica, e a educação superior que possibilitam conferir maior independência tanto às presas quanto às egressas do sistema.

Ao refletir sobre políticas públicas no sistema carcerário torna-se preponderante considerar a questão da saúde da pessoa privada de liberdade. Vieira Neto (2014, p. 54) atesta que "Alguns presos nunca tiveram acesso aos serviços básicos de saúde, nem aos tratamentos preventivos ofertados à população, o que piora muito a condição geral após o confinamento".

Informações do relatório do MJ (2015) atestam que aproximadamente 37% das unidades prisionais no Brasil possuem módulo de saúde, como pode ser observado no próximo gráfico:

Gráfico 3: Unidade Prisional com e sem módulo de saúde



Fonte: Ministério da Justiça (2015).

O gráfico 3 revela que, embora 37% das unidades prisionais contenham módulo de saúde, 63% das penitenciárias encontram-se desassistidas neste quesito. Dados do mesmo relatório ressaltam que entre as unidades femininas, a porcentagem é de 52%, nas unidades mistas, esse percentual chega a 42% e nas masculinas, a 34%

Em 2003, através da Portaria Interministerial nº 1777, foi instituído o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), desenvolvido dentro de uma lógica de atenção à saúde fundamentada nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Acrescenta-se que o acesso da população carcerária a ações e serviços de saúde é legalmente definido pela Constituição Federal de 1988, pela Lei nº 8.080/90 - que regulamenta o SUS, pela Lei nº 8.142/90 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e pela LEP, Lei nº 7.210 /84.

Ressalta-se que, no ano de 2014, foi instituída a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Privada de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), com a proposta de modificar todo o fluxo de atendimento da população carcerária, com novas formas de adesão, que agora atingem tanto os Estados como os Municípios, e com novas operacionalizações das equipes de atendimento prisional. Vieira Neto (2014) considera a garantia da assistência aos presos pelos órgãos ligados à saúde - como as Secretarias de Saúde - um progresso. Com isso, tenta-se garantir a universalidade do SUS, uma vez que os encarcerados foram, de fato, a última população a ser inserida em sua totalidade na rede SUS. O autor cita como exemplos de financiamento da Política Pública de Saúde Prisional o aparelhamento de Unidades Básicas de Saúde e Centros de Referência à Saúde Materno-Infantil, que tem por objetivo garantir maior resolutividade da assistência à saúde e ampliar os atendimentos à saúde nos contextos das unidades penais.

O olhar da sociedade ainda reflete uma visão de caráter punitivo, onde as pessoas privadas de liberdade não merecem ser inseridas nas políticas públicas desenvolvidas pelos governos. Em conformidade com informações do MJ (2015), a humanização das condições carcerárias depende da promoção de políticas públicas de saúde, de educação, de trabalho, de cultura, de esporte, de assistência social e de acesso à justiça. Para tanto, as políticas devem ser implementadas pelos gestores estaduais e conectadas às políticas sociais do Estado. Esse passo é

relevante para que a pessoa privada de liberdade seja vista como sujeito de direito e para contribuir com a redução do número de reincidência criminal.

A situação das mulheres presas denota a forma pela qual é tratada a questão de gênero pelas políticas públicas, concebidas, na maioria expressa das vezes, sob condições inadequadas de aprisionamento, evidenciando um intenso abismo entre a política pública proposta e o cumprimento da pena. Nesta perspectiva, ao analisarmos o perfil das mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas, direciona-se o olhar às que se encontram privadas de liberdade. Esse movimento nos permite desvelar os aspectos sociais que diferenciam homens e mulheres.

4 MULHERES ENCARCERADAS: PANORAMA NACIONAL E ESTADUAL

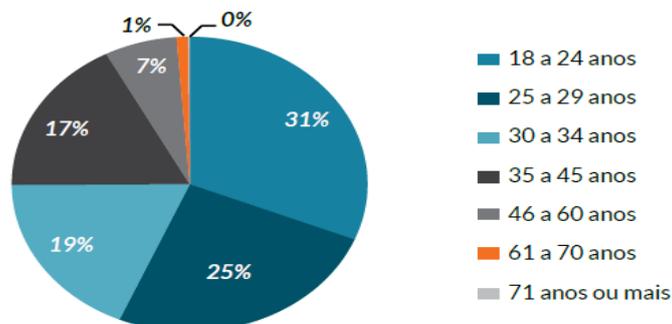
Neste capítulo, apresenta-se um panorama comparativo de gênero, com destaque para a mulher encarcerada, baseado em dados nacionais que visa conhecer o perfil socioeconômico feminino. Em seguida, explicita-se um recorte do perfil socioeconômico das mulheres encarceradas no Estado do Espírito Santo.

4.1 PANORAMA NACIONAL SOBRE A MULHER ENCARCERADA: UMA COMPARAÇÃO DE GÊNERO

A 8ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP), publicado em 2014, se baseia no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (SINESP) para a análise do movimento da criminalidade no país e enfatiza o elevado crescimento carcerário nos últimos anos com destaque para a população negra, jovem e por crimes associados às drogas. Deste modo, o ABSP sugere (2014, p. 82) "[...] a permanente sobrecarga do sistema prisional por delitos relacionados a entorpecentes, incide com maior força, sobre jovens em situação de vulnerabilidade", contribuindo para que o Brasil ocupe posição de destaque entre os países que mais encarceram.

As informações acima se reportam ao último levantamento sobre o sistema penitenciário realizado pelo MJ, publicado em 2015, a qual aponta que os problemas no sistema penitenciário no Brasil, devem nos conduzir a reflexões, sobretudo em uma conjuntura em que o perfil das pessoas presas é consideravelmente de jovens negros/as, de baixa escolaridade e de baixa renda.

Gráfico 4: Faixa etária das pessoas privadas de liberdade no Brasil

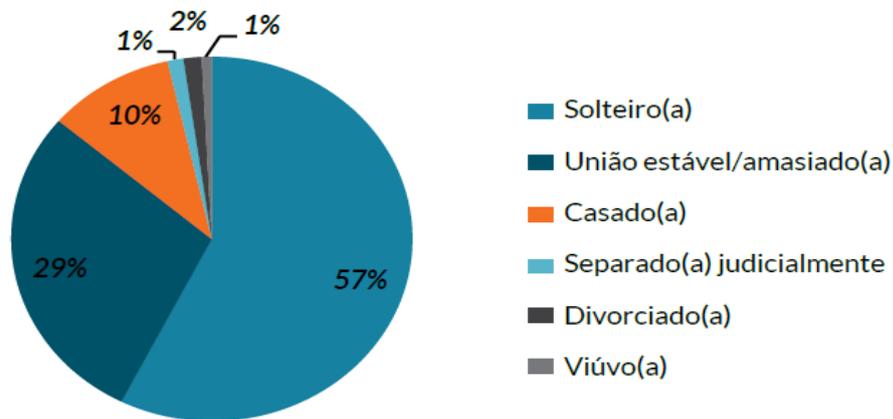


Fonte: Ministério da Justiça (2015).

A partir do gráfico 4, nota-se que a maior parte população prisional é formada por jovens. Informações do MJ estabelecem um recorte de gênero, ao afirmar que a distribuição etária da população prisional feminina e masculina é similar. Contudo, a proporção de jovens entre a população masculina corresponde a 56% e, entre a população feminina, o percentual é de 49%.

Ao analisar o estado civil da população prisional em virtude da mesma ser composta, em sua maioria por jovens, esse fator explica, pelo menos em parte, a alta proporção de solteiros/as, como demonstrado a seguir:

Gráfico 5: Estado civil da população prisional brasileira

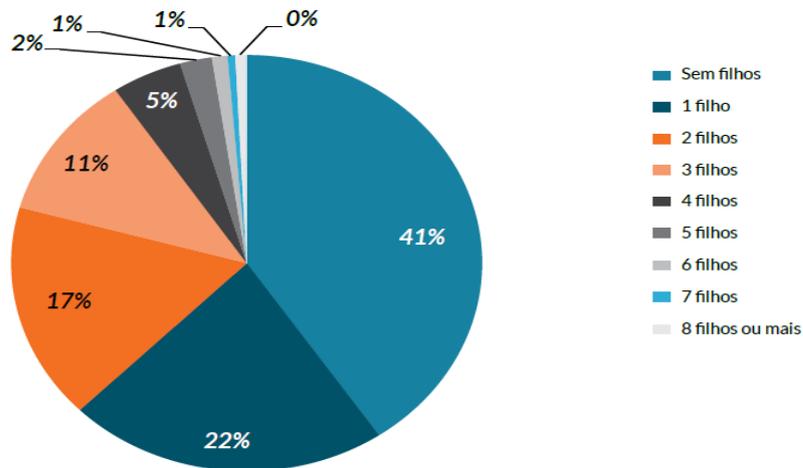


Fonte: Ministério da Justiça (2015).

O gráfico 5, atesta que a maior parte da população prisional brasileira é solteira e corresponde a 57%. Para o relatório do MJ (2015), entre a população prisional masculina e feminina, há mínimas diferenças. A discrepância entre os gêneros concerne às categorias divorciado(a) e viúvo(a), ao passo que 1% dos homens são divorciados e outros 1% são viúvos, entre as mulheres esta porcentagem é de 3%, em ambos os casos.

Ao considerar o levantamento sobre a existência e o número de filhos dessa parcela da população, de acordo com uma pesquisa realizada pela Universidade de Princeton e divulgada pelo MJ (2015), tanto o encarceramento da mãe quanto o do pai afetam gravemente a criança. O mesmo relatório realizou um levantamento do número de filhos de pessoas presas e - embora não tenha proposto uma diferenciação de gênero - o gráfico 6 ilustra essa realidade nacional:

Gráfico 6: Números de filhos das pessoas privadas de liberdade



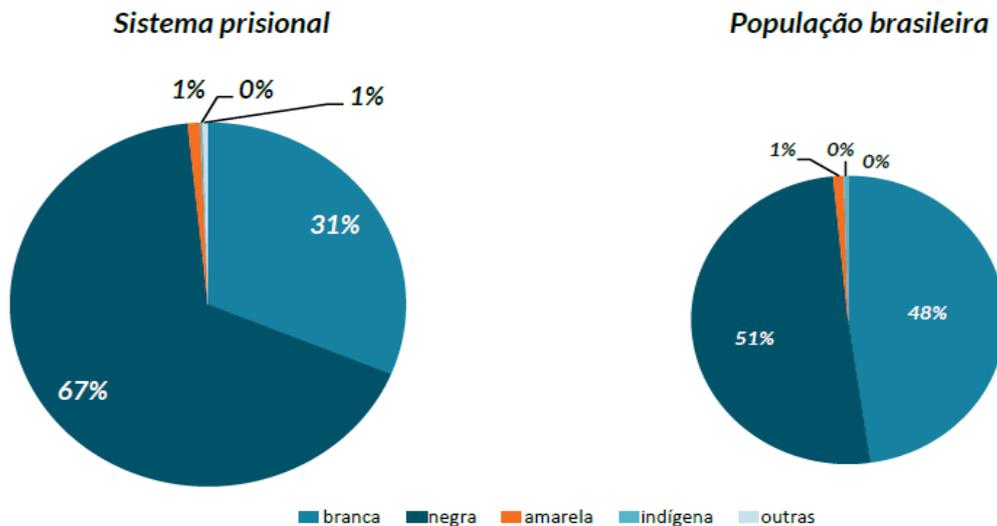
Fonte: Ministério da Justiça (2015) e IBGE (2010).

Da amostra coletada, 17% da população privada de liberdade declarou possuir dois filhos e cerca de 22% apenas um filho. Entretanto, 41% desta população declararam não possuir filhos. O relatório informa ainda que, cerca de 20% tem três filhos ou mais e um total de 279 pessoas informaram ter mais que seis filhos.

O fator "filhos" aparece na fala de algumas das entrevistas por Barcinski (2009) em sua pesquisa de campo sobre a participação feminina na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Logo, este fator seria um motivador para o ingresso no contexto ilícito. Essa inserção ocorre, geralmente, pela via do tráfico de drogas em virtude tanto da dificuldade de inserção no mercado de trabalho quanto da necessidade de sustentar os filhos e suas famílias. Entretanto, a mesma autora aponta que, o risco da atividade e a exposição dos filhos à atividade ilícita, também tende a se constituir um fator para a retirada das participantes da rede do tráfico de drogas e complementa (2009, p. 1850) "Chama a atenção nos depoimentos das entrevistadas o papel da maternidade e do cuidado com os filhos no processo de saída".

Da mesma forma, ao analisar a raça, cor ou etnia das pessoas presas, o MJ (2015) propõe um comparativo com a população brasileira em geral e faz ressalvas quanto ao gênero, como pode ser verificado a seguir:

Gráfico 7: Raça, cor ou etnia



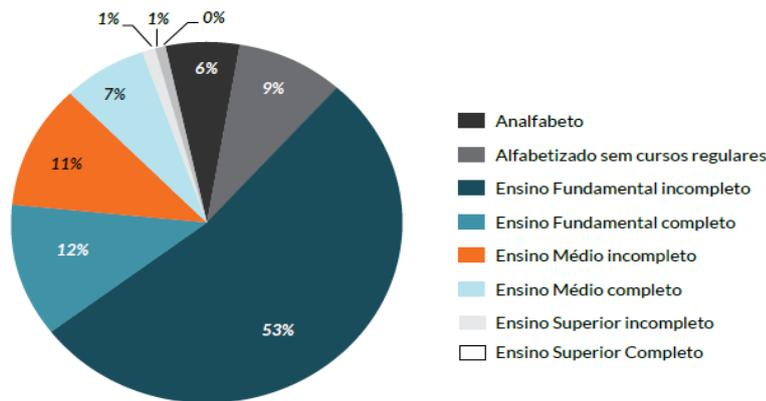
Fonte: Ministério da Justiça (2015) e IBGE (2010).

O gráfico 7, mostra que a porcentagem de pessoas negras no sistema prisional é de 67%, na população brasileira, em geral, a proporção é de 51%. Segundo o relatório, essa tendência é observada tanto na população prisional masculina quanto na feminina.

Quanto ao quesito raça, cor e etnia, Barcinski (2009, p. 1847) indaga a uma das participantes de sua pesquisa de campo se no tráfico de drogas há mais negros que brancos, ao passo que a entrevistada faz referência à situação não só dos negros em sua maioria, como também de pobres e jovens, especialmente negros, que enxergam no tráfico de drogas uma possibilidade de ascensão. A autora clarifica a visão de sua entrevistada e enfatiza "Apropriando-se de um discurso racista, ela legitima a associação comumente feita entre a cor e a propensão de homens negros a se envolverem em atividades criminosas".

No que concerne ao grau de escolaridade, o MJ (2015) evidencia no gráfico 8 que 53% da população prisional possuem o ensino fundamental incompleto e apenas 12% o completou. O relatório complementa as informações e promove um comparativo com a população brasileira não privada de liberdade e relata que cerca de 32% completou o ensino médio em detrimento de apenas 7% do contingente prisional. Quanto à questão de gênero, entre as mulheres presas, esta proporção corresponde a 14%.

Gráfico 8: Escolaridade da população prisional

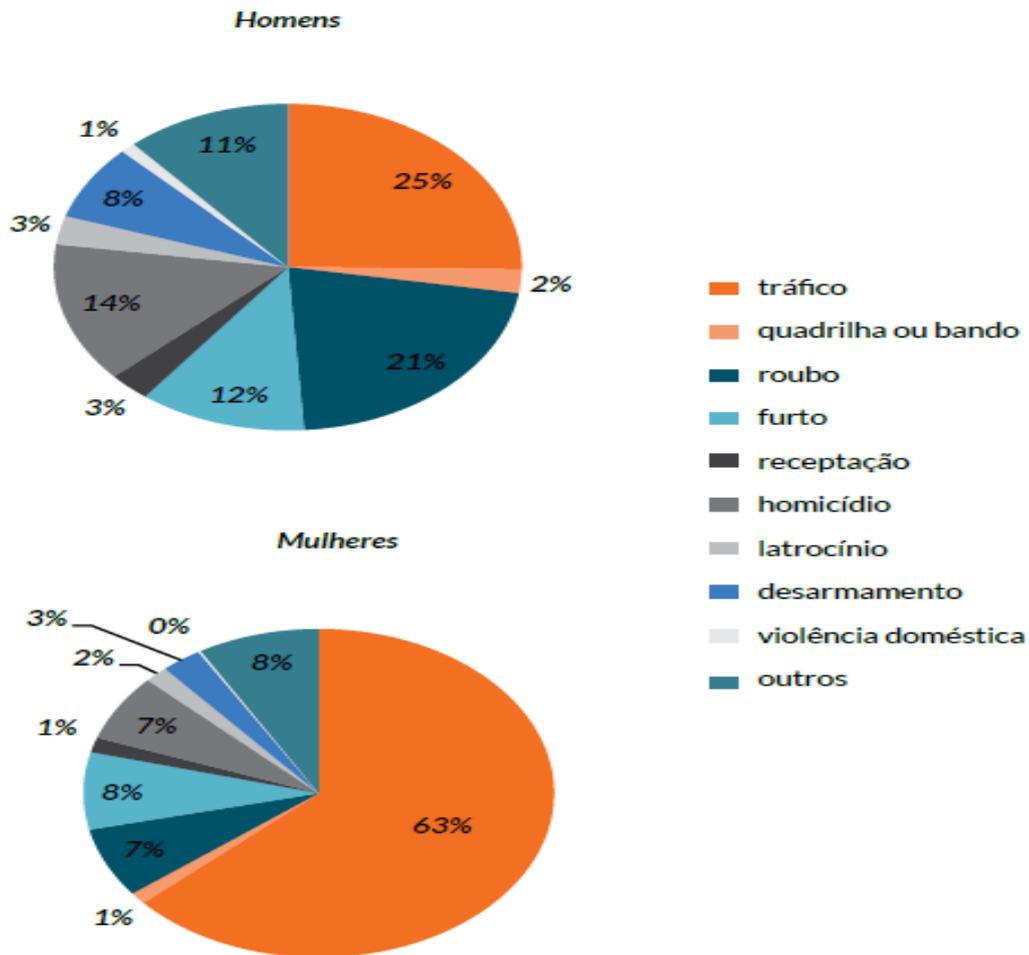


Fonte: Ministério da Justiça (2015).

Outro fator preponderante para análise é o da proporção do tipo penal feminino comparado ao dos homens. Observa-se que o encarceramento feminino obedece a padrões de criminalização diferentes dos apresentados pelo público masculino. Na visão de Jacinto *et al* (2010) o tráfico de drogas é visto como uma prática essencialmente masculina, tanto no consumo quanto na comercialização. A partir dos resultados de pesquisa de campo com mulheres presas por tráfico de entorpecentes, os autores constataram que a participação feminina no tráfico de drogas é de forma secundária e passiva, por não ocupar a mesma posição que o homem, a não ser em situações excepcionais. Além disso, essa participação pode ocorrer de forma vinculada a pessoas que traficam.

O pensamento de Jacinto *et al* (2010) é certificado por Diógenes (2007), a partir de pesquisa de campo com mulheres autuadas em flagrante por tráfico de drogas no momento de ingresso em estabelecimentos prisionais, na qual constatou uma correlação entre o delito e algum vínculo de parentesco com o presidiário destinatário da droga, seja como companheira, filha, irmã, mãe e etc. O autor retrata a fala de uma das participantes que afirma ter sido obrigada pelo companheiro a ingressar no presídio portando drogas e, assim o fez, por medo de sofrer alguma represália, em virtude do histórico de violência doméstica presente na relação.

Gráfico 9: Tipo penal distribuído por gênero



Fonte: Ministério da Justiça (2015).

No gráfico 9, enquanto 25% dos crimes pelos quais os homens respondem estão relacionados ao tráfico de drogas, para as mulheres essa proporção impetra 63%.

Segundo Vieira Neto (2014), em geral, o perfil socioeconômico das mulheres presas é composto por negras, jovens, mães, chefes de família, provenientes de extratos sociais desfavoráveis economicamente, com baixa escolaridade e, normalmente, se vinculam ao tráfico de drogas o que é constatado por Amaral (2014) quando atesta que o tráfico de drogas tem contribuído para o aumento da taxa de mulheres presas no Brasil.

4.2 PANORAMA ESTADUAL SOBRE A MULHER ENCARCERADA

Em 2011, através do DEPEN, foi realizado um levantamento em delegacias e estabelecimentos prisionais sobre o quantitativo de presas e déficit dessas vagas. O quadro 6, evidencia que o Espírito Santo, registrou um superávit de 66 vagas, o que contrasta, por exemplo, com São Paulo com déficit de 4.320 vagas.

Quadro 6: Dados Gerais do Sistema Penitenciário Feminino Nacional

UF	Quantidade de estabelecimentos prisionais femininos	Quantidade de mulheres presas total ¹	Percentual de mulheres presas na UF	Capacidade	Déficit de vagas femininas
AC	1	249	6,52%	139	110
AL	1	187	4,98%	80	107
AM	2	576	8,95%	253	323
AP	1	130	7,11%	94	36
BA	1	709	5,11%	341	368
CE	1	797	4,70%	520	277
DF	1	583	5,64%	422	161
ES	5	854	6,84%	920	+66
GO	3	734	6,09%	601	133
MA	2	224	4,22%	268	+44
MG	5	2.935	6,10%	1.665	1270
MS	12	1.134	9,92%	933	201
MT	2	767	6,85%	304	463
PA	1	673	5,51%	578	95
PB	2	587	7,14%	186	401
PE	4	1.788	6,91%	761	1.027
PI	4	127	4,27%	172	+45
PR	2	2.443	7,27%	561	1.882
RJ	9	1.908	6,47%	1.563	345
RN	1	453	6,77%	78	375
RO	4	599	9,45%	182	417
RR	1	165	9,61%	92	73
RS	5	2.011	6,90%	1.175	836
SC	0	1.255	8,38%	599	656
SE	1	183	5,14%	181	2
SP	11	11.853	6,58%	7.533	4.320
TO	0	134	5,76%	30	104
Total/ média	82	33.289	6,63%	20.231	13.827

Fonte: DEPEN (2011).

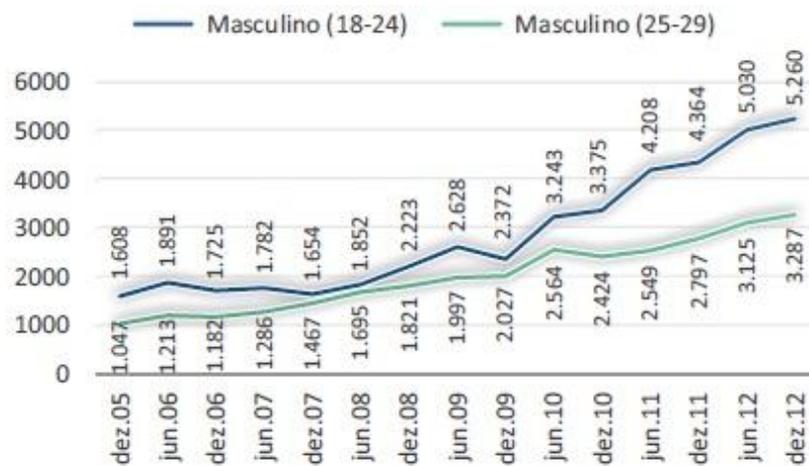
Conforme o quadro acima, o Espírito Santo, em 2011, registrou 854 mulheres presas, equivalendo a 6,84% da população carcerária estadual e 2,56% da população carcerária feminina nacional, custodiadas em cinco estabelecimentos prisionais que possuem capacidade para 920 presas.

Em conformidade com o levantamento realizado pelo MJ entre 2012 e 2013, através do DEPEN (2014), a respeito do quantitativo de presos no sistema penitenciário dividido por sexo e por Estados no Brasil, o Espírito Santo registrou uma queda na taxa da população carcerária masculina de 91,5% para 91,2%, tendo o mesmo ocorrido com a população feminina que registrou queda de 8,5% para 7,9%. A divulgação deste resultado confronta com os dados sistematizados pelo Instituto Jones dos Santos Neves (ESPÍRITO SANTO, 2014) sobre o encarceramento no

Espírito Santo, em período equivalente, por ter apresentado elevações em suas taxas.

O Gráfico 10 retrata uma elevação da população carcerária masculina no período que corresponde entre 2005-2012, tendo menor destaque para a população entre 25 e 29 anos. Em sete anos, o número de presos na faixa etária entre 18 a 24 anos passou de 1.608 (dez/ 2005) para 5.260 (dez/ 2012), e o de 25 a 29 anos passou de 1.047 (dez/2005) para 3.287 (jun/ 2012).

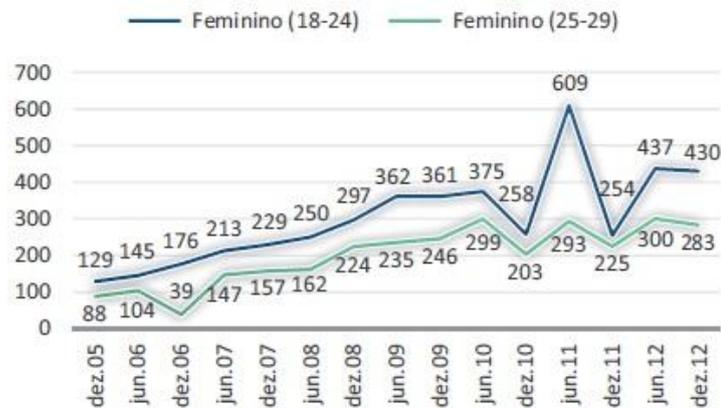
Gráfico 10: Presos do sexo masculino, entre 18 e 29 anos: ES, 2005 a 2012



Fonte: Espírito Santo (2014).

No que concerne ao envolvimento ilícito feminino no Espírito Santo, as taxas de aprisionamento são menores que as taxas masculinas. No período que compreende entre 2005 a 2012, as taxas de encarceramento feminino elevaram-se, principalmente entre mulheres jovens. Nota-se que o número de mulheres presas, entre 18 a 24 anos, elevou-se de 129 (dez/2005) para 609 (jun/2011). Entre aquelas na faixa etária entre 25 a 29 anos, ascendeu de 88 para 293 no mesmo período como apresentado no gráfico 11.

Gráfico 11: Presos do sexo feminino, entre 18 e 29 anos: ES, 2005 a 2012



Fonte: Espírito Santo (2014).

O Instituto Jones dos Santos Neves (ESPÍRITO SANTO, 2014), propõe o debate sobre as implicações da violência no contexto da população jovem e pontua alguns fatores que tendem a afetar o público feminino:

[...] apesar do forte foco em homens jovens e os problemas que eles causam, muitos dos impactos ambientais, sociais, familiares e condições que enfrentam afetam as mulheres jovens igualmente, se não mais do que os homens jovens, embora muitas vezes com resultados diferentes. Para as mulheres jovens estas mesmas condições tendem a contribuir para a gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, prostituição, dependência de homens e a reprodução intergeracional da pobreza e violência familiar. Estes resultados são igualmente graves, mas, certamente, menos visíveis (ESPÍRITO SANTO, 2014, p. 98).

No que tange ao grau de instrução, o DEPEN (2011), divulgou que, aproximadamente, 53,4% das presas cursam educação formal dentro de estabelecimento prisional. De acordo com o quadro 8 apresentado acima, observa-se que 57,61 % das detentas não concluíram o Ensino Fundamental e que apenas 7% concluiu o Ensino Superior.

Quadro 7: Grau de instrução das detentas do Espírito Santo

Escolaridade Mulheres Presas – ESPÍRITO SANTO	quantidade	percentual¹¹
Analfabeto	26	3,04%
Alfabetizado	29	3,39%
Ensino Fundamental Incompleto	492	57,61%
Ensino Fundamental Completo	89	10,42%
Ensino Médio Incompleto	117	13,7%
Ensino Médio Completo	85	9,95%
Ensino Superior Incompleto	8	0,93%
Ensino Superior Completo	6	0,7%
Ensino acima de Superior Completo	1	0,11%
Não Informado	1	0,11%

Fonte: DEPEN (2011).

Segundo o DEPEN (2011), aproximadamente 94% das detentas do Espírito Santo são provenientes de áreas urbanas e os crimes mais praticados por estas são: o tráfico de drogas, seguido dos crimes contra o patrimônio, conforme demonstrado no quadro 8 abaixo.

Quadro 8 – Tipologia criminal mais frequente

Delito	Percentual de detentas envolvidas
Crimes contra a pessoa	5,38%
Crimes contra o patrimônio	16,74%
Crimes contra a paz pública	1,05%
Crimes contra a fé pública ¹⁰	2,1%
Tráfico de drogas:	78,1%
Tráfico internacional	6,9%

Fonte: DEPEN (2011), configuração adaptada pela autora.

Em relação à cor da pele/ raça, segundo o DEPEN (2011), as mulheres presas no Espírito Santo se autodenominaram: 64,87% pardas, 19,2% brancas, 14,98% negras, 11% indígenas e 0% amarelas.

¹⁰ Referem-se aos crimes que envolvem falsificação, ludibriando a boa fé da vítima e lesionando o Estado e a sociedade. Disponível em: <<http://ultimainstancia.uol.com.br>>. Acesso em 10 jun. 2015.

A partir da análise dos quadros e gráficos apresentados, verifica-se que o perfil das mulheres encarceradas no Espírito Santo corresponde à população mais jovem do Brasil, de classe econômica socialmente vulnerável, de cor/raça ou etnia parda e envolvida com o tráfico de drogas, o que se assemelha à realidade nacional apresentada.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na discussão dos dados da pesquisa, explicitamos o perfil socioeconômico das mulheres encarceradas da PFC, bem como as suas histórias de vida, motivações para a entrada na rede do tráfico de drogas, dificuldades e encontradas na prisão, experiências e aprendizados adquiridos na condição de detentas e consequências do aprisionamento.

5.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS DETENTAS DA PFC

A seguir, serão apresentadas informações relativas ao primeiro eixo desta pesquisa de campo realizada na PFC que concerne ao perfil socioeconômico das mulheres presas por tráfico de drogas. De acordo com o quantitativo de, aproximadamente, 250 mulheres encarceradas por este delito, foram selecionadas, aleatoriamente, dez entrevistadas. Para tanto, os dados correspondem à idade, escolaridade, estado civil, número de filhos, município de residência, tipificação penal, tempo de condenação, atividade profissional desenvolvida anterior ao aprisionamento, valor da renda antes e após o envolvimento com o tráfico de drogas.

Quadro 9 – Caracterização dos sujeitos de Pesquisa do Regime Fechado da PFC

Nº	Pseudônimo	Idade	Cor	Escolaridade	Ocupação profissional antes do tráfico
1.	Rosa	39	Parda	Sup. Incompleto	Professora
2.	Vermelho	44	Branca	Sup. Incompleto	Autônoma
3.	Laranja	29	Branca	Ens. Médio Compl.	Diarista
4.	Amarelo	40	Parda	Sup. Completo	Comerciante
5.	Verde	28	Branca	Ens. Médio Incompl.	Recuperadora de Crédito
6.	Ciano	40	Parda	Ens. Fund. Incompl.	Artesã
7.	Azul	26	Parda	Ens. Fund. Incompl.	Nunca Trabalhou
8.	Violeta	33	Parda	Ens. Fund. Incompl.	Operadora de caixa
9.	Marrom	39	Branca	Ens. Médio Incompl.	Nunca Trabalhou
10.	Bordô	36	Parda	Ens. Médio Compl.	Secretária

Fonte: Elaborado pela autora.

As formas escolhidas para identificação dos sujeitos de pesquisa foram por meio do sistema de cores a fim de propor uma analogia ao título do trabalho que alude ao universo cor-de-rosa. A diversidade na identificação dos sujeitos teve como intuito facilitar a identificação do lugar social e político do sujeito que fala, conforme caracterizado no quadro 9.

Quanto à idade das entrevistadas implicadas na pesquisa, é possível observar que 20% das mulheres encarceradas por tráfico de drogas encontram-se na faixa etária entre 20 – 30 anos. Barcinski (2009) realiza uma análise sobre a presença de jovens na rede do tráfico de drogas e expõe que o preconceito e a discriminação enfrentados pelos que vivem nas favelas, pode favorecer a inserção nesta atividade ilícita, como a única alternativa de pertencimento a uma rede de trabalho.

Tabela 3 – Faixa etária de 10 detentas da PFC

Idade	Detentas	Percentual
20 – 30	2	20%
31 – 40	4	40%
41 – 50	4	40%
Total	10	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao prosseguir com a análise da faixa etária das entrevistadas da PFC, 40% encontram-se com idade entre 31 – 40 anos. E entre 41 – 50 anos, verificou-se o mesmo percentual.

Tabela 4 – Raça, cor ou etnia de 10 detentas da PFC

Raça/ Cor/ Etnia	Detentas	Percentual
Branca	4	40%
Preta	-	-
Parda	5	50%
Amarela	-	-
Outra	1	10%
Total	10	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Quando se atenta para a questão da raça/cor ou etnia, 50% das entrevistadas se declararam pardas, 40% reconheceram-se da cor branca e apenas 10% definiu a opção "outra", inviabilizando assim, a sistematização deste último dado. Observa-se que, as informações pertinentes à raça, cor ou etnia das entrevistadas da PFC se aproximam dos resultados encontrados tanto no panorama nacional quanto estadual.

Tabela 5 – Nível de escolaridade de 10 detentas da PFC

Nível de Escolaridade	Detentas	Percentual
Ensino Fundamental Incompleto	3	30%
Ensino Fundamental Completo	-	-
Ensino Médio Incompleto	2	20%
Ensino Médio Completo	2	20%
Superior Incompleto	2	20%
Superior Completo	1	10%
Total	10	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

A tabela 5 apresenta o nível de escolaridade das mulheres pesquisadas e frisa que 30% das detentas não chegaram a concluir o Ensino Fundamental. Em seguida, demonstra que 20% das detentas não concluíram o Ensino Médio e apenas 10% atingiram a conclusão do Ensino Superior. De acordo com o estudo de caso realizado por Salmasso (2004, p. 24) sobre mulheres criminosas do município de Marília - SP observou-se crescimento de estudantes de nível superior autuados por tráfico de drogas “A cada ano o número de universitários em Marília aumenta, o que faz ocorrer uma maior presença de drogas [...] a grande maioria de usuários encontra-se na faixa dos 19 aos 26 anos, incluindo as mulheres”.

Embora o nível de escolaridade das mulheres participantes desta pesquisa com nível superior não tenha sido elevado, é mister refletir os fatores que beneficiam o crescimento do tráfico de drogas no contexto universitário.

Tabela 6 – Estado civil de 10 detentas da PFC

Estado Civil	Detentas	Percentual
Solteiras	6	60%
Casadas	2	20%
Divorciadas	2	20%
União Consensual	-	-
Viúvas	-	-
Total	10	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Tendo em consideração o estado civil das detentas entrevistadas, 60% declararam-se solteiras, 20% divorciadas e 20% casadas. Na ótica de Salmasso (2004, p. 28) “[...] são as mulheres declaradamente solteiras e sós que cometem crime em maior proporção”. A autora afirma que, no caso de envolvimento feminino com o tráfico de drogas, incide alguma influência exercida pelo parceiro. O presente estudo segue em busca de outras motivações mesmo perante o ponto de vista da autora citada.

Tabela 7 – Quantitativo de filhos de 10 detentas da PFC

Detentas	Quantidade	Percentual
Possuem Filhos	8	80%
Não possuem Filhos	2	20%
Total	10	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Das detentas entrevistadas, 80% declararam possuir filhos e informaram que estes convivem sob a guarda de familiares tanto paternos quanto maternos.

Tabela 8 – Região de moradia de 10 detentas da PFC

Região	Quantidade	Percentual
Cariacica	2	20%
Guarapari	1	10%
Mato Grosso/MT	1	10%
São Paulo/SP	2	20%
Vila Velha	1	10%
Vitória	3	30%
Total	10	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme apresentado na tabela 8, 70% das entrevistadas pertencem a municípios localizados no Espírito Santo, todavia, 30% do quantitativo, são oriundas de outros Estados, o que desperta o interesse em compreender este fenômeno, uma vez as entrevistadas manifestaram o desejo de retornar às suas regiões de origem.

Na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o enfrentamento das desigualdades socioterritoriais são consideradas como garantia dos mínimos sociais. Um dos seus eixos estruturantes refere-se ao conceito de Matricialidade Sociofamiliar que, por sua vez, entende como primordial a centralidade da família no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros (BRASIL, 2005).

O reconhecimento da importância da família igualmente está explícito no artigo 226, da Constituição Federal do Brasil, quando declara que a: “família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (BRASIL, 1988).

Visto que a convivência do meio familiar é compreendida como proteção pelo Estado - no caso de pessoas reclusas - a possibilidade do cumprimento da pena próximo à família, é um importante meio de reintegração social, conforme preconiza o art. 1º da LEP "A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado" (BRASIL, 1984). Desta maneira, um escopo apontado pela lei é promover a reintegração social do condenado. Portanto, entende-se que o encarceramento do preso em local próximo a residência de seus familiares, além de atender o postulado da unidade familiar, tende a garantir a ressocialização da pessoa privada de liberdade.

Tabela 9 – Tipologia criminal de 10 detentas da PFC

Delito	Detentas	Percentual	Reincidente		Condenação Abaixo de 10 anos	Condenação Acima de 10 anos
			Sim	Não		
Tráfico de Drogas	10	100%	7	3	2	8
Associação ao Tráfico	6	60%	3	-	-	-
Tráfico Interestadual	3	30%	-	-	-	-
Porte Ilegal de Armas	1	10%	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à tipologia criminal que alude ao artigo penal, tempo de condenação e reincidência, observa-se na tabela 9 que, 60% das detentas também foram condenadas pelo crime de associação ao tráfico de drogas e 30% por tráfico interestadual. Da mesma forma, dentre as 10 detentas, 7 são reincidentes e 8 possuem tempo de condenação superior a 10 anos.

Um fator relevante da pesquisa foi o levantamento da atividade profissional desenvolvida pelas detentas antes do aprisionamento com o valor do respectivo salário, bem como o valor da renda após o envolvimento com o tráfico de drogas. Isto posto, a tabela 10 permite verificar uma mudança acentuada na renda dessas detentas após a inserção na atividade ilícita.

Um salto significativo na renda, por exemplo, para quem possuía remuneração mensal de R\$ 788,00 que alude ao valor de um salário mínimo e, em seguida, passou

a perceber mensalmente a importância de R\$ 28.000,00¹¹. Sublinha-se que, segundo os sujeitos participantes da pesquisa, os valores após o envolvimento com o tráfico de drogas, são aproximados. Deste modo, seguem os resultados da tabela 8 para apreciação:

Tabela 10 – Ocupação profissional e renda de 10 detentas da PFC

Detentas	Ocupação profissional antes do tráfico	Renda mensal antes do tráfico	Renda mensal após o tráfico
1	Secretária	R\$ 788,00	R\$ 28.000,00
2	Operadora de Caixa	R\$ 788,00	R\$ 6.000,00
3	Artesã	R\$ 788,00	R\$ 28.000,00
4	Autônoma	R\$ 1.576,00 a R\$ 3.152,00	R\$ 28.000,00
5	Recuperadora de Crédito	R\$ 1.576,00	R\$ 28.000,00
6	Diarista	R\$ 394,00	R\$ 2.000,00
7	Comerciante	R\$ 16.548,00	R\$ 60.000,00
8	Professora	R\$ 1.182,00	R\$ 5.000,00
9	Nunca trabalhou	-	R\$ 2.000,00
10	Nunca trabalhou	-	R\$ 16.400,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Mesmo consciente de que o tráfico de drogas se constitui uma atividade ilegal, para os envolvidos, representa um trabalho equivalente ao formal. Assim, Faria (2011, 543) considera "[...] relatam orgulho que sentem do tráfico pelo seu nível de dificuldade e pelo que conseguem obter em termos financeiros, além do reconhecimento dado pela comunidade".

Consoante com a realidade nacional, bem como a do Espírito Santo, o perfil socioeconômico da agente do crime de tráfico ilícito de drogas reflete as características das entrevistadas da PFC que, em sua maioria, é solteira, não completou o ensino fundamental, de cor/raça ou etnia parda e é provinda de classe econômica socialmente vulnerável.

¹¹ O valor do salário mínimo corresponde ao mês de julho de 2015, conforme o Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/sal_min/salario-minimo.htm>. Acesso em 03 jul. 2015.

5.2 A MULHER EM SITUAÇÃO DE CONFLITO COM A LEI

Noventa por cento das pessoas entram nessa vida [tráfico de drogas] por causa do marido, dos filhos, no meu caso foi o “olho”, foi safadeza mesmo! Foi a ganância mesmo! A ganância! Não posso dar uma desculpa [...] Meu marido o dia que ele soube que eu tava [SIC] mexendo com droga quase teve um... De negro, ele ficou branco! (VERMELHO).

Os resultados apresentados abaixo pretendem propiciar a reflexão sobre a condição da mulher antes e após o envolvimento com o contexto ilícito conforme o segundo eixo que discute acerca de – a mulher em situação de conflito com a lei -.

O primeiro subeixo elencado explana sobre a - história de vida - dessas mulheres em sua autopercepção, sentimentos envolvidos antes e após o comprometimento com o narcotráfico.

Na percepção de Souza (2009), a mulher através da inserção nos espaços ilícitos, como qualquer outro sujeito, reivindica algo que não está bem na sociedade, motivada por demandas subjetivas e objetivas com consequências coletivas. Ao tomar por base a pesquisa realizada por Pimentel (2008) acerca das representações sociais das mulheres envolvidas no tráfico de drogas - apesar da similaridade das histórias que levam as mulheres à prisão – há um componente peculiar em suas histórias de vida.

A partir dos depoimentos das participantes da pesquisa, sobre seus relatos de vida antes do envolvimento com a criminalidade, observou-se que as entrevistadas possuíam histórico familiar de comprometimento com o narcotráfico:

Eu já vim do berço no tráfico... Começou com o meu pai que era traficante. Então ai, foi de geração né? Meu pai morreu, minha mãe ficou... Ai minha mãe morreu, meu irmão ficou... Meu irmão morreu, minha irmã ficou... Minha irmã morreu e eu fiquei. Aí! Foi vindo assim, de família, entendi? De geração a geração, então eu não tive como parar, não tive freio (AZUL).

Eu fui sustentada pelo tráfico... Meu pai interrompeu o meu sonho e ele falava que nunca tinha estudado, então porque eu teria que estudar? (VIOLETA).

A partir do referencial de Linton (2000), compreende-se que o ambiente dos indivíduos em muitos pontos é influenciado pelos elementos da cultura e na medida em que a criança cresce diversos padrões da organização familiar exercem

influências sobre as relações pessoais e sociais da mesma e expressa "Assim, também a maneira pela qual a família ganha sua subsistência influenciará o ambiente de seus membros" (2000, p. 448). Entretanto, o autor sustenta que, tais influências, não afetam da mesma maneira todos os indivíduos de uma determinada sociedade e que se a cultura dominasse completamente a formação da personalidade o resultado seria uma padronização das pessoas:

Embora o contato do indivíduo com os elementos da cultura se faça por meio de outros indivíduos que o partilham, o simples fato de serem partilhados dá-lhe uma qualidade impessoal. [...] contatos comuns com esses elementos dão, aos membros de toda a sociedade, um fundo de experiência comum, que só varia na medida em que é influenciado pelas qualidades constitucionais dos indivíduos (LINTON, 2000, p. 443).

Para Elias (1994b), em alguns contextos sociais, raramente alguém é exposto frente a uma decisão mesmo perante aos riscos, todavia, há casos em que é possível fazê-la. Desta maneira, diante à pequena margem de escolha o autor estabelece "[...] é frequente haver diante das pessoas um único caminho em linha reta desde a infância [...]", sendo assim, pessoas que recebem determinada criação aceitam o comportamento que a acompanham como natural e evidente. Conforme os demais depoimentos das entrevistadas constata-se que essa realidade não se aplica a todas as histórias de vidas e algumas das mulheres, afirmam ter vivenciado boas condições econômicas antes do envolvimento ilícito:

Tinha um padrão de vida estável, carro, casa, nunca passei necessidade, mas todo mundo trabalhou muito pra isso, até hoje... Eu tinha uma condição muito boa (VERMELHO).

Tudo que minha mãe e meu pai puderam dar pra gente era dado... Sempre foi uma criação com educação boa... O tráfico mesmo foi burrice [...] (ROSA).

Fui estudar na Praia do Canto e fiz o segundo grau na escola Nacional... Até então eu não tive contato com droga nenhuma... Meu pai era delegado... Meus irmãos policiais [...] (AMARELO).

Os relatos acima nos convidam a refletir que estamos diante de mulheres que nem sempre vivenciaram o crime cotidianamente, como ressaltado pelo senso comum e, que antes de traficantes, são mulheres com histórias diversas.

Ao falarem sobre os sentimentos relacionados ao delito cometido, algumas participantes da pesquisa afirmam arrependimento. Ressalta-se que, durante as entrevistas, algumas se emocionaram ao descreverem acerca do seu envolvimento

ilícito. De certo que, não se pode confirmar a veracidade das emoções expostas no momento em que ocorreram os depoimentos, entretanto, não se pode atribuir descrédito aos sentimentos explanados, como demonstrados abaixo:

Eu me arrependo hoje... Hoje eu tô presa... Mas eu não estava traficando mais... Eu tava trabalhando... Só que eu continuei com amizades erradas, né? (BORDÔ).

Eu falo que não há vantagem. Eu não aconselho a ninguém seguir... Por mais necessidade que passe (CIANO).

Me arrependo, me arrependo muito, porque eu tenho uma família linda lá fora [...] (ROSA).

Uma das coisas mais nojentas que eu vivi [crime]... Ele me deu força, me senti uma mulher muito poderosa, mas quando eu deparei com os meus filhos dentro do crime... Eu fui enxergar e vi que não valia a pena (VIOLETA).

Além do arrependimento por se envolver com o narcotráfico, outros sentimentos, são citados pelas entrevistadas. Segundo Elias (1994b) a crítica da autoconsciência e a estrutura básica do julgamento que fazemos de nós mesmos e dos outros é uma precondição de nossa capacidade para lidar com a situação e analisa (1994b, p. 81) "Quando essa estrutura é questionada, nossa segurança sofre uma ameaça. Ficamos como alguém lançado no mar, sem nenhuma visão de terra firme". Desse modo, as falas de Marrom, Azul e Laranja, impregnadas de sentimento de culpa e tristeza, evidenciam uma autocrítica:

Quando eu vi minha filha viciada, drogada, fazendo bonde [...] Ela disse que tudo isso eu já tinha feito em minha vida... Eu disse que eu já tinha feito isso tudo, mas que tinha saído das drogas e saído do tráfico por elas pra não ser o lixo que eu era, porque eu me considero um lixo (MARRROM).

Sentimento? Um sentimento de que eu não vivi, porque eu só tive perdas... Um sentimento de tristeza... De dor (AZUL).

Sentimento de... São vários... Mais o maior sentimento é de culpa... Sinto muito culpada... Muito mesmo (LARANJA).

De acordo com Elias (1994b), a luta por se destacar e realizar-se na vida somente pode ser vencida por uma minoria e na medida em que as pessoas envelhecem as aspirações da juventude ficam aquém das expectativas. Dessa forma, as pessoas que

não conseguem alcançar as suas realizações, geralmente, são tomadas por sentimentos de apatia, depressão, culpa e ausência de signifi ca de vida.

A análise destaca como outro subeixo as - experiências e dificuldades vivenciadas pelas detentas durante o processo de aprisionamento -. Diante a riqueza dos detalhes narrados pelas mesmas, percebeu-se a dificuldade de convivência e adaptação ao espaço, o precário acesso às informações dos meios de comunicação e a distância familiar, especialmente dos filhos, como fatores de angústia. Nos relatos das entrevistadas abaixo, o limitado acesso às informações dos meios de comunicação, aparece como um ponto de destaque:

Pra mim a pior coisa é a falta de informação nesse lugar! O que mais me incomoda é estar subjugada a pessoas que têm menos informação do que eu. Eu falava com os meninos que era mais inteligente que eles, e agora? Estou submissa e sou mais inteligente que elas [Inspetoras Penitenciárias] (AMARELO).

Aqui você fica limitado de tudo praticamente, então a pessoa aprende ser egoísta e avarenta... A gente não tem acesso a um monte de coisas (VERMELHO).

No olhar de Foucault (2010), os dispositivos do poder disciplinar presentes na prisão caracterizam-se pela minúcia e pelo detalhe com o objetivo de produzir corpos dóceis e a sua origem está ligada ao interesse de transformação dos indivíduos. O autor analisa a história de repressão presente no contexto prisional, que parte de um cenário de punição ao de vigilância e realiza algumas observações sobre a importância das prisões que, desde o seu surgimento, deveria funcionar como um instrumento de aperfeiçoamento como a escola, por exemplo, todavia esse aperfeiçoamento não foi alcançado e enfatiza (2005, p. 131) “[...] desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos [...]”.

O pensamento Foucault (2005) segue de encontro às contribuições de Perrot (1988, p. 269) ao abordar acerca das implicações que a prisão possui sob a estrutura psicológica do indivíduo quando lhe impõe o silêncio e força-o a adquirir novos hábitos, o que favorece a deterioração da sua identidade. Dessa forma, afirma “Em

lugar de indivíduo regenerado é um homem destroçado em seus mecanismos físicos e morais, profundamente desadaptado da prisão [...]"

Para compreender o impacto das limitações impostas pela situação de aprisionamento na vida das entrevistadas, toma-se emprestado, a parábola das "Estátuas Pensantes" citada por Elias (1994b, p. 100). Conforme o autor, as estátuas vêem o mundo e formam concepções dele, entretanto, o movimento dos membros lhes é negado por serem constituídas de mármore e observa "Seus olhos vêem e elas são capazes de pensar no que vêem, mas não podem ir até lá. Suas pernas não podem andar [...]. Elas olham de fora para o interior de um mundo [...]". Neste interim, o autor refere-se a um muro invisível que permite ao indivíduo fitar o mundo exterior através das janelas dos seus pensamentos.

Quanto à dificuldade de adaptação ao espaço prisional, algumas participantes destacaram que foi o maior empecilho encontrado, como aparece nos relatos a seguir:

Quando a gente chega na prisão a gente aprende muita coisa... A gente tem que aprender a viver pra gente... Ou a gente respeita ou a gente sofre consequências, porque você tá presa pela justiça e presa pelas presas! (CIANO).

A dificuldade maior minha foi e está sendo de adaptação... Porque quando aquilo não faz parte da sua vida, não adiante você querer encaixar aquilo que não é seu... Faço de conta que tô me adaptando... (LARANJA).

Barcinski (2009, p. 1851) através da contribuição do pensamento de Miller (1987), afirma que "a constituição da identidade feminina é organizada ao redor de sua habilidade de estabelecer e manter relações afetivas". A autora chama a atenção para o fato de que as mulheres constroem a sua identidade a partir das relações estabelecidas com outras pessoas, o que sustenta os estudos de Pimentel (2008) ao afirmar que a identidade da mulher se constrói a partir do outro.

Embora os autores supramencionados tenham realizado um recorte de gênero para conjecturar sobre a constituição da identidade, Elias (1994b) atesta que o indivíduo somente pode ser entendido a partir do outro e propõe (1994b, p. 56) "A estrutura e a

configuração do controle comportamental de um indivíduo dependem da estrutura das relações entre os indivíduos".

Perante o relato de algumas das entrevistadas, conviver com costumes e diferentes formas de pensar constitui em uma barreira para a adaptação ao convívio no presídio com outras detentas. Frente aos aspectos das relações interpessoais Elias (1994b, p. 57) ressalta "Cada pessoa só é capaz de dizer "eu" se e porque pode, ao mesmo tempo, dizer "nós". A ideia "eu sou" [...] pressupõe a existência de outras pessoas e um convívio com elas". Assim, a composição do indivíduo adapta-se ao convívio com os outros a quem o comportamento tem que ser ajustado. Para as entrevistadas Verde e Azul a dificuldade de convivência é evidenciada em suas falas:

Você sai de casa, porque não consegue se dar bem com o seu pai e sua mãe ou com seus irmãos ou com seu marido, mas na cadeia, você aprende a conviver com pessoas que você não conhece, com pessoas totalmente diferentes de você (VERDE).

A maior dificuldade é conviver com as pessoas... Porque nem todo mundo são igual, as pessoas são diferentes... Cada um tem um jeito de falar, entendeu? (AZUL).

Outro empecilho enfrentado por algumas entrevistadas durante o aprisionamento consiste na distância da família, em especial a dos filhos. Estudos realizados por Coyle (2002) inferem que, na maioria das sociedades, as mulheres são as principais responsáveis pela família, o que significa que quando uma mulher é privada de liberdade, as consequências para a família são consideráveis, especialmente no que tange ao acompanhamento emocional e educacional dos filhos. Desta maneira, segue as percepções de Violeta e Bordô no que tange ao afastamento dos seus filhos:

Eu perdi a criação dos meus filhos... Tive um filho de 3 anos...tive presa aqui.. Hoje eu sofro muito por isso... Sofro muito (BORDÔ).

Dificuldade? Meus filhos teve que depender das pessoas... Essa foi minha maior dificuldade, porque o resto... Às vezes a gente tira de letra, né? Mas quando se trata do filho [...] (VIOLETA).

A partir do norteador crítico de Foucault (2009, p. 254) a família do indivíduo privado de liberdade tende a enfrentar a miséria e cita "A mesma ordem que manda para a prisão o chefe de família reduz cada dia a mãe à penúria, os filhos ao abandono, [...]". Logo, é possível traduzir a realidade deste pensamento para o contexto feminino. No

depoimento de Marrom, percebe-se que esta acredita que, a sua distância nos cuidados com as filhas, propiciou o envolvimento de uma delas com alguém vinculado às atividades ilícitas:

Na primeira e segunda vez, eu vim presa super bem! Comprei um celular, continuei traficando na cadeia... Falava com minhas filhas, elas no controle... Essa cadeia aqui é fechada e acabou comigo! Eu não vivo mais, porque eu falava com minhas filhas, tinha controle... Minha filha começou a se envolver com um menino bandido [...] (MARRROM).

Saffioti (2013) analisa a relação da mulher com a unidade familiar e acredita que haja uma necessidade subjetiva e, em algumas vezes, objetiva, de se doarem à família, o que se aproxima do pensamento de Barcinski (2009) ao discorrer sobre o conceito de "ideologia da domesticidade" para explicar que a identidade das mulheres é construída principalmente em torno da casa e do cuidado dos filhos. Desta maneira, os relatos a seguir, corroboram a dificuldade de algumas detentas para lidarem com a distância familiar:

A distância de casa, né? Uma carta que a gente recebe já é muita coisa, né? Mesmo eu tando aqui eles [familiares] não têm condições de vir me visitar, mas não me abandonam... Minha mãe me escreve que tá me esperando que precisa de mim lá, que meus filhos tão bem cuidado. Eu joguei a minha família no lixo (ROSA).

A dificuldade da distância... Sinceramente? A distância... Fora a falta de contato com a minha família (LARANJA).

Além das supramencionadas dificuldades enfrentadas, algumas entrevistadas destacaram - aprendizados adquiridos ao longo do processo de aprisionamento -, o que se constitui o terceiro subeixo. Dentre os apontamentos narrados pelas detentas, a oportunidade de estudar e de aprender algum ofício profissional, como costurar, por exemplo. Entretanto, algumas entrevistadas destacaram que aprenderam a ser mais disciplinadas em suas atitudes.

Braghirolli *et al* (1994, p. 75), referem que as atitudes são formadas desde muito cedo sob a influência familiar e que existem outros agentes formadores como os amigos, professores, religião, meios de comunicação e etc. Os autores reforçam "[...] dentro de um meio social relativamente restrito, como por exemplo, escolas, as atitudes em relação às questões mais centrais tendem a ser as mesmas". Dessa forma, é possível

aplicar este pensamento à realidade dos presídios para refletir, por exemplo, sobre a internalização da disciplina por algumas das detentas:

A cadeia me ensinou a ter disciplina... A ter freio! Nem tudo que você pensar, você falar...sabe por causa de quê? As vezes é melhor você dar um soco na cara de uma pessoa do que você agredir ela com uma palavra (AZUL).

Foucault (2009) aponta para o fator da disciplina como um método utilizado dentro dos espaços da prisão com o intuito de aperfeiçoar a submissão dos sujeitos às normas e procedimentos, como citado no trecho a seguir:

Esse método que permite o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as "disciplinas" [...] fórmulas gerais de dominação (FOUCAULT, 2009, p. 133).

Da mesma forma, Foucault (2013, p. 34) aponta que a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso "Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras". Além disso, Foucault (2005, p. 231) destaca que "Vivemos em uma sociedade que em grande parte marcha "ao compasso da verdade" – ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade [...]", o que desponta no depoimento abaixo:

A cadeia me ensinou pensar antes de falar... Sempre fui muito explosiva! Por isso que eu falei que hoje lá fora, estaria com uma vida totalmente diferente, muita coisa... Muita maneira que eu agia, me comportava, querendo ou não a cadeia me ensinou muita coisa! (LARANJA).

Evidencia-se que, embora Foucault (2009, p. 208) registre acerca da intenção da prisão em produzir corpos dóceis, no caso dos relatos das entrevistadas acima, a disciplina do ambiente prisional é percebida por elas de forma positiva sob a perspectiva de aprendizado "[...] a disciplina neutraliza os efeitos de contrapoder [...] substitui um poder que se manifesta pelo brilho dos que o exercem, por um poder que objetiva insidiosamente aqueles aos quais é aplicado". Desta maneira, a reflexão do autor nos convida a pensar se o discurso das entrevistadas não estaria retomando a finalidade da prisão de "docilizar" o sujeito.

O último subeixo denominado de - consequências e marcas do aprisionamento -, enfoca a influência do tempo cronológico nas histórias de vidas das entrevistadas frente ao processo de aprisionamento.

Na obra de Elias (1998b) a questão do tempo é analisada como um símbolo social, resultado de um longo processo de aprendizagem, não existindo em si. Para o autor, os físicos afirmam medir o tempo através de fórmulas matemáticas, entretanto, o tempo não se deixa ver, tocar, ouvir, saborear nem respirar como um odor e cita:

Os relógios não medem o tempo? Se eles permitem medir alguma coisa, não é o tempo invisível, mas algo perfeitamente passível de ser captado, como a duração de um dia de trabalho ou de um eclipse lunar, ou a velocidade de um corredor na prova dos cem metros. Os relógios são processos físicos que a sociedade padronizou, decompondo-os em sequências-modelo de recorrência regular, como as horas ou os minutos (ELIAS, 1998b, p. 9).

Ferreira (2008) realiza uma análise da relação da pessoa encarcerada com o tempo e afirma que este é percebido de forma singular pelos que vivem privados de liberdade. O depoimento de Verde, embalado por preocupações futuras, revela demarcações impostas pelo tempo:

O tempo é uma coisa que quando passa, quando a gente usa, não tem como reciclar... Eu tenho consciência que eu tô deixando de viver coisas que eu poderia tá vivendo lá fora... Eu nunca engravidei porque achei que era cedo demais... Mas agora to começando a pensar que eu não vou poder engravidar e construir uma família, porque eu vou tá... Velha demais! É uma página em branco... Você deixa de viver e realizar muitas coisas (VERDE).

Ferreira (2008) reflete que o tempo pode ser experimentado tanto como aliado quanto monótono o que depende da subjetividade humana e propõe (2008, p. 5) “[...] quem fala do tempo, quem o qualifica, quem o sente lento ou rápido, socialmente mortífero ou renovador, é o olhar ou a alma humana [...] enfim, é o sujeito individual ou coletivo”.

No que concerne à pressão do tempo cotidiano dos relógios sobre os indivíduos, Elias (1998b) afirma que esta é percebida mais intensamente à medida que envelhecemos e é aceito como se fizesse parte do destino de todos os homens. Em concordância com os depoimentos abaixo, observa-se como o fator do tempo considerado "perdido" pelas entrevistadas é vivenciado como uma consequência do aprisionamento:

Eu, o que perdi? Podia tá lá fora, acompanhando meu filho nas etapas da vida, mesmo no errado, mas conduzindo certo (AMARELO).

A prisão tá roubando! Já roubou dois anos da minha vida junto dos meus filhos... Chega! Quero ir embora! Não aguento mais! Nossa! São dois anos, pra quem nunca ficou um dia longe! (LARANJA).

Minha filha eu não criei... Ela tá quase com seis anos! Não tive participação no crescimento dela... a prisão impede de você viver! (AZUL).

Na visão de Elias (1994b, p. 109) "Do ponto de vista estrutural, a profusão de oportunidades perdidas equipara-se à profusão de alternativas entre as quais se pode e se deve decidir". Desta maneira, o indivíduo percorre bifurcações que o obriga a optar por um caminho ou por outro, ao mesmo tempo em que é tomado por dúvidas na escolha do direcionamento mais oportuno, subtraindo à margem da estrada as oportunidades que deixou de escolher.

5.3 ROMPIMENTO COM O PARADIGMA DA FRAGILIDADE FEMININA

Me destaco perante os homens, porque eu sou uma mulher guerreira!
(VIOLETA).

Quanto ao terceiro eixo temático que alude ao - rompimento feminino com o paradigma da fragilidade -, Souza (2009) aponta alguns fatores implicados no processo de envolvimento com o tráfico de drogas, dentre eles, o status, a fama, a adrenalina e poder. Na presente análise, o - poder – foi eleito como o primeiro subeixo.

É relevante, de início, conhecer o significado da palavra poder. Em um dicionário comum da língua portuguesa o significado de poder aparece como: “ter a faculdade ou o direito, de: poder determinar algo”; “dispor de força ou autoridade”; “direito de deliberar, agir e mandar” (FERREIRA, 2006, p. 637).

Nesse momento, destaca-se o pensamento de Foucault (2005) em relação ao poder, que o estudou para identificar os sujeitos atuando sobre os outros sujeitos. Segundo o autor, o poder, não está localizado em uma instituição, e nem tampouco como algo que se cede, por contratos jurídicos ou políticos. Portanto, pode-se identificar que o poder se encontra por toda parte e deve ser entendido como uma relação flutuante.

Da mesma maneira, Elias e Scotson (2000) aclaram sobre o significado do poder e inferem que este tem como fonte as relações humanas mais variadas, sendo fruto do contato entre os indivíduos, logo, o poder não assume um formato concreto, mas aparece nas relações que se mantêm num equilíbrio instável de forças. Por conseguinte, as relações de poder estão presentes no dia-a-dia das pessoas, sendo que encontramos estabelecidos e *outsiders* em todas as relações, representando uma balança de poder, entretanto, não existe um lado bom e um ruim, mas interesses diversos que permeiam essas relações.

A partir da análise do comportamento de indivíduos de uma pequena cidade ao sul da Inglaterra, de nome fictício Winston Parva, Elias e Scotson (2000) verificam a presença do poder revestido de estigmatização por parte de moradores de um bairro operário a outros moradores do mesmo bairro, que marcava o comportamento destes de forma negativa, levando-os, em alguns momentos, a adequar-se ao papel que lhes fora atribuído.

A cidade de Winston Parva era dividida em três zonas diferentes, sendo que na zona um, estavam pessoas privilegiadas economicamente e nas zonas dois e três, os menos privilegiados. Os habitantes da zona dois, consideravam-se superiores aos da zona três, por habitarem o local há mais tempo, o que levava-os a estigmatizarem os da zona três.

Logo, os rótulos que eram atribuídos aos moradores da zona três, eram internalizados como verdadeiros, fazendo com que esses materializassem esse estigma em suas atitudes. Os autores assinalam que, em função da reprodução desse rótulo na própria comunidade, o fato contribuía para que os habitantes revelassem certa dificuldade para estabelecer laços de confiança, temendo assim, uns aos outros.

A partir da leitura de Elias e Scotson, nota-se que essa relação de desconfiança estabelecida, desfavorecia a efetivação de um controle social informal, como o que é realizado pela família, escola, habitantes do bairro, sobressaindo assim, a criminalidade.

Destarte, a autoimagem negativa, fomentada por essa comunidade, favorecia para que os jovens oriundos da mesma correspondessem à representação construída socialmente, o que nos leva a refletir que, o delito cometido poderia ser uma forma de moldar-se ao papel que lhes fora conferido. Nesse ínterim, segue a constatação dos autores:

As tentativas de estudar os delinquentes, explicá-los e fazer previsões a seu respeito, unicamente em critérios individuais, através de diagnósticos sociológicos, não costumam ser dignas de confiança. É que as condições de reprodução contínua dos grupos de jovens delinquentes encontram-se na estrutura da sociedade [...] (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 140).

Foucault (2013, p. 8) afirma existir uma relação entre o discurso e os poderes que o permeiam e deduz que através das práticas dos discursos imprimimos o poder que desejamos nos apoderar "[...] em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída [...] que têm por função dominar seu acontecimento aleatório [...]". O autor explica que os "discursos de verdade" da sociedade, por meio de sua linguagem, comportamento e valores, são relações constituídas de poder e, portanto, aprisionam os sujeitos.

Braghirolli *et al* (1994), esclarecem que a necessidade de poder concerne a preocupação em controlar aos outros e ao desejo de exercer influências sobre as atitudes alheias, como revelado nos discursos de Amarelo e Violeta:

Num era uma questão de necessidade! Eu já tinha uma boa condição de vida! O poder! Você pode! Você manda e é obedecida! Aí, eu num sei, mas acho que é isso sim, você se sentir a poderosa! Não! Eu mando e você obedece! (AMARELO).

Assim é! Eu posso... Eu consigo... Eu sou poderosa... O poder do tráfico pra quem não viveu é uma sensação diferente [...] (VIOLETA).

Assim sendo, para Elias (1994b) o poder representa uma oportunidade social de influenciar e regular o destino das outras pessoas, como demonstrado a seguir:

E aquilo a que chamamos de "poder" não passa, na verdade, de uma expressão um tanto rígida e indiferenciada para designar a extensão especial da margem individual de ação associada a certas posições sociais, expressão designativa de uma oportunidade social particularmente ampla de influenciar a auto-regulação e o destino de outras pessoas (ELIAS, 1994b, p. 50).

Nos discursos de Azul e Vermelho, do mesmo modo, a relevância do poder se evidencia como fator preponderante para o envolvimento com o tráfico de drogas:

Você já começa a ter o poder a partir do momento quando você tem um plantão, aí a carga sai da mão do patrão, vai pra mão do gerente, do gerente pra sua mão (AZUL).

As mulheres que eu conheci todas falam... Eu gosto! Não é só pelo dinheiro, é porque eu gosto! Tem o poder! (VERMELHO).

Ao se conjecturar sobre a realidade das mulheres que ocupam alguma posição de prestígio na rede do tráfico de drogas, o poder também pode ser vivenciado por elas pelo distanciamento em relação a outras mulheres ao seu redor. Segundo Bourdieu (2014) apesar das experiências específicas que as aproximam - como feridas causadas pela ordem masculina - as mulheres continuam separadas umas das outras por diferenças econômicas e culturas que afetam a sua maneira de sentir e vivenciar a dominação masculina.

Barcinski (2009) enfatiza que há uma tendência das mulheres que ocupam posições de prestígio de se apropriarem do discurso de subordinação feminina e naturalizarem a exclusão de outras mulheres, como denota a fala da entrevistada abaixo:

Continuei a trabalhar... Sempre com outros homens, nunca gostei de trabalhar com mulher, acho que mulher fala demais" (Marrom).

Em concordância com Elias (1994b, p. 118) o caráter diferenciado em relação a todas e demais pessoas, torna-se um ideal pessoal de diferir dos semelhantes de uma forma ou de outra, numa constante luta competitiva em que é importante para o seu orgulho e respeito próprio que ele diga a si mesmo "Esta é a qualidade, posse, realização ou dom pelo qual difiro das pessoas que encontro ao meu redor, aquilo que me distingue delas". Para o autor, esse ideal de ego do indivíduo não é, simplesmente, parte de sua natureza, mas algo que se desenvolveu através da aprendizagem social.

Marrom e Violeta que, segundo elas, "trabalharam" durante anos na rede do tráfico de drogas, se revelam orgulhosas por se destacarem diante aos homens envolvidos no mesmo "trabalho":

Eu comandava! Tinha homem que trabalhava pra mim e eu me sentia assim, poderosa e muitos traficantes me dava poder (VIOLETA).

Eu conversava numa roda de homens e dizia: Ó vão chegar tantos quilos de mercadoria e vocês vão fazer isso, aquilo... Era assim que eu conversava com eles, aquele tantão de homem! Então, quando eu chegava, todos os caras vinham falar comigo. Às vezes tinha quer ficar horas conversando, mandando fazer isso ou aquilo outro (MARRROM).

Bourdieu (2014, p. 98) considera que, a ascensão ao poder, coloca as mulheres em situação de atuarem como homens e a se exporem a perder os atributos da “feminilidade”, demonstrando assim, certa inadaptação à situação. Entretanto, mesmo diante a inadequação da figura feminina em situação de poder, ocupar esta posição pode revelar certo gozo e sustenta “E para compreender a dimensão masoquista do desejo feminino, faz com que, para muitas mulheres, a posição dominante dos homens seja excitante”.

Da mesma forma, Amarelo e Azul revelam entusiasmo perante a submissão masculina no contexto do narcotráfico:

Onde eu ia era respeitada, onde chegava era respeitada, todo mundo respeita, num tem? Se sumiu com a minha carga, ou eu te dou um pau ou eu raspo sua cabeça, de qualquer jeito vou cobrar de você (AZUL).

Às vezes eu perguntava: vocês sabem porque vocês trabalham pra mim? Porque eu sou mais inteligente do que vocês! Se vocês usassem mais do que eu, eu estaria trabalhando pra vocês! O negócio é que o que vocês ganham gasta com mulher, acabou o dinheiro, acabou a mulher! Então, vocês são burros! (AMARELO).

Elias (1994b, p. 50) infere que a posição de liderança adotada em determinados grupos constitui, em alguns casos, a única oportunidade para exercer uma iniciativa pessoal significativa e especula que no interior da estrutura da existência social das classes pobres e desfavorecidas, é mínima a margem oferecida para a iniciativa pessoal e considera “[...] o destino desses grupos, dada a enorme discrepância na distribuição dos instrumentos do poder social, só pode ser alterada pela estatura e energia de um dos seus membros que se haja transformado em seu líder”.

Barcinski (2009) sublinha que o fato das mulheres estarem envolvidas em uma atividade considerada masculina, como o tráfico de drogas, suscita nas mesmas o desejo de vivenciarem, além do poder, o status. Diante disso, o – status – representa o segundo subeixo.

Para Nova (2004, p. 101), status se refere à localização do indivíduo na hierarquia social, de acordo com a sua participação na distribuição desigual da riqueza, do prestígio e do poder, além disso, onde houver desigualdade de status, tende a haver alguma forma de manifestação de poder e cita "Todas as pessoas ocupam inevitavelmente posições na sociedade, quer sejam superiores ou inferiores [...] todas as pessoas têm status e não apenas os indivíduos detentores de muito prestígio e riqueza".

A entrevistada Azul reforça em sua fala o "status" que acompanha a quem ocupa alguma posição na rede do tráfico de drogas, o que, do mesmo modo, pode ser verificado no depoimento de Marrom:

Assim, você tá por baixo, entendeu? Daqui a pouco você é vapor, de vapor pra gerente, de gerente passa pro braço direito do patrão, quando você vai ver já tá colado com patrão... Quando você tá do lado do patrão, é como se você fosse o patrão, entendeu? (AZUL).

No tráfico sempre andei igual madame de carrão... Quando eu chegava no lugar já falava, a Madame tá chegando, no condomínio também, já morei só em mansão e todo mundo imaginava que eu era muito rica (MARRROM).

A partir da discussão proposta por Elias e Scotson (2000, p. 40), um membro de um grupo pode ser indiferente ao que os outros pensam dele, mas raramente ou nunca é indiferente à opinião de seus pares "A autoimagem e a autoestima de um indivíduo estão ligadas ao que os outros membros do grupo pensam dele".

Algumas posições são ocupadas por escolha pessoal, neste caso, como aponta Nova (2004), são consideradas status adquiridos, o que se diferem dos chamados status atribuídos, que tangem à posição ocupada pelo indivíduo independente da sua vontade, como por exemplo, em relação à idade ou sexo

A partir do referencial de Linton (2000), o status adquirido é desejado pelo indivíduo, tanto por causa da recompensa que propicia, quanto por oferecer-lhe uma alternativa para o status atribuído que ele considera inadequado. O autor clarifica que, todas as sociedades prescrevem aos homens e às mulheres atitudes e atividades diferentes que são, quase inteiramente, determinadas pela cultura.

O último subeixo temático refere-se ao – prestígio social -. Quanto ao prestígio social presente nas relações, Nova (2004) discute que o mesmo pertence ao status e não a quem o ocupa, como explicitado a seguir:

Os indivíduos não são o status. Os indivíduos participam da quantidade de riqueza, de prestígio e de poder que os seus status lhes proporcionam. O prestígio pertence ao status. Ao status de médico, por exemplo, é socialmente concedido certo grau de prestígio (NOVA, 2004, p. 102).

As percepções de Bordô e Azul concebem a conquista da fama e da admiração alheia como sinônimos de prestígio social, como demonstrado a seguir:

O tráfico traz muito glamour, muita ostentação (BORDÔ).

A fama no tráfico é doideira! Falo pra senhora! Assim, você tá por baixo, entendeu? Então a fama! Você tá passando, todo mundo te respeita! Se mexe com tráfico, todo mundo te respeita (AZUL).

O desejo e a necessidade de se distinguir em relação aos outros, com os quais procura demarcar e sublinhar a sua distância social, encontram, em conformidade com Elias (2001), sua expressão verbal em palavras como valor, consideração, distinção, entre outras, de forma que seu uso representa um signo de pertencimento a um grupo social.

Observa-se que a mulher vem conquistando "espaços" antes ocupados apenas por homens, o que contribui para a desnaturalização feminina apenas como vítima da violência e reforça que estas, igualmente, anseiam em romper com a "invisibilidade" social, mesmo que por vias consideradas ilícitas.

5.4 ELEMENTOS ATRATIVOS NO TRÁFICO DE DROGAS

Minha mãe é uma mulher humilde, simples, não colocou outros objetivos na minha cabeça, aí eu segui o que eu tive de exemplo, né? No decorrer das dificuldades, acabei cometendo esse erro e acabei parando aqui (LARANJA).

Tendo em consideração o último eixo temático proposta por esta pesquisa que concerne aos - elementos atraentes no tráfico de drogas - capazes de despertar o interesse de algumas mulheres, as motivações financeiras se destacam e se constituem o primeiro subeixo temático.

Heilborn *et al* (2010), discutem que as mulheres tendem a manifestar motivações diversas para a inserção no contexto ilícito, como por exemplo, a dificuldade de inclusão no mercado de trabalho, motivações financeiras, o uso de drogas, a busca de estratégias para satisfazer as necessidades materiais e sociais próprias da sociedade do capital, dentre outras.

De acordo com pesquisa realizada por Barcinski (2009) com mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas, as participantes oscilam entre assumir a responsabilidade por suas escolhas e a se perceberem como vítimas do sistema capitalista, recorrendo à rede do tráfico por motivações econômicas. Dessa forma, registra-se nas falas de Rosa e Ciano aspectos que corroboram o envolvimento feminino com o tráfico de drogas por motivações financeiras:

[...] acabei me endividando, né? E quando surgiu a oportunidade... Eu construí dois cômodos e um banheiro no quintal da minha mãe e eu tava mobiliando né? Dívida assim! (LARANJA).

Como professora, o salário para os 3 filhos, né?... Não tinha aquele negócio de você tá no final de semana... Lanchonete... Eu nunca soube administrar o que eu ganhava, então assim, sempre eu devia mais do que o salário que eu ganhava (ROSA).

A partir de estudos realizados por Salmasso (2004), o principal motivo que corrobora para as mulheres se envolverem com o tráfico de drogas refere-se à situação econômica, pois geralmente, essas mulheres são o epicentro financeiro do lar, o que também é sustentado por Diógenes (2007), ao afirmar que a obtenção de vantagens pecuniárias figura na maior parte dos casos de envolvimento feminino com o narcotráfico, entretanto, o anseio em satisfazer as necessidades individuais pode ultrapassar o simples interesse pelo acúmulo de capital e ser direcionado por outras demandas.

No mesmo direcionamento, Zaluar (1985) propõe que não é apenas a busca pela satisfação de necessidades primárias - como a alimentação - mas o apelo por produtos que fornecem a ilusão de distanciar-se da identidade do pobre - como roupas de marcas, cordões de ouro, tênis da moda e etc, - que podem despertar o interesse do indivíduo para o envolvimento ilícito.

Foucault (2010) compreende a indução ao consumo como um mecanismo de poder e ressalta o importante papel desempenhado pela televisão que, e em alguns

lugares, quem dispõe do poder privado sobre as principais cadeias está também no poder público, controlando as televisões estatais.

Do ponto de vista de Bauman (2001), a vida organizada em torno no consumo é orientada por desejos sempre crescentes e quererem voláteis. À vista disto, Diógenes (2007) sustenta que há mulheres que se lançam na atividade ilícita ansiando por bens materiais considerados supérfluos, como aponta a fala de Verde:

Foi a vida... Uma vida melhor... Mas assim, não melhor em qualidade de vida... Mas o melhor assim, de se vestir bem [...] (VERDE).

Bourdieu (2014, p. 138) explana sobre a importância da aparência para as mulheres e desenha um comparativo com os homens. O autor frisa que, para os homens, a aparência e os trajes tendem a apagar o corpo em proveito de signos sociais de posição social, já para as mulheres, tendem a exaltá-lo e aponta "O que explica que o investimento (em tempo, em dinheiro, em energia) no trabalho de apresentação seja muito maior na mulher".

À vista disto, Bauman (2001, p. 187), afirma que na falta de segurança em longo prazo, a satisfação instantânea, parece uma estratégia razoável diante à obsolescência dos objetos e qualquer oportunidade que não for aproveitada "aqui e agora" torna-se uma oportunidade perdida. Desta forma, o autor completa "'Agora' é a palavra-chave da estratégia de vida, ao que quer que essa estratégia se aplique e independente do que mais possa sugerir".

Além do envolvimento ilícito para atender a interesses concebidos como prescindíveis, Diógenes (2007) esclarece que existem mulheres que, diante às necessidades financeiras e em condições de exclusão do mercado formal de trabalho, arriscam a liberdade. Neste ínterim, Santos (2012) destaca o desemprego como uma expressão da questão social brasileira, uma vez que o regime de trabalho no país se caracterizou pela precariedade, instabilidade, excesso de força de trabalho disponível para o capital e desvalorização salarial. A autora aponta que a partir dos anos de 1990, a realidade brasileira se caracteriza pela presença do desemprego nos diferentes segmentos de classe, informalidade, alta rotatividade, desorganização sindical e a expansão de medidas assistenciais, contribuindo para intensificar a flexibilização e a precarização do mercado de trabalho no país. Dessa

forma, se percebe nas falas de Violeta e Laranja a implicação ilícita motivada por questões financeiras:

Foi necessidade financeira e nessa época morava com os pais mesmo depois de ter me envolvido com o tráfico. Meu pai logo faleceu... Me vi tendo que cuidar da minha mãe e mais três irmãos pequenos. Meus irmãos pequenos abandonaram a escola e foi tudo pro tráfico também! (VIOLETA).

A gente morava de aluguel... Seria as questões financeiras. Às vezes, as pessoas se envolve por necessidade... Às vezes é sem necessidade... Na minha vida foi necessidade (CIANO).

Na visão de Ianni (1991), o empobrecimento advindo das condições do trabalho ou da ausência dele, favorece ao surgimento de escapismos da miséria, como a intensificação das questões relacionadas às drogas, contribuindo para o fortalecimento da violência e propõe que esta é algo disfuncional na sociedade e tendemos a culpabilizar à família ou o indivíduo, sem considerar os reflexos de uma estrutura, o que segue de encontro à discussão proposta por Vieira Neto (2014, p. 70) quando aponta as causas da criminalidade feminina no Brasil "As causas possuem íntima relação com a pobreza, marginalização e o tráfico de drogas".

Do mesmo modo, Ianni (1991) enfatiza a criminalização da questão social e a sua influência sob as minorias, pois, em conformidade com autor, a culpabilização, geralmente, é direcionada ao indivíduo. Em alguns momentos, olhamos as múltiplas expressões da questão social de forma fragmentada e desconectada, sem considerar, por exemplo, que o desemprego pode ser uma condição do não acesso ao sistema educacional. Portanto, a questão social, não é só o pauperismo e o desemprego, mas também se anuncia na criminalidade, violência, ignorância, analfabetismo e em outros aspectos.

Saffioti (2013, p. 71) discute acerca da importância da ocupação profissional e do trabalho, nas diferentes formas que assume ao longo da história do ser humano - seja homem ou mulher - no processo social de produção de sua vida. A autora afirma que, o salário, na maior parte das vezes, não chega a corresponder às necessidades do trabalhador "À mulher das camadas menos privilegiadas o trabalho se impõe como meio de subsistência. E, é preciso lembrar, a necessidade de trabalhar não deriva tão somente da vontade de sobreviver fisicamente". A entrevistada Marrom enfatiza que a

sua disponibilidade para o mercado de trabalho aliada à necessidade financeira foram preponderantes para o envolvimento na rede do tráfico de drogas:

Eu não tinha de onde tirar comida e a única opção foi a de entrar pro tráfico. Trafiquei a minha vida inteira, trafiquei, trafiquei por necessidade, não tinha emprego e não tinha estudo (MARROM).

Para a mulher, ter um emprego significa, na visão de Saffioti (2013), mais do que perceber um salário, mas participar da vida comum, ser capaz de construí-la e sentir-se menos insegura na vida. A autora conjectura que, desde a constituição da sociedade brasileira em modos capitalistas, o desemprego e o subemprego se apresentam como uma constante.

Além do retorno financeiro para o envolvimento com o narcotráfico, as detentas da PFC destacaram a - ambição - como fator de interesse, se constituindo dessa forma, o segundo subeixo temático. Por conseguinte, nas falas de Azul e Vermelho evidencia-se o "investimento" na rede do tráfico de drogas em virtude da ambição:

Ai, continuei, continuei, eu não conseguia largar o tráfico, virou vício! Por causa de quê? Porque era um dinheiro fácil e não ficava sem dinheiro, se eu ficasse sem dinheiro eu ficava doída, aí, eu já comecei a traficar, pra querer mais dinheiro (AZUL).

Eu falo que eu tô nesse lugar por safadeza minha, por única e exclusivamente minha. Eu mexi com isso por ganância... Por dinheiro... Em sete dias eu tirei limpinho 78 mil reais! Na hora que eu vi aquele monte de dinheiro eu falei que a pior coisa que existe é o olho do ser humano! (VERMELHO).

Bauman (2001, p. 86), explica por meio do arquétipo de uma corrida como o desejo de se alcançar a plataforma dos primeiros colocados, pode se tornar inquestionável. Segundo o autor "[...] a linha de chegada sempre se move mais veloz que o mais veloz dos corredores; [...] o que verdadeiramente conta é permanecer na corrida até o fim. [...] uma vez iniciada, nunca termina". O autor acrescenta que há um gozo consciente em permanecer na corrida, o que torna-se um vício, independente do prêmio que estará à espera e cita:

A despeito de suas sucessivas e sempre pouco duráveis reificações, o desejo tem a si mesmo como objeto constante, e por essa razão está fadado a permanecer insaciável qualquer que seja a altura atingida pela pilha dos outros objetos (físicos ou psíquicos) [...] (BAUMAN, 2001, p. 88).

O terceiro subeixo entrelaçado na discussão que se apresenta como mais um motivador na rede do tráfico de drogas, refere-se a um - componente afetivo -. Assis e Constantino (2001) entendem que a admissão das mulheres no tráfico de drogas pode ocorrer a partir do parceiro, bem como através de parentes ou conhecidos.

Estudos realizados por Pimentel (2008) sobre os sentidos que as mulheres atribuem ao amor e ao papel que este ocupa em suas vidas, revelam que os relacionamentos afetivos são pautados pela cultura de submissão da mulher ao homem, assim, elas tendem a agir conforme as demandas desse afeto. A autora comprova a hipótese de que há relação entre o amor e as práticas femininas relacionadas ao tráfico de drogas, o que se observa nas falas das entrevistadas abaixo:

Se eu não tivesse me envolvido com o pai das minhas filhas... Se eu tivesse encontrado outra pessoa que não tivesse me levado pra esse lado eu com certeza hoje seria uma pessoa muito bem de vida (MARRROM).

[...] juntamente com o meu ex-marido eu traficava... Junto com ele, né? Contagem de dinheiro... Essas coisa. A gente se ilude por sentimento... Acha que tudo é amor! (BORDÔ).

A partir de estudos propostos por Diógenes (2007), razões como o amor, o ciúme e a dependência de drogas do companheiro são motivos que prevalecem na decisão para as mulheres envolverem-se com o narcotráfico. A influência do afeto pelos companheiros aparece novamente nas falas de Marrom e Bordô como preponderantes para o envolvimento ilícito:

[...] então o pai das minhas filhas devia drogas e passei a traficar pra pagar a droga porque ele estava consumindo muito... Nesse meio tempo eu passei a usar droga novamente, usando e vendendo! (MARRROM).

O que me levou a trafica foi o sentimento por esse homem... Porque eu abominava o tráfico... Apesar de morar na mesma rua aonde o tráfico acontecia, onde que ele era o patrão... Só depois que eu [...] Achava que era amor, né? Até o amor trazer a gente pra cadeia, né? (BORDÔ).

Barcinski (2009) evidencia a influência dos homens nos crimes cometidos por mulheres e sugere que a criminalidade feminina exerceria uma espécie de proteção

aos homens e as relações estabelecidas com os mesmos. Na mesma linha de raciocínio, Pimentel (2008, p. 8) propõe que a identidade da mulher traficante concebida a partir do seu parceiro afetivo não é reconhecida para a mesma como criminosa em virtude dos outros papéis que desempenha no contexto doméstico, como o de mãe, filha, companheira e cita “A definição de papéis nas relações sociais de gênero está diretamente ligada às próprias identidades historicamente constituídas e que passam de geração a geração [...]”.

A expressão "mulher de bandido" é utilizada por Barcinski (2009, p. 1848) para caracterizar as mulheres que se envolvem afetivamente com homens que possuem históricos ilícitos, popularmente conhecidos como "bandidos" e afirma "Muitas delas escolhem deliberadamente namorar bandidos, buscando o poder social e econômico que resulta dessa associação". O depoimento de Amarelo assemelha-se ao de Marrom e Bordô, quando enfatiza que a relação do companheiro contribuiu para o seu envolvimento com a atividade do tráfico de drogas. Para ela, o fato de ser considerada "a mulher do cara" despertava-lhe orgulho, como percebido na declaração a seguir:

Eu era a mulher do homem! Então, as pessoas passaram primeiro a me respeitar porque eu era a mulher dele! Ninguém chega perto, nem olha, nem toca... Então, a princípio eu era a mulher do cara! Isso enche os seus olhos! (AMARELO).

Na perspectiva de Bourdieu (2014) as mulheres nutrem um sentimento de "encantamento" por homens que ocupam posições de poder e argumenta que a socialização diferencial leva aos homens a apreciarem os jogos de poder e as mulheres a amar os homens que os jogam, como verificado na fala de Amarelo.

Para Barcinski (2009, p. 1849), o respeito e o status implicados na relação com um “bandido” são tão significativos na vida dessas mulheres, que as levam a submeterem às imposições masculinas, conforme cita “[...] a maioria dessas mulheres tolera a violência, as agressões físicas e a infidelidade constante que marcam a relação com esses homens”. Ressalta-se que Diógenes (2007) deparou-se com o medo no depoimento de algumas das entrevistadas em ser punidas pelo companheiro preso quando se negavam a continuar a administração do "movimento" do tráfico. Assim, este aspecto igualmente foi registrado na fala de Bordô:

Ele [companheiro] foi preso primeiro do que eu. Ele mandou recado pra fazer a correria dele... Os negócio dele... Então a gente faz tudo, eles tão preso e quer que você continua com os tráfico deles, pra nada parar e a gente acaba tendo, né? [...] (BORDÔ).

De acordo com os resultados apresentados, observa-se que variados são os elementos presentes no contexto do tráfico de drogas que despertam o interesse feminino, que perpassam desde as necessidades econômicas a fatores afetivos, todavia, apesar do registro de causas diversificadas que, em alguns momentos até se assemelham, essas mulheres não compartilham de uma realidade una, pois são protagonistas de narrativas que ainda estão em composição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo proporcionou-nos a oportunidade de desvelar um pouco acerca da realidade das mulheres encarceradas por envolvimento na rede do tráfico de drogas e que se encontram na PFC. Entretanto, dúvidas se fazem presentes e este trabalho não tem a pretensão de produzir respostas prontas e acabadas, mas, sobretudo, busca provocar reflexão e despertar um novo olhar para o tema. Diante disso, algumas considerações tornam-se relevantes ao final da análise dos dados da pesquisa.

Após discorrer sobre o assunto, inferimos que o fator sexo opera nas sociedades de modo a alijar da estrutura ocupacional elementos do sexo feminino, a qual à mulher foi reservada papéis domésticos e considerados secundários. Saffioti (2013, p. 45) elucida que "[...] as categorias de sexo são consideradas como categorias sociais formadas a partir de um status fundamental igual, o sexo".

Ao longo da História, a mulher esteve ligada ao papel reprodutivo de maneira naturalizada e a sua participação, na esfera pública, foi registrada de forma tímida, o que contribuiu para diversos mitos ao redor do papel feminino, dentre eles, que se encontra em um plano inferior ao dos homens. Deste modo, como aponta Perrot (1988), as mulheres, por muito tempo, sacrificaram seus anseios em virtude da paz e da harmonia do lar. Percebe-se, dessa forma, que as mulheres têm sido vítimas de uma armadilha social que as coloca numa posição de fragilidade e de docilidade, características responsáveis por reforçar o estereótipo de inferioridade.

Em virtude de a mulher ocupar o cenário do lar e desempenhar os papéis de mãe e esposa, sua condição feminina é evidenciada de forma dupla no sentido de garantir sua inocência, revelando pouca oportunidade de agir criminalmente, como se não fosse permitido à mesma o direito de rebelar-se ou a prática de condutas que demonstrem a capacidade de inverter o papel social de inferioridade que lhes é imposto, causando assim, espanto ao se envolver em atos de violência.

Embora a figura da mulher criminosa retrate a ideia de uma exceção, o crescimento da inserção da mulher na criminalidade, apresenta-se elevado em um universo considerado masculino, todavia, ainda a sua participação é menor que a masculina.

Estudar quem foram essas mulheres encarceradas é empreender um pouco da história das mulheres que desafiaram a ordem considerada "natural". É verificar que, o Estado não possui dispositivos, além da prisão, para "docilizar" pessoas e que, por mais que tente muitas mulheres, recusam-se a serem "docilizadas", ainda que o preço a ser pago seja o encarceramento. O que nos leva a refletir sobre quais seriam os aspectos atrativos presentes no contexto ilícito a ponto das mulheres romperem com a barreira da legalidade mesmo perante a restrição da liberdade e aos fatores deletérios do aprisionamento.

Como mencionado ao longo deste trabalho, deparamo-nos com um acervo escasso de pesquisas que contemplam a temática sobre a mulher envolvida na rede do tráfico de drogas. Entretanto, a expressa maioria dos estudos tomados como referenciais, foram determinantes para a compreensão do tema. Cabe ressaltar que, a dificuldade em localizar produções nesta área, da mesma forma, foi relatada pelos pesquisadores que se aventuram em elucidar as motivações femininas para a inserção no contexto ilícito.

Esta investigação efetivou os objetivos delineados no projeto de pesquisa de conhecer o perfil e as motivações que levam algumas mulheres a se inserirem no narcotráfico e as percepções das mesmas em relação a essa condição, resgatando suas experiências e fundamentos para comporem o cenário ilegal. Do mesmo modo, foi confirmada a hipótese proposta de que o tráfico de drogas, no modo de produção capitalista, se constitui uma ferramenta que possibilita atender a anseios hedonistas. Entretanto, verificou-se que, há outros motivadores implicados no processo de envolvimento com a rede do tráfico de drogas, dentre eles, o componente afetivo e o poder, por exemplo.

Empreende-se que o perfil socioeconômico encontrado, em sua expressa maioria, retratou um baixo nível de escolaridade, advindo de classes econômicas socialmente vulneráveis e pertencentes à cor/raça parda.

Quanto às razões para o entrelaçamento no contexto ilícito, conclui-se que o rompimento com o paradigma da fragilidade feminina, na busca pelo poder e o status, foram cruciais, do ponto de vista de algumas participantes. Além da aquisição de status e poder, as entrevistadas revelaram motivações diversas para comporem o cenário ilegal e as razões eram semelhantes quanto à entrada delas no tráfico de drogas. Percebemos ainda que as mulheres criminalizadas por tráfico de drogas apresentaram discursos similares durante as entrevistas.

Algumas participantes explicaram que se envolveram por necessidades financeiras e que as dificuldades encontradas para se inserirem no mercado formal de trabalho, contribuíram decisivamente para se destacarem neste cenário. Da mesma forma, houve o relato de que, a ambição por dinheiro e as facilidades de auferi-lo na rede do tráfico de drogas levaram-nas a perceber nesta atividade ilícita uma possibilidade de atender a anseios pessoais.

Outro propósito argumentado pelas entrevistadas refere-se à relação de afeto com o companheiro, as quais motivadas por sentimentos de amor vislumbraram, no narcotráfico, a possibilidade de manterem-se próximas a quem amavam. Além disso, nas falas de algumas entrevistadas, evidenciaram-se sentimentos de orgulho tanto pelo companheiro – em virtude destes ocuparem alguma posição de prestígio na rede do tráfico de drogas - quanto por serem reconhecidas socialmente como suas companheiras. Entretanto, a presença de um componente afetivo como motivador para o comprometimento ilícito destas mulheres, não foi verificado somente através do amor, mas pelo medo. Medo de contrariarem as expectativas dos companheiros e serem punidas de alguma maneira.

Ao se explorar a trajetória histórica de vida dessas mulheres, verificou-se que, o tráfico de drogas, compôs o cenário familiar de algumas desde a infância, entretanto, a maior parte, provém de contextos familiares sem registros de envolvimento ilícito. O discurso preponderante das criminalizadas sobre a participação no tráfico de drogas girou em torno de sentimentos de arrependimento, culpa e tristeza.

Algumas participantes, afirmaram terem adquirido, ao longo do processo de aprisionamento, certos aprendizados, dentre eles a oportunidade de empreenderem algum ofício laborativo, além da oportunidade de estudarem. Ressalta-se que houve

quem afirmou ter internalizado, de forma positiva, a disciplina presente no espaço prisional, como forma de autocontrole emocional, pois antes da condição de detentas, relataram traços de impulsividade, comportamento este, que teve de ser ressignificado.

Experiências e dificuldades, da mesma forma, foram relatadas na "caminhada" da prisão, como a falta de acesso à informação, os entraves da convivência e da adaptação dentro do espaço prisional. Reflete-se que, a expressa maioria dos relatos das entrevistadas envolviam a autonomia e o status proporcionados pela atividade do tráfico de drogas. Diante disso, viver sob a imposição de regras e normas, para quem antes ocupou posições de destaque, de fato, a internalização das mesmas, não deve ocorrer de forma espontânea e imediata.

Outra dificuldade assinalada pelas participantes refere-se à distância familiar e a dos filhos. Durante as entrevistas realizadas, algumas detentas mantiveram-se, de forma aparente, equilibradas em suas emoções, entretanto, ao mencionar acerca dos familiares e dependentes, lamentavam a distância e a impossibilidade de acompanhar sistematicamente aos filhos.

Apesar das semelhanças nos discursos, compreende-se que é na esfera das diferenças que se estabelecem as relações de gênero, nesse contexto, em virtude de cada sujeito trazer, uma experiência ímpar, sobre a qual se julgam fundamentos inigualáveis relativos às suas práticas sociais. Diante disso, não é possível generalizar as atitudes humanas. As mulheres entrevistadas estão presas por envolvimento na rede do narcotráfico e, assim, são reconhecidas como criminosas, entretanto, as suas ações alusivas às drogas diferem-se, em virtude de suas experiências singulares.

Observa-se que, algumas detentas, ainda são jovens e buscam atribuir novo significado às experiências vivenciadas através da concepção de outros paradigmas. Por conseguinte, a experiência do aprisionamento, tonifica a inserção no contexto ilícito e podem presumir, em alguns casos, um percurso sem retorno.

Dessa forma, verificam-se avanços significativos em algumas áreas estratégicas das políticas públicas direcionadas ao universo prisional feminino, todavia, considera-se

relevante que o Estado se empenhe no combate à ociosidade da mulher encarcerada, investindo na ampliação de oportunidades de trabalho e estudo (hoje existem, mas com insuficiência de vagas) e propostas para dirimir o estigma das ex-condenadas junto à sociedade. Além dessas ações, a atuação de conselhos de comunidade junto às varas de execução penal, bem como a adoção de políticas de reintegração da egressa à sociedade baseadas em projetos e programas que contemplem a condição da mulher presa.

Compreende-se que os antagonismos que constituem a questão social se estruturam no capitalismo e as suas expressões podem se apresentar de múltiplas formas na realidade concreta da vida cotidiana. Por conseguinte, o Estado e a sociedade devem pensar juntos em ações efetivas para o enfrentamento e discutir políticas públicas que atendam de maneira eficaz.

Por fim, deve-se salientar que as idéias aqui arroladas tem a intenção apenas de se constituir em um instrumento de reflexão para prováveis leitores pesquisadores. Deste modo, a pesquisa não pretende colocar um ponto final na discussão sobre a mulher no contexto do tráfico de drogas. Espera-se, portanto, despertar novos conhecimentos que aprofundem aspectos não esclarecidos nesta pesquisa acerca do deslocamento da posição histórica de anonimato ocupada pelas mulheres para um posicionamento de autonomia que merece reflexão pela sociedade. À vista disto, tem-se como sugestão para novos trabalhos a continuidade de estudos acerca desta temática, a fim de gerar uma prática profissional de cuidados voltados para a mulher no cenário da violência.

Acrescenta-se que, em virtude de não terem sido encontrados, no Espírito Santo, estudos atuais sobre o envolvimento feminino com a rede do tráfico de drogas, o aprofundamento sobre o tema torna-se relevante. Como discutido ao longo desta pesquisa, estudos de gênero são consideráveis no cenário prisional. Não se pode esquecer que as mulheres encarceradas desempenham outros papéis, como por exemplo, o de mães e filhas. Por esse motivo, torna-se relevante a retomada da discussão da situação das mulheres que se destacam em espaços de exclusão. Talvez tal desinteresse por essa discussão vincula-se a ínfima representatividade dada à mulher no cenário ilícito.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.O. **Mulheres que matam**: universo imaginário do crime no feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003 (coleção primeiros passos; v.44).

AMARAL, C. P. **Políticas públicas no sistema prisional**. Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, v. 2, p. 15-82, 2014. Disponível em <<https://virtual.ufmg.br/caed/course/view.php?id=100§ion=6>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

BARCINSKI, M. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. **Revista Ciência Saúde Coletiva**, São Paulo, 2009, v.14, n.5, p. 1843-1853. Disponível em: < <http://scielo.org.br>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

BARDIN, L. (1979). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1977. Lisboa: ed. 70)

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Vida para o consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BAUMER, C. M. W. C. **Fatores de risco do trabalho associados ao histórico de dependência ou abuso de substâncias psicoativas**. 2004. 133f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2004.

BOFF, L. **Saber cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BRAGHIROLI, E.M; PEREIRA, S.; RIZZON, L.A. **Temas de psicologia social**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10636569/artigo-33-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>>. Acesso em: 12 set. 2014.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº76, de 2013. 31. ed. São Paulo: 2014.

BRASIL. Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7626.htm>. Acesso em: 08 jul. 2015.

_____. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **8º anuário brasileiro de segurança pública**. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes>>. Acesso em: 06 mar. 2015.

_____. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<http://www.dij.com.br/leisordinarias/1984-007210-lep/lep126a130.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política nacional de assistência social**. Brasília, DF; 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa mensal de emprego**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaultestudos.shtm>. Acesso em: 24 jun. 2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília, DF; Ministério da Justiça, 2011. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_mulher_principios_diretrizes.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2015.

_____. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial nº 1777, de 09 de setembro de 2003. Institui o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_pnssp.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2015.

_____. Ministério da Justiça. **Departamento Penitenciário Nacional**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/arquivos/plano-diretor/anexos-plano-diretor/plano-diretor-de-melhorias-para-o-sistema-prisional.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Institui o Plano Diretor de Melhorias para o Sistema Prisional. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/main.asp?view={71fd341f-0531-4bab-a567-72586745cb18}&team=¶ms=itemid={0892e0a1-29d4-4e56-af95-6b4b6ec869a2};&uipartuid={2868ba3c-1c72-4347-be11a26f70f4cb26}](http://portal.mj.gov.br/main.asp?view={71fd341f-0531-4bab-a567-72586745cb18}&team=¶ms=itemid={0892e0a1-29d4-4e56-af95-6b4b6ec869a2};&uipartuid={2868ba3c-1c72-4347-be11a26f70f4cb26}>)>. Acesso em: 07 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciária. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/ministro-da-justica-apresenta-documento-detalhado-sobre-prisoas>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

_____. Ministério da Justiça. Sistema Carcerário e Execução Penal. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/sistema-carcerario-e-execucao-penal>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Pacto nacional pelo enfrentamento a violência contra as mulheres. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/pacto-nacional>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

_____. Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_25232895_portaria_interministerial_n_210_de_16_de_janeiro_de_2014.aspx>. Acesso em: 08 jul. 2015.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n.5, p. 611-4, 2004.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. BARROCAS, M. T. R. de C. (trad.), 6 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERQUEIRA, D. Entendendo o crime, teorias em disputa ou mosaico de explicações complementares? In: ZANOTELLI, L.C; RAIZER, C. E; VALADÃO, V. A. (orgs). **Violência e contemporaneidade: dimensões das pesquisas e impactos sociais**. Vitória: Grafita Gráfica e Editora, NEVI, 2007.

COSTA, R. G; SILVEIRA, C. M. H. **Patriarcado e capitalismo**: binômio dominação - exploração nas relações de gênero. IV Seminário Trabalho e Gênero. Núcleo de Estudos sobre o Trabalho (NEST). Faculdade de Ciências Sociais na Universidade Federal de Goiás (UFG). 2012. Disponível em: <http://strabalhoegenero.cienciassociais.ufg.br/up/245/o/patriarcado_e_capitalismo_bin%c3%94mio_domina%c3%87%c3%83o-explora%c3%87%c3%83o.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIOGENES, J.J. Tráfico ilícito de drogas praticado por mulheres no momento do ingresso em estabelecimentos prisionais: uma análise das reclusas do instituto penal feminino desembargadora auri moura cosa. **Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária**. V. 1(20) /Jan-Jun 2007. Disponível em <<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Trafico%20por%20mulheres.pdf>>. Acesso em: 28 jun 2015.

ELIAS, N.; SCOTSON, J.L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1994b.

_____. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

_____. **La civilización de los padres y otros ensayos**. Bogotá: editorial Norma S. A., 1998a.

_____. **O processo civilizador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1994a.

_____. **Sobre o tempo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1998b.

ESPIRITO SANTO (Estado). **Instituto Jones dos Santos Neves**. Vitória, ES: Boletim Criminal do ES, 2013. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/attachments/article/3842/BoletimCriminalidade-1%C2%BAQuad2013-.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2015.

_____. **Instituto Jones dos Santos Neves**. Vitória, ES: Caderno de Pesquisa - Perfil da juventude e políticas públicas no Espírito Santo, 2014. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=4174:perfil-da-juventude-e-politicas-publicas-no-espírito-santo-2014&catid=42:estudos-sociais&Itemid=201>. Acesso em: 06 mar. 2015.

FARIA, A. A. C; BARROS, V. A. Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n.3, p. 536-544, 2011.

FERNANDES, L. S; MIYAMOTO, Y. M. H. A (in)visibilidade da perspectiva de gênero no sistema penitenciário capixaba. **Tribuna Virtual**. São Paulo, ano 01, ed. nº 3, p. 96-111. 2013. Quinzenal. ISSN nº 2317-1898.

FERREIRA, A. P. B. O tempo, e o tempo na prisão. 2008. Disponível em: <http://www.esedh.pr.gov.br/arquivos/File/O_TEMPO_O_TEMPO_NA_PRISAO.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2015.

FERREIRA, A. B. H. Minidicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2006.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013 (Leituras filosóficas).

_____. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2010.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2005.

_____. **Vigiar e punir**. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília. 2. ed: Liber Livro Editora, 2005.

GIGLIOTTI, A.; GUIMARÃES, A. **Dependência, Compulsão e Impulsividade**. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2007.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-9, maio/jun. 1995.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 1994.

GONÇALVES, R. O pioneirismo de a mulher na sociedade de classes. In: SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 12-25.

GUIMARÃES, A.L.C. **Tráfico de drogas: percepções e concepções de seus agentes na cidade de Ribeirão Preto**. Dissertação de Mestrado. USP. Ribeirão Preto. 2004.

HEILBORN, M. L.; ARAÚJO, L.; BARRETO, A.(orgs). **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/GPP-GeR: módulo 2**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

IANNI, O. A questão social. **Revista São Paulo em Perspectiva**. V. 05/ nº.1 /Jan-Mar 1991. Disponível em <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v05n01/v05n01_01.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2014.

JACINTO, G.; MANGRICH, C. S.; BARBOSA, M. D. Esse é meu serviço, eu sei que é proibido: mulheres aprisionadas por tráfico de drogas. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 81, out 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8513&revista_caderno=3>. Acesso 10 jul 2015.

KOWARICK, L. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 61-86, fev. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 maio 2015.

LINTON, R. **O Homen**: uma introdução à antropologia. Tradução: Lavínia Vilela. 12 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MARTINS, S. M. P. **Cultura e gênero**: um estudo na perspectiva dos modelos organizadores do pensamento. 2008. 183f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, SP: 2008.

MEJIA, I. C. **Manual para elaboração e normalização de trabalhos acadêmicos**. 2. ed. Vitória, ES, EMESCAM, 2012.

MENEGAT, M. **Sem lenço nem aceno de adeus formação de massas em tempo de barbárie**: como a esquerda social pode enfrentar esta questão? Praia Vermelha: estudos de política e teoria social é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: <<http://www.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermelha/article/viewArticle/41>>. Acesso em: 12 maio 2014.

MONTANO, C. Pobreza, questão social e seu enfrentamento. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, jun. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282012000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 maio 2015.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NOVA, S. V. **Introdução à sociologia**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. São Paulo: Cortez, **Revista Serviço Social & Sociedade**, ano XVII, abril/1996.

_____. Cinco notas a propósito da questão social. **Revista Temporalis** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.

_____. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Revista Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2028/2717>>. Acesso em: 27 maio 2015.

_____. Crise do capital e consequências societárias. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 maio 2015.

VIEIRA NETO, L. F. **Políticas públicas no sistema prisional**. Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, v. 1, p. 14-83, 2014. Disponível em <<https://virtual.ufmg.br/caed/course/view.php?id=100§ion=6>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

NOVAES, L. C. C. **O trabalho entre mulheres encarceradas**. Dissertação de Mestrado. 2013. Disponível em: <http://www.emescam.br/arquivo/pos/scricto/dissertacoes/201101_Lhaila_Carvalho_C_Novaes.pdf>. Acesso em: 07 set. 2014.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

PASTORINI, A. **A categoria questão social em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010 (coleção questões da nossa época; v.17).

PERUCCHI, J; BEIRÃO, A.M. Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. **Revista Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, 2007, vol.19, n.2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010356652007000200005&lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2015.

PIMENTEL, E. Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas. **Mundos Sociais Saberes e Práticas**. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, VI, 2008, Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/708.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo, 2003. p. 76-97.

SÁ, A. A. de. **Criminologia clínica e psicologia criminal**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais: 2010.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALMASSO, R. de C. Criminalidade e condição feminina: estudo de caso das mulheres criminosas e presidiárias de Marília – SP. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, São Paulo, 2004, v.4, n.3. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/view/97/98>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

SANTOS, J. S. **questão social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012 (coleção biblioteca básica do serviço social; v.6).

_____. Particularidades da questão social no Brasil: mediações para seu debate na "era" Lula da Silva. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 430-449, set. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 maio 2015.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa**: descrição e aplicação do método. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SOUZA, K.O.J. A pouca visibilidade da mulher brasileira no tráfico de drogas. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v.14, n.4, p.649-657, out./dez.2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pe/v14n4/v14n4a05> >. Acesso em: 12 abr. 2014.

VIEIRA, S.; HOSSNE, W. S. **Metodologia científica para a área de saúde**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário Socioeconômico

- Eixo 1: **Descrever o perfil socioeconômico de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas.**

1. Identificação do Sujeito

1.1 Iniciais: _____

1.2 Idade: _____

1.3 Grau de instrução:

- () não alfabetizada
- () ensino fundamental incompleto
- () ensino fundamental completo
- () ensino médio incompleto
- () ensino médio completo
- () superior incompleto
- () superior completo

1.4 Estado civil:

- () casada
- () união consensual
- () solteira
- () divorciada
- () viúva

Se no caso casada ou união consensual, há quanto tempo?: _____

Profissão do Companheiro: _____

Em qual bairro reside? Município? _____

1.5 Possui Filhos:

- () Sim. Quantos?: _____ Idade: _____
- () Não

Quem cuida dos filhos? _____

1.6 Etnia:

() branca

() preta

() parda

() amarela

() outra

2. Ocupação profissional:

2.1 Trabalhava antes do aprisionamento?

() Sim () Não

Qual a renda possuía antes do envolvimento com o tráfico de drogas? _____

Qual a renda possuía após o tráfico? _____

2.2 Carteira assinada: () sim () não

Qual a atividade? _____

2.3 Renda familiar em salários mínimos (mês):

() 1

() 2 a 4

() maior que 4

3. Quanto ao aprisionamento:

3.1 Artigo de condenação: _____

3.2 Cumprindo pena: () Primária () Reincidente

3.3 Tempo de condenação: _____

APÊNDICE B - Formulário de Entrevista Semiestruturada

- **Eixo 2: Conhecer as motivações que levaram as mulheres a se inserirem no universo do tráfico de drogas.**

2.1 Como era a sua vida antes de se envolver com o tráfico de drogas?

2.2 O que lhe levou a cometer o delito?

2.3 Quais fatores contribuíram para o seu envolvimento com o tráfico de drogas? Há algum que se destaca?

2.4 Quais os sentimentos com relação ao crime?

2.5 Quais as maiores dificuldades encontradas na prisão?

2.6 Quais experiências adquiridas na condição de detenta? O que a cadeia lhe ensinou?

2.7 Quais são as consequências da prisão para a sua vida?

2.8 Se não tivesse se envolvido com o crime que outro direcionamento teria dado a sua vida?

2.9 Quais são os seus planos ao ter direito à progressão de regime?

APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Escola Superior da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local

Av. Nossa Senhora da Penha, 2190 – Santa Lúcia
Vitória/ES - CEP: 29045-402 - Tel: (27) 3334 3500



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro por meio deste termo que concordo em ser entrevistado (a) e participar da pesquisa referente ao projeto intitulado: O Tráfico de Drogas no universo cor-de-rosa: estudo de caso das mulheres presidiárias da Penitenciária Feminina de Cariacica – ES com o seguinte objetivo: conhecer as motivações que levam as mulheres a vivenciar o universo do tráfico de drogas na Penitenciária Feminina de Cariacica. Com a metodologia de coleta de dados de entrevista semiestruturada, desenvolvida pela pesquisadora, mestrande e também técnica em Psicologia, Mery Helen Buzatto Nogueira. Fui informada ainda, que a pesquisa é orientada pela Prof^a. Dr^a Angela Maria Caulyt Santos da Silva e sempre que quiser poderei pedir mais informações à pesquisadora através do e-mail angela.silva@emescam.br e pelo (027) 3334-3543.

Afirmo que aceitei participar espontaneamente, sem receber qualquer incentivo ou ter qualquer ônus, com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) que a **pesquisa oferece risco mínimo que seria ocasionado por possível represálias políticas, porém esse risco é controlado com a garantia do anonimato e sigilo de dados pessoais por parte do pesquisadora.**

Fui informado (a) também que ao participar desta pesquisa não terei nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre o conhecimento das motivações femininas para a inserção no contexto do tráfico de drogas, pois a partir dessas informações, a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos no que tange ao envolvimento feminino com o tráfico de drogas. Fui também esclarecido (a) de que apenas a pesquisadora e sua orientadora terão acesso às minhas informações e as mesmas ficarão sob a guarda da pesquisadora até 5 (cinco anos) após a conclusão da pesquisa, quando então serão descartados de maneira adequada. Minha colaboração será feita de forma confidencial e privativa através de uma entrevista com duração de aproximadamente 40 minutos, que será realizada por um profissional.

Estou ciente que posso me retirar dessa pesquisa e também me recusar a dar alguma informação a qualquer momento, sem prejuízo nenhum ao meu vínculo na instituição ou sofrer qualquer constrangimento.

Qualquer dúvida sobre a ética da pesquisa fui informado (a) de que poderei procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM (CEP/EMESCAM), no telefone: (27) 3334-3586. Atesto o recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Vitória, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do (a) participante.

Mery Helen Buzatto Nogueira – Pesquisadora Responsável
(027) 9 9995-3718

ANEXOS

ANEXO A

ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA -



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O TRÁFICO DE DROGAS NO UNIVERSO COR-DE-ROSA

Pesquisador: MERY HELEN BUZATTO NOGUEIRA

Área Tema: Versão: 1

CAAE: 34605814.8.0000.5065

Instituição Proponente: Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória -

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 766.385

Data da Relatoria: 26/08/2014

Apresentação do Projeto:

Trata-se de estudo qualitativo, descritivo, com objetivo de analisar o envolvimento feminino no tráfico de drogas, bem como descrever as motivações que levam essas mulheres a atuarem como protagonistas nesse processo. A pesquisa será realizada na Penitenciária Feminina de Cariacica, ES, com detentas que cumprem pena no regime de condenação fechado, por envolvimento com o tráfico de drogas. Será realizada análise documental de prontuários e realizada entrevista semiestruturada com as detentas selecionadas, possibilitando, desta forma, o registro dos depoimentos na captação de suas percepções sobre a temática em estudo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Conhecer as motivações que levam as mulheres a vivenciarem o universo do tráfico de drogas da Penitenciária Feminina de Cariacica. Objetivo Secundário: Identificar o perfil socioeconômico das mulheres que vivenciam o universo do tráfico de drogas; Conhecer a subjetividades e motivações que levam as mulheres a se inserirem no contexto do tráfico de drogas; Analisar a concepção da mulher presa sobre sentimentos envolvidos, relação familiar e a percepção antes e após o aprisionamento.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa implica em risco mínimo que será amenizado com o anonimato dos dados pessoais referentes aos sujeitos que participarão do estudo. O trabalho é viável e pretende incitar a discussão sobre Políticas Públicas de Gênero e Segurança Pública na sociedade, uma vez que há poucas pesquisas voltadas para o público feminino como protagonistas no cenário da violência, além de promover debates e grupos de estudos sobre a temática a partir dos resultados obtidos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa viável e de relevância científica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória estão de acordo com a Resolução 466/12.

Recomendações:

Não há

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O parecer do relator foi aprovado pelo CEP: projeto aprovado. Recomenda-se cuidado no manejo do grupo especial envolvido na pesquisa.

Conforme a norma operacional 001/2013:

- riscos ao participante da pesquisa deverão ser comunicadas ao CEP por meio de notificação via Plataforma Brasil;
- ao final de cada semestre e ao término do projeto deverá ser enviado relatório ao CEP por meio de notificação via Plataforma Brasil;
- mudanças metodológicas durante o desenvolvimento do projeto deverão ser comunicadas ao CEP por meio de emenda via Plataforma Brasil.

VITORIA, 26 de Agosto de 2014

Assinado por:

PATRICIA CASAGRANDE DIAS DE ALMEIDA (Coordenador)